

Políticas Públicas de Economia Solidária:  
por um outro desenvolvimento

**Rede de Gestores Públicos de Fomento a Economia Solidária**  
**Secretaria Nacional de Economia Solidária / MTE**  
**Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro**



# Políticas Públicas de Economia Solidária: por um outro desenvolvimento<sup>1</sup>

**Rede de Gestores Públicos de Fomento a Economia Solidária**  
**Secretaria Nacional de Economia Solidária / MTE**  
**Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro (GT Trabalho**  
**e Renda)**

Editora  
Universitária  UFPE

---

<sup>1</sup> Para citação bibliográfica usar: Políticas Públicas de Economia Solidária: por um outro desenvolvimento. Organizadores: Alzira Medeiros, Ângela Schwengber, Valmor Schiochet. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006. ISBN 85-7315-330-X.

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Luiz Inácio Lula da Silva

**VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

José Alencar Gomes da Silva

**MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO**

Luiz Marinho

**Secretário Executivo**

Marco Antonio de Oliveira

**Secretário Nacional de Economia Solidária**

Paul Israel Singer

**Departamento de Estudos e Divulgação**

Valmor Schiochet

**Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro**

Conselho Diretor - Eleito para o Biênio 2005 a 2007

**Diretor Presidente:**

Raymundo Juliano Rego Feitosa

**Diretor Vice-Presidente**

Maria do Socorro dos Santos

**Diretor Financeiro**

José Francisco Gomes

Programa Geração de Trabalho e Renda

Allan de Azevedo Pessoa

Alzira Medeiros (Coordenadora)

Rosineide Gonçalves

**Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária**

**Coordenação Nacional:**

Ângela Maria Schwengber - Secretária Executiva Nacional  
Evandro Luzia Teixeira - Coordenação Norte  
José Celso Carbonar - Coordenação Norte  
José Carlos Monteiro Gadelha - Coordenação Norte  
Eliane Cabral Lima - Coordenação Nordeste  
Ronildo Monteiro Ferreira - Coordenação Nordeste  
Antônio Marcos Arcanjo da Silva - Coordenação Nordeste  
Larissa Orro - Coordenação Centro-Oeste  
Adauto Marconsin - Coordenação Sudeste  
Maria Lúcia da Silva - Coordenação Sudeste  
Maristane José de Oliveira - Coordenação Sudeste  
Sandra Fae Praxedes Silva - Coordenação Sudeste  
Rosangela Darugna - Coordenação Sul  
Sandro Lunard - Coordenação Sul  
Sandra Nishimura - Coordenação Sul  
Jorge Elias Rodrigues - Coordenação Sul

# SUMÁRIO

|                                                                                                                                                      |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Apresentação</b>                                                                                                                                  | <b>07</b>  |
| <b>Introdução</b>                                                                                                                                    | <b>09</b>  |
| <b>Capítulo 1 - A nova centralidade do trabalho e o precariado: a economia solidária frente ao processo de crise e reestruturação do capitalismo</b> | <b>14</b>  |
| <i>Pedro Cláudio Cunha Bocayuva</i>                                                                                                                  |            |
| <b>Capítulo 2 - Economia solidária e movimentos sociais</b>                                                                                          | <b>49</b>  |
| <i>Genauto Carvalho de França Filho</i>                                                                                                              |            |
| <b>Capítulo 3 - O estado da arte das políticas públicas de economia solidária no Brasil – uma análise qualitativa dessa construção</b>               | <b>93</b>  |
| <i>Francisco J. Alves, Genauto C. de França Filho, Christiane Girard, Tânia Cruz e Herton Araújo</i>                                                 |            |
| <b>Capítulo 4 - Diretrizes e estratégias para a construção e desenvolvimento das políticas públicas de economia solidária</b>                        | <b>153</b> |
| <i>Trabalho coletivo pelos participantes sistematizado pelos organizadores</i>                                                                       |            |
| <b>Bibliografia</b>                                                                                                                                  | <b>165</b> |

## **Apresentação**

Esta publicação apresenta a edição das exposições e debates ocorridos nas duas oficinas de formação dos gestores públicos de economia solidária realizadas no segundo semestre de 2005. Estas oficinas compõem o projeto Formação de Gestores Públicos de Economia Solidária, realizado por uma parceria entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério de Trabalho e Emprego e a Rede de Gestores, executado pelo Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, com o apoio da Fundação Banco do Brasil. Os conteúdos pretendem contribuir para a construção de referenciais teórico-metodológicos na formulação e consolidação da política pública de economia solidária no Brasil. Não é objeto destas discussões fazer uma avaliação destas experiências e, também, não se procurou incluir a política pública no âmbito do Governo Federal, embora as propostas e análises contemplem a formulação nas três esferas de governo.

Iniciativas governamentais dos Entes que compõem a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária apresentam experiências de referência para a reflexão, presentes nesta publicação.

O capítulo 1 trás uma análise sobre as transformações nas relações de trabalho, no qual Cunca Bocayúva, palestrante convidado, procura demonstrar a precarização das relações de trabalho e a importância da política pública de economia solidária considerar os fluxos econômicos e sociais no espaço urbano e rural com vistas à construção de novas dinâmicas. Ele propõe a estruturação da política no nível micro (respostas para o empreendimento na sua demanda de gestão e organização produtiva), meso (nas articulações de redes e cadeias produtivas nos espaços territoriais) e macro (que compreende a relação da economia solidária com as questões macro econômicas, da proteção social, da legislação, entre outras).

O último capítulo apresenta a construção pelos gestores participantes da oficina de diretrizes e estratégias para a política de economia solidária, cujos debates revelam uma troca de saberes e experiências entre participantes com diferentes níveis de acúmulo e diversidade de experiência o que permite um aprofundamento da realidade sócio-territorial, das dinâmicas regionais e político-institucionais.

Os organizadores desta publicação coordenaram a formação com diferentes papéis e responsabilidades e com um único objetivo: o de contribuir para a socialização e apropriação coletiva do saber construído sobre a economia solidária e com isso favorecer a uma maior qualificação dos gestores na sua missão de fazer da política o exercício do direito para centenas de trabalhadores e avançar no debate sobre a democratização do Estado.

Queremos aproveitar para agradecer a todos e todas da equipe técnica e colaboradores que fizeram possível a realização das oficinas e esta publicação.

***Alzira Medeiros***

Centro de Estudos  
e Pesquisa Josué de  
Castro

***Ângela  
Schwengber***

Rede de Gestores  
de Políticas Públicas  
de Economia  
Solidária

***Valmor Schiochet***

Depto. de Estudos  
e Divulgação da  
SENAES/ MTE

Organizadoras e  
Organizador

## Introdução

A nossa tarefa é transformar o País em um habitat digno, acolhedor e propulsor de oportunidades de desenvolvimento, principalmente para aqueles marginalizados e excluídos historicamente das políticas sociais básicas, da infra-estrutura básica e do direito ao trabalho.

Os antecedentes que provocaram o surgimento da economia solidária no mundo e no Brasil estão relacionados por um lado às conseqüências da revolução tecnológica, nas três últimas décadas do século passado, e a globalização financeira dos mercados, que se impuseram, independentemente da vontade política de qualquer governo, isoladamente.

Por outro lado, os fundamentos do Estado provedor e redistribuidor entraram em crise na Europa, notadamente na França e em seu lugar uma nova investida ideológica com foco no livre-mercado, sob o signo da ‘globalização’, foi sendo encetada. Embora hoje haja muito mais vozes e ações populares discordantes do que quando, após o fracasso do socialismo totalitário europeu, parecia que o “Mercado” era uma idéia monolítica invulnerável. Exemplo disso é a realização do Fórum Social Mundial.

Desde a década de 80, as mudanças nas estruturas sociais, econômicas e políticas são acompanhadas por elevada concentração de renda e por novas formas de exclusão social.<sup>2</sup>

Os serviços que eram de responsabilidade do Estado Provedor entraram em crise. Assim é que um conjunto de iniciativas de ajuda a domicílio de abrigo de crianças, de idosos, de saúde, de transporte de cultura, de lazer ou de preservação do meio ambiente

---

<sup>2</sup> Furtado, Celso – O capitalismo Global, Paz e Terra, 3ª edição, São Paulo, 1998.

começaram a envolver milhões de pessoas na Europa. Estes serviços deixaram de ser praticados pelo Estado e não são de interesse do mercado porque não geram lucros. Assim, estas diferentes ações provêm de uma forma e legitimidade oriundas da expressão coletiva, levando as organizações da sociedade a engajarem-se na produção e distribuição de serviços e está baseada na reciprocidade e busca de afirmação do vínculo social fundador. Ela desemboca na produção recorrendo ao trabalho ao mesmo tempo voluntário e remunerado, e na distribuição dos serviços numa combinação com os princípios do mercado e da redistribuição. *Os serviços são concebidos por meio de espaços públicos e a perenidade dos empreendimentos é assegurada pela relação híbrida entre diferentes tipos de recursos: mercantis, não mercantis e não-monetários* ( Genauto e Laville: 2004).

Diferente da Europa, as manifestações e experiências da economia solidária no Brasil quase sempre têm bases na economia dos setores populares. Aquelas as quais Gabriel Kaychete (1998) afirma como *responsáveis pela reprodução da vida de milhares de pessoas envolvendo um extenso fluxo de produção e troca de bens e serviços e representam uma ação de fronteira, geradora de embriões de novas formas de produção e sociabilidade*.

São experiências com um forte vínculo com as organizações dos movimentos sociais, inclusive sindicais, e comunitários. Isto quer dizer que as manifestações da economia popular e solidária, no nosso país, não são somente reflexos da crise do modelo de reprodução e acumulação do capital como é o caso da Europa. Ou seja, a exclusão social e a economia dos setores populares são antigas na nossa formação socioeconômica, pois nunca tivemos no Brasil um Estado Provedor e uma economia de pleno emprego e uma sociedade totalmente assalariada. Porém, a crise do modelo capitalista de produção e a reestruturação do Estado são responsáveis pelo desemprego estrutural, crescimento da pobreza, ampliação das desigualdades e de novas formas de exclusão social e criaram as condições para o surgimento de experiências de

economia solidária também como reação ao desemprego, fazendo emergir muitos empreendimentos e grupos de geração de trabalho e renda, principalmente nas áreas urbanas bem como a recuperação de empresas pelos trabalhadores na forma de autogestão.

A economia dos setores populares tem raízes sociais e comunitárias e difere, portanto, do chamado “setor informal” que representa uma reação imediata e isolada dos trabalhadores pela busca de sua sobrevivência. Digamos que há uma tendência dos empreendimentos individuais do setor informal, se viabilizarem em micro e pequenas empresas inseridas em nichos de mercado local e /ou global enquanto a economia dos setores populares e a economia solidária têm na sua essência valores sociais e políticos, para além da sua viabilidade econômica, enquanto negócio, pois trazem consigo laços de reciprocidade e de solidariedade. Compreende-se, também, que estas iniciativas e práticas vão além da geração de trabalho e renda porque reivindicam direitos sociais e vinculam as suas conquistas às transformações sociais e políticas para si e para outros. Vinculam o direito econômico à luta pela democracia.

É a partir desta compreensão e visão da realidade que se considera a necessidade de formulação de políticas públicas que apoiem as manifestações e iniciativas de grupos sociais, comunitários e de trabalhadores que têm gestado sua alternativa de solução frente à crise e hegemonia do capital financeiro, bem como a articulação dessas manifestações e iniciativas nos espaços socioeconômicos e políticos territoriais e que promovam mudanças e/ou novas regulamentações institucionais no ambiente macro-político e macro-econômico capazes de dar o suporte necessário à consolidação da economia solidária no Brasil. Considera-se, portanto, que o Estado tem um débito histórico para com estes trabalhadores e cidadãos.

A economia solidária está estruturada e organizada com base na cooperação, no associativismo e na auto-gestão. E o movimento de economia solidária faz uma crítica à hierarquização e a burocratização da estrutura do cooperativismo. Assim é que existem formas de organização heterogêneas compostas por: grupos, associações, ongs, fundações, cooperativas, redes de produção e consumo, cadeias produtivas, clubes de trocas, cooperativas, empresas autogestionárias bem como organizações de representação de empreendimentos solidários. Misturam-se estratégias de políticas públicas, autonomia dos atores, experiências coletivas gerais sobre o território, formas de resistência anticapitalista, estratégias de renda, estratégias as mais diversas de trabalho, utopias as mais variadas e isso a torna particular e complexa.

Um outro elemento a considerar é que as organizações da economia popular e solidária se vinculam a um determinado tecido social interativo e culturalmente construído seja no urbano ou no rural. Os laços de cooperação e solidariedade são praticados no cotidiano dessas pessoas – melhoria de condições de habitação, saúde, educação e transporte e, também pela necessidade de se criarem novas dinâmicas econômicas e sociais capazes de gerarem novas alternativas e possibilidades de quebrar o ciclo da exclusão e da pobreza. No sentido de resgatar a relação destas práticas, no capítulo 2, a partir das contribuições do professor Genauto Carvalho, coloca-se o debate sobre a economia solidária e os movimentos sociais. Existe alguma relação? O movimento de economia solidária pode ser considerado um movimento de novo tipo, que reúne ao mesmo tempo reivindicações ao Estado e proposições e práticas concretas na contra-mão do capitalismo?

O vigor da economia solidária como estratégia socioeconômica e política de desenvolvimento sustentável têm levado muitos governos locais e estaduais bem como o governo federal a implantarem ações, programas, projetos e políticas de fomento à economia solidária, até mesmo como ações indutivas em locais

onde o movimento social ainda não despertou para esta possibilidade, configurando-se muitas vezes também como espaços de estímulo à organização e à participação social. Estas políticas ainda estão em construção, com diferentes graus de elaboração nos diferentes locais onde acontecem, mas já configuram experiências e conhecimentos importantes para a formulação de políticas integradas dentro de um Estado federativo como é o nosso.

Algumas destas experiências foram tratadas nos debates e exposições, notadamente no capítulo 3, constituído por um painel com os pesquisadores de várias universidades, com a coordenação do Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), sobre a pesquisa “o estado da arte da política de economia solidária no âmbito dos gestores que compõem a Rede”, realizada no período de 2004 a 2005 (resultado da parceria entre a Rede de Gestores e a SENAES/MTE).

Desta forma, na perspectiva de socializar idéias trazemos para o interior do debate da economia popular e solidária a reflexão e formulação destes gestores públicos municipais e estaduais que compõem a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, bem como a contribuição de estudiosos da economia popular e solidária e de políticas públicas.

## CAPÍTULO 1

### **A nova centralidade do trabalho e o precariado: a economia solidária frente ao processo de crise e reestruturação do capitalismo**

Exposição: *Pedro Cláudio Cunca Bocayuva*<sup>3</sup>

Parte das expectativas que foram colocadas pelos gestores nesta formação está no plano da metodologia prática do atendimento micro-econômico a empreendimentos populares. O que foi colocado está ligado a como fortalecer o circuito inferior da economia urbana e a como atender à pequena produção e ao trabalho autônomo precário. Parte do que foi posto aqui também está ligado ao problema da relação entre o contexto social de desigualdade e as estratégias de sobrevivência populares, articulando aquilo que se chama de o circuito inferior, os setores de economia popular. Então, aqui foi apresentada uma temática mais micro, de como esses empreendimentos podem potencializar inserção social.

Apareceu também a temática mais meso – de como é que a gente articula em rede, no município, faz estratégia de fomento e promove políticas. Também surgiu na apresentação que uns gestores são de desenvolvimento econômico e inclusão social; outros, de desenvolvimento, trabalho e renda, e outros, de desenvolvimento e economia solidária. Apareceu, então, que na base, estão emergindo institucionalidades para lidar com o que eu chamei de “o micro” e “o meso”.

---

<sup>3</sup> Diretor da Fase, na área do direito ao trabalho associado, no Rio de Janeiro. Ocupa-se dos temas do desenvolvimento local e dos direitos econômicos sociais e culturais – uma temática importante de relação entre o tema do direito, do território, do trabalho associado. No momento, é responsável também pelo processo de acompanhamento do Programa Nacional de Incubadoras – Proninc, de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

Só que nós temos um terceiro problema: o debate da economia solidária não se resume ao problema do empreendedorismo popular eficiente; não é o problema clássico do circuito inferior popular. É uma questão de nova escala, que envolve a crise do circuito inferior popular, dos circuitos formais da economia, dos mecanismos de assalariamento pela agroindústria, pela grande indústria, a precarização do trabalho para a classe média, o novo proletariado com 2º grau e até com curso universitário, entre outras coisas. Envolve, portanto, problemas de escala maior.

O nosso debate, nesta oficina, não vai ser no sentido de como vamos fazer capacitação eficiente montando uma central de trabalho e renda, ou como montar o sistema público de trabalho e renda na base, desenvolver capacitação para gestão empreendedora e acesso ao mercado, mecanismos de adequação ao microcrédito, etc. Fui convidado para uma outra pergunta, um outro debate, que envolve Estado, políticas públicas e economia solidária. Portanto, é uma interrogação que diz respeito ao macro, ou seja, à relação entre a economia solidária e um projeto estratégico de desenvolvimento. É uma pergunta entre a economia solidária e a crise geral do modelo clássico de geração de trabalho e renda. Não diz respeito só às dificuldades dos elementos de resistência da reprodução social popular – nas famílias, na pequena produção, nos circuitos inferiores da cidade, que são fundamentais, porque dão um dinamismo, que fazem parte da história, são centrais.

### **As grandes transformações no mundo do trabalho**

A economia solidária terá sempre, como a base de força coletiva, o potencial micro-empendedor, autônomo e de reprodução social das famílias, das comunidades e nos territórios. Mas os territórios não são atravessados apenas por um modelo igual à pequena produção numa determinada região. Nós estamos falando também das massas urbanas; quer dizer, de onde se construíram as cidades, os assentamentos urbanos, que sempre foram autoproduzidos também. O circuito inferior é a

autoprodução, o comércio na favela, o movimento econômico na periferia. Então, certamente nós estaremos lidando com isso, quando pensarmos a questão como um problema macro – um problema-chave.

Mas há ainda o problema de que hoje há uma crise do modelo do proletariado estável. Se eu falar de Diadema, em São Paulo, eu vou falar de uma brutal economia informal difusa. Se eu falar de todas as grandes cidades, eu vou falar de centenas de trabalhadores na rua, nos serviços precários. Ou até mesmo se eu falar da informática, da indústria terceirizada, do serviço, da construção civil e até do chamado emprego formal, que é temporário, precário, de contratação limitada e terceirizada. Esse mesmo que o Governo diz oficialmente “Está crescendo o emprego”. Esse emprego cresce como um trabalho limitado, terceirizado, ou seja, por um tempo determinado do contrato. Então, a chamada carteira assinada que cresce é também ligada à centralidade do processo de precarização.

Portanto, de brincadeira, acabei dizendo de onde eu falo, de onde questiono o Estado, as políticas públicas, a economia solidária. Minha fala é um pouco a partir de que relação de classe, sujeito social, estrutura social, quem é que está envolvido e qual é a grande massa da classe trabalhadora – aquela que não está incluída nos êxitos atuais de crescimento, porque parte da classe operária, dos trabalhadores de serviços, da economia que se formaliza como estabilizada está, assim como parte de quem tem acesso a crédito também. É o grande precariado difuso.

Então, eu de brincadeira, também estou substituindo, dizendo “Nós trabalhamos com o precariado”. Esse precariado pode ser o jovem que já tem 3º grau, mexe com a telemática, mas vai ser subempregado, fazendo editoração. Pode ser o moço e a moça que têm 2º grau e vão trabalhar no comércio, no verão, temporariamente, vendendo numa loja – na forma americana de trabalho nos shoppings. Pode ser ainda o engenheiro ou o arquiteto, que vai fazer reformas, obras, etc., subcontratando, montando e empreitando; e sob empreitada, tirando uma receita pelos valores e custos que rebaixam. E pode ser a grande massa

difusa na economia das ruas, na economia sociocriminal narcotraficante, nos processos difusos no território, no crescimento das economias de circulação (dos motoboys) e de terceirização de serviços, no aumento das formas de subcontratação e mecanismos que vão, por exemplo, da entrega ao reparo e à microeletrônica – as pessoas que vêm consertar os nossos computadores, fazer serviços na nossa casa, e as mediações de pirataria. Tudo, enfim, que está nessa brutal economia difusa e transformada em que nós vivemos.

A pergunta é se vamos conseguir articular cenários e estratégias de economia solidária que levem em conta a crise do modelo salarial contratual clássico, a emergência desse novo proletariado de serviços e do trabalho intelectual cognitivo da informação e da comunicação, além da grande massa subproletária desqualificada com baixa escolaridade, onde está a maioria das mulheres.

Os empregos que crescem, nesta economia, são, em grande parte, domésticos, de segurança. Então, eu quero pegar esse macro-problema e colocar para nós a discussão da economia solidária aí, porque eu, em particular, tenho tratado essas macro-questões. Isso não quer dizer que nessas referências não discutirei o problema de Catende ou a crise do sucro-alcooleiro e da Zona da Mata, porque têm que também ser tratados na escala sócio-ambiental, por exemplo, das macro-bacias hidrográficas, até porque parte da solução está na escala dos territórios. Quer dizer, não adianta se eu pegar uma centena de pequenos camponeses e achar que a agricultura familiar se resolve enquanto agricultura familiar e não enquanto macro-desenvolvimento sócio-territorial, construindo territórios. E a construção de territórios não é só um problema do contato físico, mas também da forma como se articula a dinâmica produtiva no território.

A economia solidária é um olhar que permite também a gente observar resistências e dinâmicas num território em que não são observadas. Durante muito tempo, não era percebida a cadeia produtiva ligada, por exemplo, a produtos do tipo cosméticos e outras em Diadema, ou não era percebida a produção de jeans em

São João do Meriti (RJ), a maior fábrica de jeans integrada e difusa no território. Aquilo, no entanto, não entrava na política industrial. Não era visto aquele território como um território produtivo.

Quando você vai ao Morro da Mangueira, no Rio, você não nota que ele é parte da cadeia produtiva do Carnaval, do samba, da indústria de telecomunicações, de produtos audiovisuais, de articulações turísticas e de sentidos de economia urbana, popular, concentrada, financeira, globalizada, que constituem desde a imagem da cidade até a integração de articulação. No máximo, as pessoas alcançam que, na favela da Mangueira, há uma escola de samba com 400 assalariados de carteira assinada. Mas não se pegavam os 60 empreendimentos econômicos, o conjunto de programas sociais, a liderança das mulheres, a disputa política na cidade, a relação intelectual entre a poética do Cartola e a relação com a inteligência da cidade, assim como hoje não se pega o conflito e a guerra nas cidades como pontos de "pregnância" entre economia, território, produção e serviços.

Não se entende por que na Rocinha e no Vidigal, em que a gente tem uma guerra que parece como nacional. Assim como não se compreendem as outras subguerras, os outros espaços, aqueles vazios – as chamadas faixas de Gaza, aqueles territórios. Evidentemente que estou impregnado de discussões que têm a ver com o território que eu vivo no momento. Mas a guerra difusa social do País, o conflito afro, étnico, racial, as contradições de gênero, os problemas da organização nos territórios e o problema da nova economia com elementos de informação e telecomunicações, entre outros, são certamente elementos presentes em qualquer território do País.

Se você for às cidades do Norte, elas vão estar permeadas pelos conflitos com as rotas de globalização, a articulação com o eixo do Pacífico, as formas de expansão da fronteira agrícola, ou as novas concentrações urbanas. Se você for ao Nordeste, você vai ter que disputar os padrões do perímetro irrigado. Então, há um elemento de diagnóstico sobre o qual eu também não consigo falar. Na realidade, eu estou falando de onde vem a problemática que eu gostaria de tratar com vocês.

A idéia é, então, dizer o seguinte: a economia solidária é uma resposta ao processo de crise de reestruturação do capitalismo. Segundo as definições da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), e todos nós, seria possível, nessa crise, encontrar uma resposta conflitual mais cooperativa, baseada no trabalho associado. Por exemplo, o trabalho associado dos trabalhadores nas indústrias que entram em colapso, dos micros e pequenos no território. São criações de formas e emergências baseadas num choque jurídico, político e de capital social, com base no associativismo e no cooperativismo, numa visão cultural democrática de autogestão. De alguma maneira, a economia solidária está hoje tentando identificar cenários onde emergem possibilidades de maior cooperação produtiva e de maior capacidade de associação do trabalho, dos autônomos, dos precarizados, dos micros, dos pequenos... A economia solidária aparece, então, como uma tentativa de coletivizar respostas, buscar cooperação produtiva no território, articular em rede. Ela aparece como um conjunto de respostas de sistemas que pretendem e só podem ter êxito se não for na escala micro-difusa.

### **Repensando os modelos e formulando novas hipóteses**

Certamente, o paradigma do microcrédito não é o que garante o êxito. O microcrédito tem que se adaptar a essa associação produtiva – e essa associação produtiva tem que ter capacidade de articulação em rede no território. Então, de certa forma, um referencial deste debate é a mobilização democrática e produtiva, e a relação entre cultura e território. Evidentemente que a maneira a qual teríamos hoje de debatermos é sobre quais são as possibilidades de observar os cenários de conflito e os limites do assalariamento, da micro e pequena produção, dos novos trabalhadores e do novo trabalhador da rede, do sistema de informação, etc.; os limites de ilógicas que a gente teria que trabalhar também com as grandes crises observadas por nós hoje.

O fundo público e os bens coletivos são apropriados crescentemente para o processo de privatização. Os fundos

públicos são canalizados para uma nova infra-estrutura global e, de alguma maneira, se integram ao sistema de acumulação, tentando responder à velocidade da acumulação e à infra-estrutura da acumulação, privatização, globalização. Os fundos públicos de acumulação são, portanto, reorientados duplamente: como financeirização – tipo os fundos de pensão, para capitalização, fusão e aquisição de grupos – e para constituir as políticas de acumulação para garantir ao capital as chamadas parcerias público-privadas, os seus sistemas de aliança e as suas infra-estruturas. A economia solidária está na contramão dessa lógica, porque nós pensamos o fundo público integrando o complexo cidadania e economia, cidadãos e cidadãs e produtores. É uma lógica diferente. Nós pensamos o fundo comum ligado ao orçamento público, ao gasto público, garantindo uma outra dinâmica de relação entre produção e reprodução social, entre economia e política.

Uma outra grande problemática para se situar é o que está acontecendo hoje que barrou o movimento de integração social, via bem-estar social. Como nós não queremos que a economia solidária seja uma política assistencial focalizada, e uma maneira de os miseráveis resolverem sua auto-sobrevivência, não haverá economia solidária associada de novo tipo autogestionária que crie uma economia mista, complexa, e que seja capaz de alavancar desenvolvimento e bem-estar coletivo, se ela não acessar mais o orçamento e o fundo público.

Portanto, não será pela bancarização. Isso significa que, para ser trabalhador do novo proletariado cognitivo, produzir o novo capital humano do capitalismo da terceira revolução industrial e ser capaz de ter inserção social, nós precisamos ter direito de acesso ao conhecimento, ao saber, à informação, a tecnologias; para ser cidadão produtivo nessas novas dinâmicas, nós temos que ter um piso comum.

A maioria dos países do mundo, toda a esquerda do mundo hoje, de todos os tipos, sabe que se exigiria uma coisa que não é o retorno ao mero Estado do Bem-estar Social, que nem se realizou aqui. E não é também uma forma de pura redução da jornada de trabalho, como se fosse possível resolver o problema da

distribuição da produtividade da organização do trabalho, e do tempo de trabalho, como um fracionamento da renda salarial. Vai ter que se criar uma nova riqueza produtiva e essa riqueza produtiva só é constituída com uma nova relação com o conhecimento, a organização. O capitalismo mesmo chama de capital humano. O capitalismo hoje é de capital humano para gerar capital humano. E se assim é, tem que ter o piso comum. O capitalismo se apropria do conjunto da vida – ele privatiza a saúde, a educação, a previdência, etc. –, para essa velocidade da acumulação.

Então, nós que mal tínhamos conseguido criar a cidadania de segunda classe regulada, temos que enfrentar o colapso desse modelo, ao mesmo tempo em que temos que avançar para um referencial de condição daquilo que é o comum. Porque existe uma coisa que é o público. O público é o espaço em que se disputam interesses diversificados e se estabelecem relações de força para onde vão recursos produzidos e controlados pelo Estado. É a democracia na disputa do público, do fundo público, dos interesses; é um jogo de relações de força. Mas existe o comum, o igual, o piso básico dos direitos.

O Estado ampliado é atravessado pela luta dos trabalhadores, dos direitos sociais, pelo papel das burocracias, pela mediação que se alarma e cresce, ou até pelas classes médias, que entram no meio para mediar o conflito. O Estado é ampliado, portanto, pelas funções sociais, pelas funções de reprodução, pela regulação da crise, pelo papel de formação. Mesmo hoje, é um Estado que se mantém, por exemplo, para garantir a velocidade da inserção internacional do terceirizado, da privatização. Quer dizer, não tem menos Estado naquilo que se refere a quem ganha a disputa do fundo público.

Quando falamos de políticas públicas, sabemos mais ou menos que essas políticas públicas são políticas ligadas tanto à reprodução social do capital quanto à reprodução social da classe trabalhadora. Nós vimos que as políticas públicas e os fundos públicos se relacionam naquilo que eles são disputados pela função que eles têm. A reprodução social da classe trabalhadora interessa

ao capital. Mas prefere não arcar com isso, prefere que seja salário indireto. Mesmo naquilo em que a política pública é antimercadoria, ela serve para a mercadoria, porque o capitalista não quer gastar dinheiro com formação de trabalhadores. Ou seja, a política pública serve tanto para o capital, quanto para as classes trabalhadoras. Só que o conceito de classe trabalhadora se transformou; a classe trabalhadora e a forma de trabalho se diversificaram. A gente trabalha hoje com diversos sujeitos, e para alguns, há uma crise que está sendo realizada no trabalho.

A economia solidária é justamente a tentativa de recompor a centralidade do trabalho em tempos de grande precarização, em que as formas de identidade são produtivas – ser negro, ser jovem, ser reprodutivo, não-reprodutivo. O capitalismo não prescinde da subjetividade do corpo e do saber; ao contrário, usa intensivamente isso. Então, aquilo que não aparece como conflito social (mulher, índio, etc.) é conflito produtivo de geração de riqueza. Capitalismo também não se resume a uma drenagem de economia pela fábrica. Ele drena pela circulação, pelos serviços, pela produção imaginária e simbólica, pela economia do entretenimento e lazer, pela saúde, pela educação, pelas formas de subjetivação, pelos estilos e padrões de consumo.

Nada se explica racionalmente... Eu passei ontem, por ali, e vi cinco drogarias numa quadra. É uma explicação que só está relacionada com uma economia industrial, químico-farmacêutica – é da saúde, da cultura de consumo, da subjetivação do sujeito, e envolve uma lógica de corpo de uma sociedade que tem a capacidade de se endividar comprando aquelas coisas. Então, é esse caráter não separado dos elementos. Mas aí tem a prova de que sabíamos da política social, dos genéricos, da possibilidade de quebra de patente. Existe uma disputa dos direitos subjacente para repensar isso aí.

Bem, nós estamos aqui repensando uma nova centralidade de trabalho. Nós vemos o novo trabalhador, o novo trabalho, as novas redes, o novo contexto urbano, o capitalismo que tornou a cidade à parte. O capitalismo terceirizou, quarterizou... Onde é que está o trabalhador da Petrobrás? Antigamente, estava todo

mundo na CSA (Companhia Siderúrgica do Atlântico), ou nas grandes empresas, todo mundo era contratado pela CSA ou pela Petrobrás. Hoje não. Tem lá 2 mil, 3 mil, e tem 8 mil, 9 mil, 10 mil que são terceirizados, quarteirizados. Até mesmo a fábrica se desverticalizou, se difundiu. Eu não preciso ter necessariamente só a grande unidade. Isso traz uma vantagem para o capital, que não tem mais interesse na massa concentrada.

Mas isso também traz uma vantagem para a massa proletária, que pode organizar suas alternativas, suas agroindústrias, suas empresas alternativas, suas formas de organização do território, suas resistências. Então, nós estamos preparando algo que para as regras políticas é difícil. A pergunta é: Quem pode enfrentar uma economia de orientação neoliberal? Quem pode enfrentar a economia da desregulamentação? Que tipo de processo que pode enfrentar essa possibilidade que extrai mais-valia social com tanta intensidade? A hipótese que nós temos é um debate de que a economia solidária tenta ser uma resposta a essas questões.

A possibilidade que nós estamos discutindo aqui deve fazer mal à cabeça de economistas do planejamento clássico ou economistas tradicionais do trabalho que pensam que o futuro do mundo é pelo puro assalariamento. Na realidade, a história da luta de classes no mundo foi para que as pessoas saíssem das fábricas, não para que tivessem o ônus do regime fabril, maquinista. Foi uma deformação para que as pessoas não ficassem na linha de montagem. Quem questionou o sistema fabril não foi o neoliberalismo, foram as greves de massas dos operários, que não queriam o sistema fabril.

Só que a burguesia e o capitalismo, evidentemente, disputaram esse descontentamento; descontentamento de quem estava fora, das mulheres, dos filhos dos operários que já tinham feito 2º grau, terceiro grau, etc. As greves de contagem, Osasco, essa gente que está na pré-história do PT, que se perdeu no tempo, eram operários estudantes já. Por exemplo, o proletariado feminino, doméstico, nas ruas no Recife, aquelas meninas todas que estudam de noite e trabalham naquela nova cadeia produtiva

hospitalar de serviços que existem ali. É uma indústria hospitalar que articula financeirização, Terciário Superior, é produtiva, articula o capital, a produção e o consumo – cria pólo econômico<sup>4</sup>. E ali tem moças que vão para os supletivos e circulam no território e são precarizadas.

Mas se nós fizermos um foco, para dar um exemplo, das nossas alternativas produtivas, só pensando na mulher prisioneira da miséria no território, que é espancada, está sozinha cuidando dos filhos e precisa da cesta básica, e o corpo feminino dessa classe trabalhadora não for articulado com a circulação do metrô, sem pensar o espaço da circulação – só considerando o Recife, agora, para ajudar a imagem de outra cidade – e não for articulado com o corpo dessas moças que vão para o emprego doméstico, e a sua subjetividade, e com as outras precarizadas nos serviços dentro desse novo pólo do capital na saúde, que Tânia Bacelar já citou várias vezes, do Terciário Superior... Quer dizer, se a gente não pensar neste corpo, como é que pensa esta articulação? Esta articulação é possível de ser pensada considerando a economia urbana, o território, as redes, os fluxos, a circulação, o consumo, a educação, porque essa classe trabalhadora está em todos esses espaços. Ou seja, eu não posso pensar a qualidade de vida da classe trabalhadora sem levar em conta os fluxos de circulação na cidade, a qualidade do transporte, a iluminação das ruas e os espaços públicos, porque eles são garantidores.

Quando o Afro Reggae (grupo cultural) vai lá e monta o Conexões Urbanas (projeto do grupo)... Oitenta, 90 pessoas que vão, vendendo coisas em volta, geram uma determinada paz no território, produz um efeito de circulação de riqueza e articula comunidades? Normalmente nós não consideramos isso como dinâmica socioprodutiva. É um capital inteiramente diferente de quando eu invisto em um show do Mick Jagger, em Copacabana. A alavancagem da economia local que um show do Conexões Urbanas, levando Caetano, Gil e o Rappa, para uma favela é inteiramente diferente da lógica e da alavancagem de um espaço

---

<sup>4</sup> Se refere ao pólo de serviço médico no Recife (nota de edição).

segregado da praia de Copacabana, onde a tendência, inclusive, é virar enfrentamento. Isso porque as massas também recusam a segregação urbana, então vão para a rua do Leblon, para a rua da cidade e quebram o pau. Ali existe uma dinâmica. O Conexões Urbanas é economia, é cultura, é produtivo. Nossa tendência é não olhar isso, não olhar o território, a cultura.

O “velho” Milton Santos, geógrafo, dizia que o modelo cívico brasileiro vai ter que levar em conta a nova estratégia de pactuação federativa, uma nova lógica de construção dos territórios que vai ser intensiva em território e cultura, únicas formas de reagir à dinâmica de segregação e individualização e ao processo multitudinário do modelo cívico-político brasileiro. Então, o modelo é também porque a cultura é produtiva, é uma outra coisa, porque hoje tem a centralidade produtiva.

Quando eu olho o modelo da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), qual a centralidade desse modelo? Ele é organizado em rede, funciona por videoconferência, articula dinâmicas de comunicação telefônica e cibernética. Ele se articula com uma conceituação. Quando eu olho o marco conceitual da SENAES, ele está definido por estratégias de qualificação e formação. Ele é intensivo, então, em cultura e qualificação. Ele ainda é baseado no sistema de mapeamento, diagnóstico e informação para tentar tornar visíveis os empreendimentos que são “invisibilizados” nas análises estatísticas clássicas, e depois desenvolver estratégias de indicadores para produzir políticas públicas adequadas. Evidentemente, é um investimento. Até eu conseguir essa rede nacional, eu tenho que ter um movimento social ou uma crise social, ou tenho que ter nós aqui todos num debate político. Até essa força intelectual, cognitiva e institucional repensar o sistema público de emprego, nós já perdemos muitas conjunturas.

O que está em questão é como a gente potencializa repensando a disputa do modelo. A discussão hoje, aqui, foi trazida por intelectuais que repensam. Todo mundo aqui está numa função política, pedagógica de repensar o seguinte: eu não tenho como ficar prisioneiro do atendimento micro e da pobreza,

terceirizando, quarteirizando a política social da prefeitura, em sub-rede, e ao mesmo tempo, me articulando com uma política vertical que não transforma a orientação estratégica do modelo. Agora, por outro lado, isso quem vai fazer não são os gestores. Mas a questão é: onde está o sujeito central desse modelo? Onde estão os sujeitos centrais deste conflito? Nessas moças da circulação da cidade? É a classe trabalhadora dos serviços difusos domésticos? Mas aí você diz: “Puxa! Você está aqui considerando o sujeito da economia solidária? É um sujeito que eu não vejo da economia solidária”. É, vamos pensar a reorganização do emprego doméstico e dos serviços para dar mais força de barganha, mais recursos, competência, segurança social e coletiva para essas mulheres que vivem no precariado. As mulheres prisioneiras da cidade, que não se apropriam do território e que deveriam ser o centro das novas políticas públicas, as quais não estão concentradas para elas, mas para os homens que comandam as redes clientelistas das associações – essas que, na cidade onde eu vivo, estão vinculadas ainda à pressão narcotraficante. Às vezes, tem uma mulher na liderança cercada por homens que comandam. Mas o interessante é que tanto o narcotráfico, quanto os meninos que fazem processos produtivos, como a polícia, todo mundo circula no território mais pobre, sabe com o que? Com o Nextel (operadora de celulares). É tudo ligado à comunicação. É tudo ligado à cultura, à mensagem, à linguagem. Eu não mando numa favela se eu não tiver informação. Então, tem um elemento de construção e apropriação do território, do espaço, da capacidade de circulação, da defesa da vida e dos direitos básicos.

Então, é evidente que a economia solidária remete ao fato de que as estratégias de crescimento que levam ao colapso as redes e a possibilidade de organização territorial são desastrosas. Há uma reorientação da política pública para o território. Ali onde o Estado não penetra. Para isso, é preciso pensar essas políticas, mas a nossa tendência é dizer “Não, terceiriza, quarteiriza...”. E aí uma ONG vai fazer uma política que seja do Estado. Mas o que é que nós estamos pensando? Qual o limite entre uma cooperativa e uma associação que monta uma política pública local de atendimento

aos idosos, cuidados com as crianças de creche, etc., que representa uma omissão do Estado e uma autonomia produtiva que eleva a qualidade de vida? Onde é mais liberalismo e onde é emancipação? Esse é o dilema.

Agora, ninguém pense que vai ter um retorno ao macro-equipamento fordista com as pessoas que têm carteira assinada trabalhando no Estado, ou em fábricas. Até porque a sociedade produz, crescentemente, tempo livre. A sociedade produz, crescentemente, com mais produtividade. O problema é se apropriar dessa renda produtiva. E essa renda produtiva só existe, porque quem é que paga imposto? Quem é que financia energia? Quem faz infra-estrutura? Quem garante o crédito do agrobusiness? Mas eu não olho o agenciamento no Banco do Brasil na antecipação do financiamento da safra e nos investimentos do agrobusiness.

Nós sabemos que o único terreno que a luta do fundo público no Brasil ganhou um avanço pequeno foi na disputa da orientação do fundo público para a agricultura, quando apareceu o fundo público para a pequena produção. Mas, se a pequena produção não tiver estratégia de integração produtiva do território, dinâmicas sociocooperativas, articulações urbano-rurais, ela aborta e entra numa economia de micro. Mesmo os produtores de mercados, os nossos camponeses ricos, médios fazendeiros, esses que fazem tratoradas em Brasília, que se ferram com a seca, eles vêm aqui depois negociar a dívida. E aí o Caiado, essa turma, vai lá, os apóia e depois tem lá um processo de negociação ou resolução da dívida deles.

Nós estamos numa escala de questões, numa estratégia, num conjunto de questões... Bom, aí as pessoas vão dizer “E o marco institucional, jurídico e legal?”. O que eu tenho assistido é que estão se constituindo marcos jurídicos, legais, inteiramente impensados. A desvantagem do neoliberalismo para nós, que é a desregulação, está virando uma vantagem em alguns lugares na disputa. O que é que é isso? Por exemplo, você diz assim “Não pode ter cooperativa, a não ser com 20 pessoas”. Então, você vai ao Sul da Bahia e escritórios aceitam cooperativas com seis, nove

pessoas. Começa a ter lei municipal disso, fundo público municipal daquilo, começam a se constituir agenciamentos estratégicos. O problema é que esses agenciamentos estão muito ligados aos grupos existentes e aos grupos miseráveis e demandantes. Eles não estão ligados a um contexto mais amplo, em que ligo esse grupo mais vulnerável com o grupo que vive na extrema pobreza; com o grupo mais vulnerável, semi-vulnerável, semi-incluído e o incluído.

O tempo que eu levo numa obra de saneamento é muito maior do que o tempo que eu levo para ter uma periferia parabólica. A nossa periferia pode ter fome, desigualdade, informalidade e é cheia de parabólica. O cabo de fibra ótica entra numa favela mais rápido e mais fácil do que você colocar um grande saneamento.

Nós estamos tendo a proliferação de Telecentros, que não são pensados como centros de inteligência, no meio do precariado, da informalidade, no território brutalizado pela guerra no Brasil. Eu estava falando da inteligência, onde esta inteligência formal vira inteligência real? Os 300 mil jovens de São Paulo que foram atendidos pelos Telecentros ainda não apareceram como uma força social e produtiva. Mas foi uma das políticas de grande escala também que nós tivemos e que está em discussão. Agora vai ter algum retrocesso. Já soube que o pessoal do INTI (Instituto Nacional de Tecnologia Industrial), do software livre, pediu demissão, ou saiu.

Mas, a gente nunca pensou, onde a plataforma dos softwares livres cresce? Nas favelas! Onde esse sujeito se conecta. Isso significa que nós vamos precisar que este nosso debate passe pelos sindicatos e pelas associações, que estão sem gente, sem jovens. Não pensam no corpo desse proletariado feminino, nem nesses jovens formados nos Telecentros; quer dizer, no sujeito social que pode dar sentido a essa possibilidade dinâmica de que a gente tenha, em algum momento, transformações, que podem afetar as velhas estruturas da pequena e da média empresa, da grande empresa, e estratégias de desenvolvimento local e territorial. É até interessante quando as secretarias e os

departamentos de economia solidária, e inclusão social, não se dêem pelas secretarias de assistência social.

Eu me lembro, no Rio Grande do Sul, que houve um projeto para transformar o antigo sistema público de emprego em centrais de trabalho e renda, articulando dinâmicas municipais, regionais, etc., com ONGs, universidades e a ação pública. É um modelo interessante para o futuro sistema de trabalho e renda no Brasil – com centralidade relativa em economia solidária, cooperativismo e associativismo em redes, pensando as formas novas, até para a pequena e média empresa também, não só para o cooperativismo, porque também tem que se associar para sobreviver, operar em rede, ter compras conjuntas, contabilidade conjunta, etc. – como Citofarma, Coopefarma, franquias, em que a gente vê freqüentemente os pequenos cooperativados. Há uma tendência de associação que está na dinâmica, e que a gente tende a olhar do ponto de vista da fragmentação. Mas nós podemos observar que a sobrevivência de pequenos e médios está ligada à associação. Até mesmo aquilo que não aparece é feito pelo sindicato, pela associação. Os panificadores, os outros, têm serviços compartilhados. Temos a possibilidade de construir a dinâmica de cooperação.

O maior fracasso do capitalismo brasileiro é que ele não criou dinâmicas de identidade do território, nem do ponto de vista da burguesia, porque ela foi patrimonialista, centralmente articulada com o Estado. São poucos os Estados, talvez Santa Catarina, onde exista a capacidade cooperativa real de unidade de classe, por exemplo, entre proprietários e empresários. Isso significa que essa possibilidade de reconstrução comunitária do mundo do trabalho é a condição para desprivatizar o Estado. Se eu não colocar o interesse coletivo de cidadão e produtor no centro... Mesmo o sindicato é prisioneiro do pacto anterior da sua fundação; não tem autonomia e não consegue organizar a classe trabalhadora no local de trabalho – seria organizá-la hoje no território, porque ela é difusa. Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, tem uma planta petroquímica forte, mas você não organiza a classe

trabalhadora industrial se não pensar o conjunto daquele município.

### **Três visões estão presentes no debate sobre a economia solidária no Brasil**

Neste sentido, nós somos chamados para um diagnóstico integrado não de assistência social, mas de desenvolvimento. Por isso, a economia solidária está no centro, no coração, da estratégia do desenvolvimento econômico. Só que nós temos aí uma divergência relativa de orientação e proximidade. É que alguns pensam que a economia solidária vai criar, basicamente, a frente de um enfrentamento de um modo de produção alternativo, mais anticapitalista; outros pensam nessa economia solidária do trabalho, aquela que vai gerar dinamismo de inserção internacional de múltiplas ações micro – seria um segunda plataforma...

A partir disso, eu poderia colocar aqui quais são as três correntes que orientam a economia solidária. Uns pensam que ela é basicamente um impulso para a inserção econômica, no sentido de dar atividades já desenvolvidas na capilaridade popular, na economia popular, dando a ela consistência de mais rentabilidade e eficiência, e capacidade operacional no mercado. Tem gente que pensa que o fundamental é o Crediamigo, por exemplo. O microcrédito está muito ligado a esse modelo. Eu tenho um conjunto de empreendimentos, com capacidade autônoma empreendedora e a gente facilita a montagem de empresas, a legislação, o crédito e dá acesso, etc. Esse seria um primeiro modelo.

Um segundo modelo que a gente conhece tem relação com um debate mais estratégico: quando o capitalismo entra em crise, abre-se a possibilidade de emergência de um modo de produção associado. Então, esse modo associado é, em algum momento, centralmente anticapitalista. É uma visão mais clássica que está nos debates e aparece, no geral, como enclaves. Por exemplo, empresas autogeridas, fábricas cooperativas. É uma concepção mais clássica e esteve, durante algum tempo, no centro da formulação do Paul

Singer. Na realidade, os socialismos do mundo fracassaram, porque nunca fizeram a revolução econômica da gestão, da democracia econômica, etc., quando no capitalismo sempre houve enclave econômico, político, cooperativa, autogestão, direitos econômicos sociais dos trabalhadores; o capitalismo já trabalha um certo conceito de enclave.

Existe também uma concepção que, na realidade, hoje o Paul Singer tem um diálogo mais forte: é a idéia de que a economia pode ser mista e a gente vai ter pelo menos três setores. Só que os três setores não são iguais aos três andares. Os três setores são: o privado, o público – mais estatal do que público – e o cooperativado, ou uma área mais social de propriedade. Seria um sistema misto, que envolve quem vai ter mais força, qual é o jogo, quais são as alianças, as parcerias. É diferente dos três andares, muito ligados à situação atual e à desigualdade entre situações econômicas de trabalhos diferentes. Isso significa repensar todo um modo de organização do trabalho, da economia, pensando uma maneira diferente.

Eu vou ter a grande empresa estatal fazendo automóvel, mas eu posso reorganizar a saúde, a parte da produção industrial, vários segmentos. Por exemplo, máquinas e motores, agroindústria, produção de biomassa, etc., eu não preciso fazer na mesma escala, na mesma adequação. Indústria habitacional, construção civil, eu não preciso organizar uma série de áreas complexas de economia. Os sistemas de transporte mesmo... Por exemplo, num município com 34 km<sup>2</sup>, eu posso organizar um transporte público de novo tipo, integrando comunidades, interesses e tal, inteiramente diferente de outra cidade. Cada projeto é muito diferente, de como vamos envolver o território, as redes e os atores.

Tudo isso é só uma provocação e uma tempestade de idéias para pensar Estado, políticas públicas e economia solidária dentro do eixo de repensar o desenvolvimento, para que a gente volte aos nossos territórios refletindo o micro, o meso e o macro, mas pensando que talvez o nosso papel não seja apenas de animação do existente. Isso aqui é uma função essencial e deve

estar ligada, claro, à educação, à saúde, a acesso. Mas pensada só assim, não pensa o conjunto da produção e da reprodução social.

### **A fala dos participantes:**

#### **- Adauto Marconsin**

Como fazer isso? Na verdade, se você pensar lá no território, no espaço, o alcance da política pública, pela quantidade de recursos humanos, pelo número de pessoas envolvidas num projeto, pela dificuldade de articular recursos e pessoas, ele coloca uma dimensão bastante ampliada do projeto. Eu fico imaginando, por exemplo, trabalhar a economia informal lá na cidade de Campinas. Ali, se a gente parar para olhar um pouco, vai ver uma série de produtos que vêm dos mais diversos lugares e a gente fica várias vezes namorando aquilo e olhando, “Pô, por que a economia solidária não pode produzir?”. Pode produzir tudo que vem dos mais variados lugares, por que não pode criar um desenvolvimento local para poder estar produzindo aquela quantidade de materiais que os informais vendem ali? Mas há uma impotência muito grande, na verdade, para poder fazer efetivamente acontecer. É uma iniciativa tímida que a gente está buscando fazer agora, que é trabalhar com uma fundição artesanal de alumínio, uma experiência que está vindo até de Guarulhos. Nós vamos montar uma oficina para montar uma fundição, utilizar o potencial das cooperativas de triagem e montar uma fundição, e ligar isso com uma economia informal. Então, vamos ver o que a economia informal está produzindo lá. Eles fazem painéis, eles produzem. Acho que é meio por aí, a inquietação é essa, a dimensão é grande.

#### **- Ângela Schwengber**

Cunha destacou um aspecto importante de a gente tentar explorar um pouco mais, até porque tem a ver com o debate de amanhã que nós vamos estar fazendo, a questão das três correntes da economia solidária que ele trabalha. Eu acho que aqui tem uma reflexão para gente, que é gestor público, em relação a se o Estado

é protagonista ou é mediador. Eu acho que essa questão para mim ajuda a refletir, e aí eu não sei se entendi um pouco a fala de Cunha, mas eu tenho um pouco esta reflexão. É que, de formas variadas, eu acho que a gente tem essas duas funções – de protagonismo e de mediação. Quando eu estou pensando em protagonismo aqui, eu estou pensando que se a gente encarar a economia solidária como um setor que constrói uma... eu estou mais menos associando a uma das correntes, que seria a segunda, do modo de produção associada. Então, se nós estamos apostando nisso, e se nós achamos que não é só aquele setor que já está organizado, que é o setor potencial para as políticas públicas para a economia solidária, cabe sim ao Estado algum protagonismo, não de ser protagonista da organização da sociedade, mas de ser protagonista em políticas públicas que possam fortalecer a organização da sociedade nessa direção, de que a gente possa realmente construir um modo de produção associado. Aí, o que é que acho que seria este protagonismo? É realmente a gente ter políticas, ou instrumentos de políticas públicas, que possam fortalecer esse segmento, para que ele ocupe esse espaço de modo de produção associado. E aí nós estamos falando dos vários eixos – do financiamento, da tecnologia, da qualificação, da infraestrutura, enfim, de todos esses aspectos. Eu queria chamar atenção a essa discussão associada ao papel das políticas públicas – menos do gestor e mais das políticas públicas –, no sentido do que a gente pode estar contribuindo nessa direção, para pensar questões macros, como Cunha disse, colocadas nessa discussão da economia solidária. Do contrário, a gente pode estar pensando em políticas compensatórias, políticas de reprodução da pobreza, políticas que simplesmente sustentam uma determinada situação, ou que não deixam pessoas morrerem de fome. Mas se nós estamos pensando que é algo mais, então já introduzindo o debate de amanhã...

**- Ivânio Dickmann**

Trabalho com cooperativas habitacionais, na Região da Serra, onde a gente tem mais de 30 cooperativas habitacionais. A

pergunta que me surgiu, diante do comentário do Cunha, é a seguinte: quando a gente fala em política pública e começa a entrar nesse processo econômico, e a falar de economia, a gente pensa em geração de renda... As cooperativas habitacionais têm essas características, porque a gente não visualiza a geração da renda, enquanto dinheiro, verba. A gente cria dentro delas a geração do bem, que é a casa, a área de terra, e os outros bens coletivos que acabam sendo construídos dentro de uma cooperativa habitacional. Eu gostaria que depois Cunha pudesse comentar nesse sentido, de como é que isso, se é isso mesmo, se tem distinções dentro desse contexto de economia solidária essa diferença da geração do bem e da renda propriamente dita, enquanto salário para o trabalhador cooperativado, ou qualquer outro tipo de grupo associado nesse sentido.

**- Vanderléa Lima Sena Pereira**

Na verdade, alguns anseios eu acho que até como gestora pública faz pouco tempo, mas nessa questão de economia solidária já faz uns oito anos... E eu trago aqui algumas coisas que ele coloca, no sentido de que a economia solidária é uma das respostas à crise. Realmente, é uma das respostas à crise, de fato, só que muitas vezes, nas nossas prefeituras, a gente fica criando aquelas políticas de assistencialismo. E aí tem uma prefeitura com vários problemas devido a esse assistencialismo, porque agora esse gestor público não sabe o que fazer com essa situação. As pessoas já estão viciadas, porque quando fala de geração de trabalho e renda, elas vão ao poder público para pedir, achando que é uma obrigatoriedade do poder público, e o gestor fica sem saber que se der para ele, tem que dar para todos. Então, eu vejo isso como uma dificuldade muito grande para o gestor público, do vício que se criou anteriormente. Gerar renda sem dinheiro. Porque dinheiro faz dinheiro e, na verdade, é pegar vários departamentos do poder público hoje, sem financiamento nenhum, sem verba nenhuma, e fazer acontecer. Essa é a nossa meta aqui, enquanto gestores públicos. É fazer, de fato, gerar dinheiro sem dinheiro nenhum. E aí, às vezes, a gente fala que realmente tem que ser bons

administradores, porque com dinheiro, qualquer um administra; sem dinheiro, sobra para nós, aqui, nesta sala. Aí a gente tem que virar milagreiro... Mas é de fato isso que as políticas públicas muitas vezes nos oferecem. E aí a gente fica diante de situações que muitas vezes não consegue resolver. Então é mesmo um pouco para instigar este debate, principalmente uma coisa que me anima, é quando a gente fala nas cadeias produtivas. Eu acredito muito que só através das cadeias produtivas que a gente consegue fazer otimizar as pessoas a gerar valor, recurso, porque você vai estar agregando valor a alguma coisa. A gente tem que pensar muito nessa questão de agregação de valor através das cadeias produtivas e eu gostaria que a gente discutisse isso, inclusive as experiências nas outras cidades.

**- Robson Grizilli**

Queria só colocar a questão do nosso papel como gestor público, de contribuir na transformação, de fato, dessa sociedade em crise, que o Cunca coloca, dentro de um capitalismo. Não só de gerar renda, mas também provocar uma mudança de cultura, porque nós entendemos, pelo menos, que economia solidária não é simplesmente uma questão financeira, é uma questão de cultura, uma mudança de cultura, de hábito, de costume. Como é que nós podemos estar fazendo isso daí? Ou nós vamos cair na questão que a Vanderléia coloca, do assistencialismo. Como é que nós podemos sair daqui, numa discussão com mais profundidade, pensando como o gestor público pode estar contribuindo para a mudança de um sistema que está aí, dentro do nosso setor e, como a Vanderléia coloca, sem nenhuma verba? Como nós podemos construir isso daí, lembrando que muitas vezes, prefeitos e secretários não sabem o que é economia solidária, fazem uma grande confusão entre economia solidária, geração de renda, trabalho...?

**- Cláudio Nascimento**

O Cunca disse que o nosso objetivo máximo seria a economia solidária enquanto política pública. Quer dizer, não a

política do Estado no sentido de permanente, mas política pública, com a sociedade participando. Ele disse que o máximo que a gente poderia chegar é a ter uma economia mista no Brasil, com base na propriedade privada, estatal e social, do trabalho associado, cooperativo e autogerido. Esse aí seria o nosso setor de economia solidária, dentro da economia mista, dentro do sistema brasileiro, digamos assim.

Se nós formos ver as experiências que ocorreram na história, em diversos países, onde se transformou esse tipo de fenômeno... Mas eu chamo atenção que foi no ciclo anterior, das lutas dos trabalhadores, que se encerram mais ou menos no início da década de 80. De lá para cá, o "pobretariado", o precarizado, como colocou Cunha, dá um outro quadro para se repensar o sujeito social... Mas, voltando, só como conhecimento histórico, nós tivemos algumas experiências em que o que a gente chama de autogestão, trabalho cooperativo, que chegou a ser um setor de propriedade social. Isso ocorreu em momentos de grande transformação dentro das sociedades.

A gente poderia apontar o Chile da época de Allende; o Peru, também na década de 60; a Bolívia; a Argélia, nos anos 60, e mais recente, a Venezuela. Um processo profundo de transformação radical e estrutural, que altera a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho na cidade, e também de transformação cultural profunda, com grande mobilização da sociedade. Foi assim que os trabalhadores conseguiram, alterando o aparato do Estado também. Quer dizer, esse Estado passou por um processo de transformação profunda de governos de esquerda, etc.

No Brasil, para finalizar, nós não estamos vivendo num processo como esse. Estamos tentando construir dentro de um novo ciclo de luta dos trabalhadores, dos povos, dos cidadãos, que é não a ferro quente, como foram essas experiências de que eu falei. Aqui existem exemplos que não se dão dentro desse grau de radicalismo, é um país, enfim, que tem uma burguesia tremendamente radical, do ponto de vista de defesa de seus interesses.

O último ponto também é que essas experiências feitas a ferro quente, com transformações revolucionárias, foram também massacradas pela burguesia a ferro e fogo. Não estou dizendo que o caminho era aquele, ou o caminho era esse, mas colocando apenas elementos para a gente pensar a história do ponto de vista do que era conhecido como autogestão e que hoje está ligado, sem dúvida nenhuma, a esse fenômeno que chamamos de economia solidária.

#### **- Evandro Luzia Teixeira**

Eu queria lembrar quando Cunca colocou que a economia solidária nasce como alternativa de coletivizar respostas e que propõe romper com paradigmas. E nessa perspectiva de romper com paradigmas, significa ir bem além do que a gente pode tratar como elemento único para formar a economia solidária.

Isso lembra um ditado popular que diz o seguinte: “Mula manco não pula barranco”. Se a gente não souber traçar e combinar coisas para criar o espaço, o corpo para a economia solidária, para de fato ela existir, não vamos trabalhar com a economia solidária. Ela pressupõe não só o que o Cláudio colocou para a gente aqui inicialmente, na questão de trabalhar numa perspectiva de uma economia mista, como também o repensar de uma articulação do modo de produção e, também, da própria questão da integração da economia solidária na economia popular.

A gente tem que trabalhar com os três universos, que são as três correntes que orientam a economia solidária, na perspectiva de estar construindo-a ou reconstruindo-a. Não tem como a gente separar, ou deixar de considerar, qualquer um desses elementos enquanto fatores importantes que fazem, de fato, acontecer o que a gente chama de economia solidária. E isso aqui, eu coloco, que não é nem num nem noutro para fazer economia solidária, mas é uma relação articulada de ações que estão no campo da economia popular, no processo da economia mista e na relação do processo de produção. É assim que a gente vai estar construindo o que de fato é a economia solidária.

Isso significa fazer um pouco do que todos os grupos colocaram aqui, mexendo inclusive com o Estado. Mexer com esse Estado é saber que a gente está propondo uma ação que venha romper realmente com os paradigmas que estão colocados e que na economia tradicional colocavam tão somente um pensamento, mesmo que passassem muito tempo para construí-lo, para definir o que seria a economia para gente. O que se coloca na questão social, mesmo que com vários pensamentos, em determinado momento é tão somente um pensamento para definir esta ou aquela ação. Aqui, no entanto, a gente está propondo fazer essa relação coletiva do que se pensa para a economia solidária.

### **Réplica de Cunca Bocayuva**

Evidentemente que eu não vou conseguir responder a todas as questões, mas as perguntas do debate mostram que a chamada agenda macro está posta. Ou seja, a questão da economia informal está colocada, e ela se auto-organiza também de maneira perversa – nas ruas, e tal, ela cria os seus códigos, as suas institucionalidades, os seus direitos, suas redes. Há centenas de milhares de pessoas nela.

Nós sabemos, por exemplo, que a primeira eleição da Marta Suplicy foi derivada do ex-proletariado que foi para as ruas e se enfrentou com o malufismo e Pitta na rua – a rua como um território de confronto com as administrações regionais corruptas, levando tiro, organizados numa associação. A questão é que normalmente a nossa visão da cidade criminaliza o trabalhador da rua, não tem uma resposta, porque a escala dele responde a uma demanda que a cidade tem. Uma demanda que tem uma competição predatória, selvagem. Ele trabalha trazendo produtos que têm tributos, produtos do contrabando. Ele é um fruto do liberalismo, no sentido do livre fluxo de bens; é um fruto da associação entre os Estados Unidos e a China; produtos baratos via Paraguai. Quer dizer, isso é um problema do território.

A gente gera emprego e as prefeituras geram guardas municipais em confronto diário com essas populações. Há um

investimento da prefeitura, há um investimento municipal de trabalho e renda, só que é em segurança – em cercas nos parques (afeta as serralharias, porque tem que fazer grade), em sistema de vigilância eletrônica. Há uma economia na economia política de exclusão e na disputa do ordenamento do espaço. Então, não é a falta de dinheiro, é um modo de organização da economia da cidade no tratamento do espaço público como espaço produtivo. Esse problema se repete no transporte, com as vans, a moto táxi, a moto isso, a Kombi daquilo. Não há cidade que não tenha um conflito relacionado a táxi clandestino, à distribuição de táxi, a concessão de ônibus. Na matriz do transporte, a demanda da população por transporte, que não segue a lógica da matriz de transporte, indica que a política de transporte e o sistema público de transporte têm que ter um repensar, que é um repensar diferenciado. E incorpora forças que organizam sistemas de conexão, distribuição, passagem, controle, e também, de auto-regras perversas.

A matriz de transporte é uma área de grande ocupação também, e as prefeituras, por exemplo, só com a regulação dos transportes geram renda, transferem renda, mexem na circulação, definem concessões, repressões e estatutos de restrições. É um fator de economia ou não é? É dinheiro, não é? É regulação, e regulação é capital. Na determinação dos padrões coercitivos, dos sistemas de subsídios e dos padrões das empresas que vão organizar, o poder público não definiu que as vans agora vão ter cooperativas de tal tipo. Qual a relação entre coerção e corporação, e como fazer? Evidentemente que isso não é simples, mas eu estou indicando áreas onde a gente diz que não tem recurso e, no entanto, a gente vê todas as prefeituras médias fazerem política. Prefeituras pequenas já são elas mesmas um fruto de fundos públicos. Do ponto de vista territorial e produtivo, muitas vezes são inviáveis, porque teriam de ser repensadas enquanto unidades administrativas independentes. Às vezes, elas são um território residencial, clientelístico-eleitoral. Algumas dessas podem se converter em territórios produtivos, pela sua escala.

Mesquita, no Rio de Janeiro, pode virar uma cidade de fato? Talvez aí, nesse caso, cidades que são não-cidades, do ponto de vista territorial e produtivo – e há muitas no Brasil. Municípios, às pencas no País, são figuras criadas por um sistema federativo equivocado, clientelista. Como você faz para enfrentar? Como essas cidades se constituem como cidades? Se elas se constituem como cidades, é pelo fundo público – o dinheiro que vai para a escola, a saúde, etc. Então, elas já são resultado em que a reprodução é produção. É o dinheiro do aposentado, da população residente moradora, enquanto residente moradora, do IPTU, é o dinheiro do “não-sei-o-que” etc. que geram as economias locais.

A cidade já é uma construção de pura institucionalidade. Mesmo sendo criada por cima, ela gera conexão com dinâmicas de cidade. Então, é um exemplo de como as cidades são construídas assim. Agora, os municípios que transbordam assim têm que ter respostas produtivas, e muitas vezes eles não são um território que articula dinâmicas produtivas. Quer dizer, a diferença do que priorizar produz efeito na construção da qualidade de vida.

Para a economia solidária, pode ser prioritário um choque de alfabetização, um projeto educativo para os jovens. Então, de repente, o foco pode estar na escola pública. Às vezes, o poder público está investindo em Telecentro de um lado, programas de juventude e paz do outro, e ao mesmo tempo não mexe na escola pública. E ainda tem o programa primeiro emprego, feito por ONGs, que diz que vai empregar aquelas pessoas. Diz que tem que ter 50% de empregado, mas não tem nem 5% das pessoas, porque esses empregos não são feitos por empresas. O emprego não nasce nas empresas, ele vai ter que surgir das relações produtivas e reprodutivas desse processo.

A gente vai ter que pensar isso aí também a partir do foco das políticas públicas, que estão orientadas pelo conflito. Se a gente olhar, tem uma porção de ações para mulher, jovem, segurança... A construção pelo avesso e integrada dessas políticas significa um sistema de respostas não-fragmentado. Então, é uma tarefa cultural e institucional não fragmentar aqui o Programa Primeiro Emprego, o Telecentro, o “não-sei-o-que”. Por que? O Telecentro, nós

vimos, está no território, mexe com conhecimento, tem dinâmica lúdica, articula, mas não se estrutura como dinâmica produtiva, educativa e cultural de serviços; não é visto como pólo de transformação.

Estou indicando, assim, algumas políticas que estão em curso no País, que são fragmentárias e não têm integração. A própria Secretaria de Economia Solidária tem oferecido, no âmbito do programa Fome Zero e dos CONSADs, estratégias, mas evidentemente que o modelo do Ciro Gomes (ministro da Integração), do Ministério do Meio Ambiente, do Agrário, do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) e de outros não têm confluência. Quem pode fazer a confluência? A articulação na base territorial de sujeitos e prefeituras. Os recursos públicos que vão orientados por carimbos de programas que não são políticas públicas.

Nós estamos discutindo aqui como vamos fazer políticas públicas, se o Governo Federal faz programas e projetos, e não faz políticas? O modo de fazer política é a metodologia de unificação dessas políticas no território. Quem vai fazer é o secretário de desenvolvimento, é ele que olha a política do jovem, a política educacional, como fator de desenvolvimento, porque o desenvolvimento, nós vimos, é mercadoria e é não-mercadoria. É o seguinte: eu preciso de gente com 2º grau para trabalhar com serviços de telemática. Se eu quiser fazer serviço de atendimento, tipo *call center*, fazer centros em informática, criar um setor de serviços com auto-ocupação, uma rede comercial de novo tipo, uma dinâmica de produção cooperativa habitacional de novo tipo ou fazer essa fábrica, essa pequena metalúrgica, funcionar, eu vou ter que evidentemente ter um ingrediente de escolaridade, de consultoria contábil, de apoio jurídico. Então, com isso, eu vou somar também saberes e conhecimentos que estão perdidos no território. Eu vou ter que encontrar, e uma das nossas tarefas é produzir a árvore dos conhecimentos que estão no território. Eu vou numa favela e, de repente, tem população de 3º grau. Aí, o cara de 3º grau da favela muitas vezes trabalha ganhando muito menos do que poderia, se trabalhasse unificado no território com

outros atores, com o tempo que ele perde no trânsito em São Paulo. E olhe que muitas vezes nem é um emprego formal, em que ele tem um assalariamento. Então, consideram-se todas essas coisas, esses cálculos, esse olhar, esse diagnóstico.

Bom, eu fiquei pensando aqui nessas relações que a Ângela colocou das três correntes, dizendo “E a escala?”. A escala está dada. Na minha cidade, a política aeroportuária brasileira foi recanalizada para um aeroporto distante da cidade; quer dizer, aumentando todos os custos de transporte e forçando gastos para desenvolver uma nova unidade de expansão no aeroporto.

Além disso, eu tenho que passar a me opor a políticas que criam descentralidades não previstas. Por exemplo, o Porto de Santos e o Porto do Rio são dinâmicos. Aí, o sujeito diz: “Não, agora eu preciso do Porto de Sepetiba (RJ)...”, e põe R\$ 900 milhões lá, destruindo a bacia e a qualidade do meio ambiente, tirando das regiões com maior potencial turístico a qualidade de vida, para fazer uma grande usina de aço que vai gerar pouquíssimo emprego, porque é de automação rígida e produz um alto grau de poluição na Baía de Sepetiba. E ainda continua a dinâmica da rede portuária brasileira, que Santos, Rio etc. dão conta do que passa ali. Mas a Thyssen vai adorar, porque vai ter um portinho para botar o aço dela ali e vai um relacionamento pequeno com geração de emprego no território. Os engenheiros, mesmo, vão vir de fora, ninguém vai precisar morar ali em Santa Cruz. O projeto não vai ter nenhuma relação com aquele território.

A implantação de um pólo industrial verticalizado pode gerar degradação social, ambiental e concentração de renda. O famoso debate das concessões fiscais. Às vezes, um alto investimento de capital pode gerar concentração, desigualdade, violência, degradar a qualidade de vida, além de desconstruir a unidade dos municípios. Nós conhecemos dezenas e dezenas de projetos assim. Há investimentos que são anti-investimentos do ponto de vista social. Então, até a antimercadoria pode funcionar para uma estratégia de não produção de desigualdade num território. Vou dar concessão fiscal para pôr uma fábrica lá, e ela funciona com consórcio modularizado. Toda força de trabalho

vem de fora e tem mais: depois ela tenta comprar alguns bairros em volta e fazer a emancipação municipal, como em Porto Real, no Rio de Janeiro, hoje separada de Resende.

O Brasil tem experiências às pencas de criar essas lógicas, ou produzir enclaves. No País, o que é que está sustentando o nosso desenvolvimento agora? O agrobusiness e a minerometalurgia, altamente degradantes, concentrados, verticalizados, com transferência ambiental brutal e uso de força de trabalho muito barata. Agora, isso não quer dizer que a cadeia do lado produtiva não possa trazer indicadores. Por exemplo, fala-se sobre os indicadores do Centro Oeste como estupendos, ou o crescimento industrial de Goiás e Mato Grosso como maravilhoso... O nosso olhar é, portanto, no sentido de produzir uma cautela, em termos de uma crítica ao desenvolvimento.

Bom, o companheiro Ivânio indicou possibilidades de ganhos, de condições que a gente teria de como construir uma cooperativa habitacional, garantindo o direito à moradia, ao mesmo tempo em que trabalha uma lógica antimercadoria. Aí, entra na questão que a gente estava falando sobre a baixa capitalização dos nossos empreendimentos. A companheira de Diadema falou sobre a falta de recursos. Bom, nesse caso daí é o contrário. Você faz a moradia, está produzindo – e ela falou de valor agregado. É um exemplo de projeto que pode ter interesse em fazer valor agregado. Você pode, de repente, no município que não tem escala, experiência, constituir algum modelo de produção cooperativa? Pode incubar alguma cooperativa? Pode essa cooperativa estar articulada com outras cooperativas no município e pensar uma centralidade diversificada de modelos cooperativos?

Certamente, no Sul, nós temos bacias onde seria possível relacionar produção agroindustrial e produção de cooperativa habitacional, fazendo um complexo cooperativo misto. Porque nós, muitas vezes, nos juntamos para fazer a cooperativa de costureiras, de artesãos ou de limpeza, etc., e deixamos de montar uma cooperativa mista, ampla. Nós não adotamos flexibilidade jurídica, pensamos em cadeia produtiva, no sentido formal, verticalizado. E nós não pensamos num território produtivo. Mas

nossa tarefa é integrar territórios produtivos, e esses podem ter cadeias produtivas. Agora, quanto mais organizado for um território, mais tem poder de barganha sobre bancos, instituições, que geralmente aparecem com fórmulas mágicas, como piscicultura, ovinocaprinocultura, bacia leiteira etc.

A cada seis meses, ou um ano, aparece um novo pacote de produtos que pode ser atraente para organizar o objeto. Mas o produto é uma resultante. Por exemplo, as pessoas que catam a sobra da produção do eucalipto, no Espírito Santo, para produzir carvão. Parte do nosso paradigma foi organizar cooperativa de carvoeiro, nos subordinando à verticalidade daquilo. O grande problema foi como pensar outros usos daquele território e outras lógicas produtivas. Uma parte dos antigos carvoeiros optou por entrar no movimento dos pequenos agricultores, a chance deles é a organização territorial, a diversificação do espaço produtivo.

Por outro lado, os territórios de quilombo ou indígenas de enfrentamento do complexo de papel celulose já estão numa estratégia que tem correlação com a vida urbana. Então, eles não são puramente agricultores. A reinvenção da identidade no Sul da Bahia é uma construção política para obter direitos em função de um estatuto diferenciado que um estatuto indígena oferece. Essa reinvenção cria para eles, pela cidadania, a base para reconstrução lingüística, social e para apropriação do território. Por que cresce quilombo e território? Porque o pressuposto que a gente está pondo, a identidade da cidadania, a condição da força de produção, é condição da organização coletiva, condição cooperativa. O capital também prefere um território onde ele tenha “adocilização” organizada, e por isso que ele produz na China, no Vietnã, mas já está gerando também os conflitos lá; aquelas sociedades já vão se diferenciando.

De todo modo, eu acho que as políticas assistenciais e compensatórias, e o problema da universalidade, colocam para nós a questão da agenda dos direitos na sua integralidade, e como nós vamos pôr hoje o fato da dificuldade de constituir um Estado de Bem-estar Social, cumprindo o artigo 6 da nossa Constituição. Mas o problema é outro; o problema é que, posta a demanda, tem um

sujeito, e posto um interesse, tem uma força. A questão é se essa força é organizável e como.

Na verdade, nós vivemos numa sociedade de abundância e lidamos com o sujeito de carência. Por vivermos numa sociedade desigual no uso da abundância, temos que criar possibilidades de fluxo naquele territorial de riqueza. Aí, nós temos que ter projetos urbanos de construção de cidade que quebrem as barreiras de acesso, de fluxo, porque podemos ser facilitadores de direitos de acesso. Quando o sujeito chega com uma demanda de dinheiro, ou de crédito, ou de saneamento, saúde, a idéia da economia solidária é que ele se alicerce sobre toda essa capacidade. O que é uma cooperativa? Ela não é um duplo de empresa e associativismo, de associação social e economia? Porque ser da economia solidária é exatamente por esse duplo.

Então, não há solução pelo puro capital social, comunidade solidária. Meu amigo Augusto de Franco dizia que o Delis<sup>5</sup> depende da cota de capital social, porque na Índia, o Estado comunista de Kerala, tal... A gente vai lá e organiza, tem capital social, tem possibilidades... Claro, tem capital social, mas tem que haver meios de produção, instrumentos de acesso. Esses meios de produção não são só materiais, são educativos. O custo antigamente de um meio de produção se modificava muito – o custo de máquinas, tratores, computadores. Mas nós vivemos numa era em que, por causa da produção asiática, desconstróem-se empregos, mas se reduzem lá embaixo os meios de produção, dos componentes. É óbvio que o problema não é impedir que nossa sociedade consuma isso ou aquilo, mas é escolher também qual é a pauta de consumo, o que é que deve ser tributável, o que fazer...

Eu acho que as outras coisas, quer dizer, todos esses desafios estão postos, portanto, como insuficiências e desafios não da economia solidária. Vocês já viram que o Furlan (Luiz Fernando Furlan, ministro do Desenvolvimento) faz política de

---

<sup>5</sup> Quer dizer: Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, criado nos anos 90, na época do Governo Fernando Henrique Cardoso, cujo coordenador era Augusto de Franco. (nota de edição)

Telecentro pelo Ministério da Indústria e do Comércio? Ele disputa solidariedade social e produtiva para o capital. Ele vai lá e diz que quer a Microsoft, a IBM, a Samsung, monta o Telecentro e disputa. Por que? Porque o capital precisa do recurso público, do poder cooperativo e de acelerar a nova força de trabalho cognitiva. E ele disputa, verticaliza e vem. Então, nós vimos que políticas públicas são também o Estado ampliado, fruto de múltiplas disputas. E aí, você tem que escolher o lado.

A gente não pode se desqualificar, porque diz assim: “Não, mas o nosso modelo é um modelo que não leva em conta o paradigma competitivo”. Engano! Os maiores territórios produtivos transformados no mundo, tipo Terceira Itália e outros, são antes de tudo territórios fortemente organizados, com forte densidade cooperativa, inclusive no tecido empresarial.

Evidentemente, que numa economia de guerra, como a nossa, o território tem limite. A minha cidade consegue conviver com o Terciário Superior, a indústria de comunicação (a mídia brasileira) e a alta estratégia de consumo. Com uma guerra de território, tem um momento que há um limite. Ela pode fazer os jogos panamericanos, mas vai ter que militarizar o espaço urbano. O Rio de Janeiro vai ter tropa na rua o tempo todo, senão não faz os jogos.

Agora, isso é uma disfunção para a acumulação do capital; para ele, importa a taxa de crescimento, a taxa Selic, o grau de acumulação, de rentabilidade. Não interessa organizar o território do ponto de vista da sustentabilidade, do longo prazo. Essa é uma disputa de um paradigma de economia pública, que não organiza. Esse conceito de economia pública está posto. O capital precisa dele, porque esse conceito vai distribuir mercadorias, entrar na Internet... E está todo mundo roubando. Todo mundo vem para o pau, para o tiro, saqueia mercadoria... Todas as estradas do Brasil são marcadas por grandes conflitos e violência de tentativa de apreensão de mercadoria direta. Afora que a gente pode decidir hoje qual estrada, aeroporto, porto, ferrovia.

A gente tem que passar a ter opinião sobre isso. A mera formulação da nossa opinião pode organizar melhor, inclusive, os

interesses do capital. Eu não acho que essa cooperação produtiva só vai beneficiar necessariamente as classes populares. O próprio setor privado ganha com ela. Se a gente constituir setores produtivos mais fortes, eles vêm fazer aliança com a gente pelo capital dinheiro. A maior associação capitalista do mundo é entre o Estados Unidos e a China. A China não é nada liberal, né?

## CAPÍTULO 2

### Economia solidária e movimentos sociais

Exposição: *Genauto Carvalho de França Filho*<sup>6</sup>

#### Introdução

Eu produzi uma fala que eu definiria um pouco como campo e contexto da economia solidária no Brasil. É uma reflexão que tenta articular a compreensão do contexto de uma economia solidária no Brasil com a problemática dos movimentos sociais, o objeto fundamental das discussões nesta oficina. Eu acho que existe uma intenção muito promissora, nesse sentido de articular economia solidária com movimentos sociais, embora seja um assunto muito delicado. Mas é algo promissor, porque de algum modo vai tentar resgatar, nas práticas de economia solidária, uma dimensão que costuma estar ausente em parte significativa dos atores que lidam com a economia solidária. Que dimensão é essa? É uma dimensão sociopolítica, que é particularmente fértil na própria história dos movimentos sociais. Então, de certo modo, a tentativa é de articular estas duas noções, e a gente vai ver se vai ser bem sucedido ou não... Bom, eu vou colocar mais alguns elementos.

A tentativa de articular economia solidária com os movimentos sociais, de certo modo, insinua o seguinte: para além de uma dimensão socioeconômica, as práticas de economia solidária apontam também uma dimensão sociopolítica. Depois, eu vou explorar um pouco mais essa articulação entre o socioeconômico e o sociopolítico nas práticas de economia solidária. Mas vamos ao roteiro da minha exposição, rapidamente.

---

<sup>6</sup> Doutor em sociologia (Universidade de Paris VII); mestre e graduado em administração (UFBA); professor da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA/UFBA).

Eu pretendo, inicialmente, fazer uma espécie de apresentação do campo da economia solidária no Brasil. Existe uma hipótese implícita: considero que trata-se de um campo em construção. Eu compartilho com uma opinião que já vi surgir nesse momento anterior, de que esse campo tem sido desenvolvido nos últimos anos, com uma característica, entre outras, que é o fato de termos formas de organizações e de auto-organizações – no sentido de fazer referências a experiências oriundas da sociedade civil. Eu diria que esse campo, de certo modo, evolui de formas de auto-organização econômica para as formas de auto-organização política.

Gostaria, então, inicialmente, de fazer uma espécie de desenho esquemático, e como todo desenho esquemático, tem suas implicações mais difíceis com a realidade. Eu vou fazer um desenho do que seria esse campo da economia solidária, vocês podem inclusive me ajudar, porque eu acho que este desenho já está começando a ficar um pouco ultrapassado, recortando e acrescentando elementos.

É um desenho identificando o que consideraria como atores fundamentais que compõem esse campo da economia solidária no Brasil. Vou considerar que existem quatro tipos, ou quatro categorias de atores ou instâncias organizativas. A primeira representa o que poderíamos definir como organizações de primeiro nível, que são os empreendimentos econômicos solidários (EES). Uma segunda categoria de atores inclui as chamadas organizações de segundo nível, ou as entidades de apoio e fomento (EAF). Em seguida, uma terceira categoria, com diferenças marcantes em relação às duas outras, que são as formas de auto-organização política, ilustradas nas redes e nos fóruns de economia solidária. Por fim, consideramos que existe um quarto ator, representado através de uma espécie de nova institucionalidade pública de Estado e que está em construção. Isso porque vêm efetivamente participando hoje do campo da economia solidária, por exemplo: uma rede de gestores de políticas públicas de economia solidária, uma secretaria nacional para a economia solidária, assim como uma série de outras instâncias

políticas de Estado, na maioria das vezes em forma de secretarias e diretorias, que estão tentando construir políticas públicas de economia solidária. Eu diria que esse é um quarto ator, mas eu vou chegar a ele no final.

No primeiro momento, eu vou fazer um pouco esse desenho do campo e, em seguida, como esse desenho termina exatamente nas formas de auto-organização política, vou então articular à questão dos movimentos sociais - compartilhando com o que foi dito pela Ângela Schwengber (ver capítulo anterior - nota da organização), pois me parece que, efetivamente, as redes e os fóruns são expressões fundamentais de formas de auto-organização política e são aquilo que mais se aproximam da idéia de movimentos sociais. Porém, essas formas de auto-organização política, em se tratando de economia solidária, assumem características bastante peculiares em relação à idéia que temos de movimento social.

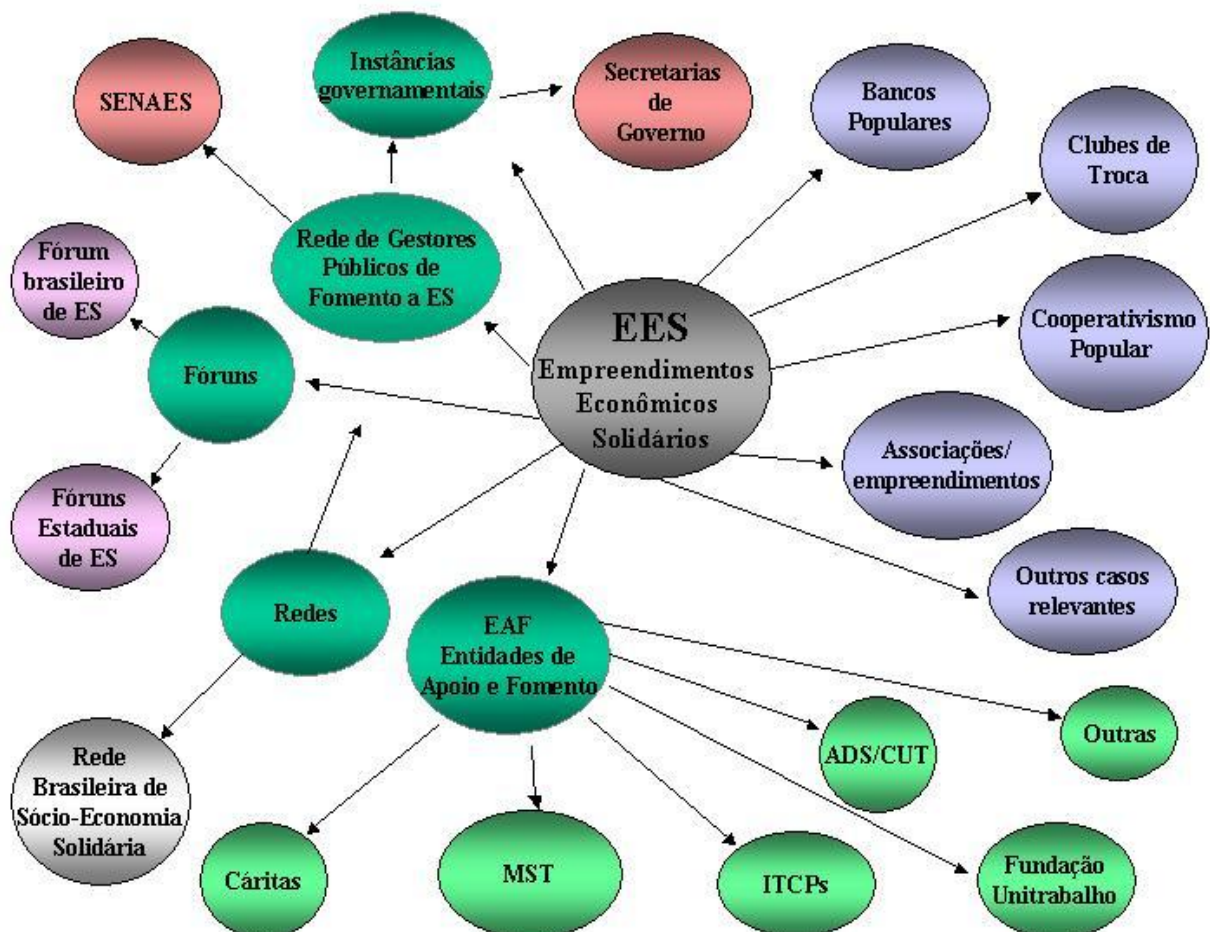
O que eu vou explorar, então, num segundo momento, é a singularidade da economia solidária como movimento social. É possível considerar a economia solidária como uma nova forma de movimento social? Ou um movimento social de tipo radicalmente novo? Quais seriam as singularidades que essas iniciativas apresentam e que têm alguma aproximação com a idéia de movimento social? Para isso, vou trabalhar essencialmente alguns pontos, que considero como características (às vezes se apresentando mais como vocação) da economia solidária que ajudam a entender sua singularidade.

O primeiro, diz respeito à própria natureza das práticas de economia solidária, e aí quando eu for abordar essa natureza, vou explorar a dimensão mais conceitual mesmo, no sentido de um tipo específico de abordagem teórico-metodológica, ou mesmo epistemológica, sobre o fenômeno economia solidária. É uma abordagem que tem ligação com recentes desenvolvimentos no campo da antropologia econômica e sociologia econômica, apontando, inclusive, intenções e implicações (no plano do conhecimento) de desconstruir, por exemplo, uma visão excessivamente produtivista sobre as práticas de economia

solidária. Essa é, aliás, uma visão que implica redefinir o próprio conceito de economia, o sentido mesmo do agir econômico em sociedade, etc. Tudo isso para avaliar as práticas, porque não considero que um conceito deva estar sempre descolado da realidade. Naturalmente que existem conceitos muito adequados para se entender o real e outros nem tanto (sobretudo em matéria de ciência social). De todo modo, a apresentação de um conceito deve remeter a própria prática ou realidade.

Então, vou tratar da natureza e das características das práticas de economia solidária, num primeiro momento, para entender sua singularidade como movimento social e, num segundo momento, da relação das iniciativas e das práticas de economia solidária com os próprios poderes públicos. Penso que reside aí também uma outra característica da economia solidária que aponta algo próximo de um tipo de movimentos social muito diferente, novo. Esse é o plano.

### Um desenho do campo da economia popular e solidária no Brasil



Isso é um esboço de proposta, o qual vocês podem naturalmente ajudar a aperfeiçoá-lo. Repetindo, esse esboço pretende desenhar, em contornos não tão finos assim, o que seria o campo da economia popular e solidária no Brasil. Posteriormente, farei um comentário sobre a idéia do popular e solidário, sobretudo no caso brasileiro. Bem, esse é um esboço de campo...

### **As formas de auto-organização econômica: a centralidade dos EES**

Podemos considerar que existem aí organizações de primeiro nível, que são os empreendimentos econômicos e solidários. Neste âmbito podem-se alinhar diferentes experiências (podendo ser vistas como categorias de EES), permitindo distinguir variadas práticas de economia solidária. Por exemplo, as finanças solidárias envolvem experiências de bancos populares, cooperativas de crédito e mais recentemente ganha força a noção de bancos comunitários. Existe ainda iniciativas que participam de uma categoria mais conhecida como comércio justo, assim como, existe o segmento do chamado cooperativismo popular, como expressão talvez majoritária em termos de quantidade no campo mais geral. Deve-se incluir ainda iniciativas como os clubes de troca, participando de uma categoria que poderíamos definir como “economia sem dinheiro”, que são formas muito específicas de práticas de economia solidária. Em seguida, a gente tem as associações, que constroem redes de práticas. Um caso muito conhecido no Brasil, e talvez emblemático, é a associação de moradores do conjunto Palmeiras, em Fortaleza (CE), conhecido como o Banco Palmas. Ele consegue promover uma articulação entre diversas categorias de práticas de economia solidária, porque ali reúnem, ao mesmo tempo, finanças solidárias, comércio justo e cooperativismo popular. Fazem uma rede.

Esses casos refletem algo que já saiu na discussão de vocês, que é o caráter heterogêneo do campo da economia solidária, ainda dentro apenas deste primeiro nível de auto-organização.

Heterogeneidade refletida na presença ao mesmo tempo de cooperativas populares ou cooperativas de trabalho e produção, bancos solidários, organizações que recuperam a massa falimentar pelos trabalhadores da antiga empresa e tentam criar um sistema de autogestão, clubes de troca, etc. Em seguida, existe também heterogeneidade do ponto de vista dos propósitos mesmo dos empreendimentos, o que distingue particularmente um empreendimento econômico popular de uma entidade de apoio e fomento... Mas essa discussão não cabe ainda neste momento.

### **As entidades de apoio e fomento (EAF): a importância dos mediadores**

Então, neste desenho encontramos, de um lado (e isso é uma categorização), os empreendimentos econômicos populares – bancos populares, clubes de troca, cooperativas populares, associações de empreendimentos e outros casos relevantes. Mais abaixo eu listei o que seriam exemplos de entidades de apoio e fomento. Alguns casos mais consagrados, como a Cáritas, por exemplo, têm um papel fundamental, em função da influência na construção dos chamados PACs – Programas Alternativos do Conesul. Essas formas de empreendedorismo popular são, talvez, o verdadeiro embrião, ou as formas mais antigas do que se costuma chamar hoje de economia popular e solidária. São formas que foram bastante apoiadas nos anos 80 e 90.

A Cáritas tem um papel importante, assim como o MST, através do seu sistema de cooperativas. As ITCPs – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - têm também um papel muito importante como entidade de apoio e fomento, ao lado de outras como Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS-CUT), que enfatizam mais as ações de formação. Cabe salientar ainda o papel da Fundação Unitrabalho, com importante atuação no nível da pesquisa, além de outros casos de entidades de apoio e fomento que podem assumir até a natureza jurídica de uma associação, um instituto, uma fundação ou uma Organização da Sociedade Civil de

Interesse Público (Oscip). Todas estas assumindo a denominação de ONG, que não possui natureza jurídica específica: as ONGs são portanto uma definição genérica. Algumas delas tem desenvolvido conhecimento e expertise neste campo e passam a atuar como assessoria para apoio a empreendimentos econômicos populares.

Em suma, entre organizações de primeiro nível e de segundo nível, existem diferenças muito significativas. De certo modo, os empreendimentos econômicos populares, no Brasil, refletem a tradição forte, particularmente na América Latina, do contexto de uma chamada economia popular. Então, parte significativa dos empreendimentos de economia solidária no Brasil vive a realidade de uma economia popular que tenta, digamos, tornar-se economia solidária, ou economia popular e solidária. Existem aí, na nossa avaliação, e a gente pode depois tentar discutir um pouco mais isso, questões que estão relacionadas ao nível de sustentabilidade dos empreendimentos e algumas características.

### **Da economia popular à economia popular e solidária: o desafio**

No nível da economia popular, vocês sabem, os empreendimentos encontram apenas a possibilidade de reprodução simples das suas condições de vida, ou seja, de garantir a sobrevivência. Nesse nível, existe um grau de precariedade importante no plano, por exemplo, da renda gerada pelo empreendimento, entre outros aspectos. Por outro lado, nesse nível, existem algumas qualidades importantes, que têm a ver com o fato mesmo como o trabalho é realizado, isto é, um trabalho fundado na solidariedade, em práticas, que no contexto da história da organização popular no Brasil são muito fecundas. É o caso especial do mutirão e outras práticas. Mas, existe uma diferença de escala e de escopo, entre organizações de economia popular e organizações de economia popular e solidária, que já atingem níveis de sustentabilidade mais importantes.

Já as entidades de apoio e fomento possuem (tentando fazer uma espécie de sociologia dos atores dessas organizações), uma base social diferenciada. Enquanto os empreendimentos de economia solidária são, no geral, oriundos dos grupos populares, as entidades de apoio e fomento já contêm a participação de profissionais oriundos quase sempre das classes médias urbanas, portanto de uma base social diferenciada. Muitas vezes é a universidade também participando, enfim...

### **As formas de auto-organização política**

Além desses dois casos, existem as formas de auto-organização política mais conhecidas – os fóruns e as redes, como a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária e outras, e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, além dos fóruns estaduais. No nível das redes e dos fóruns, de algum modo, esse campo da economia solidária, que é um campo em construção, conseguiu dar sinais de um certo progresso significativo no sentido de uma institucionalização necessária para essas práticas. Se você quiser mudar a realidade e promover desenvolvimento, é preciso saltar, isto é, sair da condição de precariedade, e conseguir impactar no contexto mais geral da realidade onde atua, para além dos benefícios apenas daqueles mais diretamente envolvidos (o pequeno grupo pilotando uma iniciativa ou empreendimento). Para tanto, o fortalecimento de um marco institucional é de grande importância, além da própria espontaneidade das iniciativas.

Os fóruns, de certo modo, dão um pouco a mostra de um maior grau de institucionalização do campo, pois já conseguem promover um processo de interlocução política. Mas, ao mesmo tempo, eles têm um papel difícil, porque tentam unificar algo que não é unificado por natureza, já que as práticas são heterogêneas. Isso remete um pouco ao debate sobre movimentos sociais. De algum modo, a economia solidária reúne atores com características e origens distintas, práticas também diferentes, sob alguns ângulos, e que tentam, de algum modo, unificar-se. E isso é um processo muito difícil, doloroso às vezes. Quem acompanha um pouco a

história dos fóruns estaduais conhece os níveis de conflito e de desgaste que existem, mas parece que isso faz parte mesmo do processo de organização, de um movimento.

O fato é que as formas de auto-organização política da economia solidária sugerem que existem, nesse campo, atores em movimento. É nesse nível que a gente pode talvez pensar a economia solidária como uma forma específica de movimento social. Agora, o que seriam, então, algumas singularidades dessa economia solidária como movimento social? Aí eu quero lembrar um elemento sobre movimento social, sobre conceito de movimento social. Eu quero fazer uma recapitulação muito breve e ligeira da discussão sobre a questão social na tradição sociológica, porque eu acho que ajuda muito a entender a idéia de movimentos sociais e, por conseguinte, sua relação com a economia solidária.

### **Movimentos sociais e questão social na modernidade capitalista ontem e hoje**

De certo modo, a questão social na modernidade capitalista sempre se definiu como um problema de exploração no interior do trabalho. Isso deu lugar às famosas lutas dos trabalhadores, ao movimento operário, etc. A questão social era definida, nesse caso, como um problema de dominação de uma classe sobre outra, fundamentalmente. Os movimentos sociais partiam, então, do movimento de trabalhadores, de movimentos operários... Os movimentos sociais sempre tiveram esse ímpeto e essa característica de serem contra-ofensivos ou de resistência, e não propriamente propositivos. Bom, havia sim, uma proposição maior anterior, que em última instância seria transformar a sociedade, mas a princípio eles combatiam uma situação – a exploração no local de trabalho.

Então, a questão social, durante muito tempo na modernidade, se definiu como um problema de exploração de uma classe sobre a outra, e como um problema de dominação. Contudo, a partir dos anos 70 a dinâmica do próprio capitalismo é abalada por sucessivas crises afetando o mundo do trabalho. Trata-

se de crise econômica, de um lado, através do recrudescimento do desemprego em massa, que vem necessariamente acompanhada de uma crise de valores, em que muitos interrogam-se sobre o modo de vida, bem como seu sentido, nas sociedades industriais modernas. Novos problemas e novas questões passam a ocupar também o centro da cena nas sociedades contemporâneas, o que, de certo modo, a questão social anterior não conseguia refletir completamente. Por exemplo, a problemática do gênero, as questões interétnicas, as questões de orientação sexual alternativa, a questão ambiental, a mudança de atitude cultural e o próprio movimento de contracultura dos anos 60-70. Essas dinâmicas que vão ocorrendo no seio do próprio capitalismo apontam, de algum modo, para um limite daquela maneira de caracterizar habitualmente a questão social. Na sociologia, alguns autores vão referir-se então a idéia de uma nova questão social no seio do capitalismo. Alain Touraine, especialmente, desenvolve bastante essa idéia, partindo de uma tentativa de redefinir e recharacterizar a antiga questão social. Ele vai dizer que um dos problemas maiores da sociedade contemporânea – e a gente tem que pensar em termos de Europa, Norte do mundo –, que ela passa a vivenciar nos anos 80 parece ser menos um problema de dominação e exploração no local de trabalho, definido como um problema vertical, de cima para baixo, e mais de exclusão dos próprios espaços de trabalho. Daí, na agenda pública a força que a palavra e a noção mesmo de exclusão ganhou dos anos 80 para cá.

Fala-se muito em exclusão social, por exemplo, mas o que é que a noção de exclusão social sugere? Sugere, entre outras coisas, a leitura, por exemplo, de um Alain Touraine, induzido a pensar que o problema maior do capitalismo, nesse fim de século passado, parece ser menos um problema vertical, de exploração no local de trabalho. Um dos argumentos para sustentar tal posição é de dizer que as classes operárias atingiram níveis de renda mais significativos e conheceram um processo de mobilização social importante. Os filhos dos operários na Europa, por exemplo, quase todos conseguiram furar o cerco da mobilidade social e entrar nas universidades... Touraine vai salientar, então, que o

problema parece ser menos de dominação no local de trabalho e muito mais um problema de exclusão dos espaços de trabalho, que acarreta outros tipos de problemas, se definindo menos em termos de dominação, e mais em termos de discriminação, segregação, que marcam relações de indiferença.

De fato, se mesmo considerando que a dominação parece não ter deixado de existir no cenário do novo capitalismo (gestado a partir dos anos 80 nos países centrais), assumindo contornos específicos em diferentes contextos, e sobretudo, adquirindo formas mais sofisticadas através do acesso ao aparelho psíquico dos sujeitos..., o fato é que um dos graves problemas que o capitalismo começou a viver no fim do século XX aparece sem dúvida relacionado a esfera do reconhecimento dos sujeitos sociais na própria sociedade. Aí aparece a história dos novos movimentos sociais. Um movimento como o de gays, lésbicas reivindica o quê? Um movimento como o negro reivindica o quê? Um movimento como o ambiental reivindica o quê? É o mesmo tipo de movimento em relação àquele famoso movimento operário? Bem, é isso que define de certo modo o novo movimento social. É uma nova pauta de questões e de reivindicações. O movimento negro também reivindica o problema da superexploração no trabalho, porque ele também continua a existir, sobretudo na periferia do capitalismo, mas o movimento reivindica também uma questão de não querer ser discriminado, nem segregado do mercado de trabalho e de querer também acesso. É uma nova problemática, que se bate contra a indiferença, a segregação, a discriminação. Então, existe aí uma sutilidade no processo de dominação, que passa de algum modo da exploração para formas tão problemáticas quanto.

Aliás, sobre indiferença, existem alguns textos que começam a surgir. Existe um trabalho, relativamente conhecido na sociologia, de um sociólogo americano chamado Richard Sennet que é o livro *A Corrosão do Caráter*, que mostra um pouco os impactos na vida do indivíduo empregado, mas mudando constantemente de emprego e com ameaça permanente de desemprego, que é o problema da perda do sentido mesmo da

vida, da perda dos laços e da sociabilidade, e do problema psicológico que isso gera, diante da centralidade que ocupa o emprego numa sociedade de trabalho. Existem dramas que o capitalismo vem vivenciando que não são mais aqueles dramas de cem anos atrás, do tipo “Eu fui explorado e agora vou me juntar com meu grupo e vamos tentar através do sindicato pressionar”. São outros tipos de dramas – o da discriminação, da segregação e da indiferença.

A indiferença, aliás, é um elemento que considero de extrema importância, sobretudo em função de uma das características das relações sociais mais comum nesse capitalismo de fim de século passado: o problema do utilitarismo. Ou seja, há uma perda das utopias, dos grandes referenciais coletivos, e as pessoas se voltam para o seu próprio umbigo, cada uma procurando fazer sua própria carreira e assumindo cada vez mais uma postura radicalmente utilitarista e individualista. Uma das características do utilitarismo é, portanto, a indiferença – “Não interessa se as pessoas estão morrendo de fome, porque eu quero fazer o meu caminho”.

Hoje em dia, o sujeito não precisa dominar o outro com chicote, simplesmente não se preocupa com o outro e fim de papo. É um novo tipo de problema, que coloca para os movimentos sociais uma nova pauta. Isso de algum modo marcou e definiu a diferença dos novos movimentos sociais em relação aos “velhos” movimentos sociais. Só que a questão é: e a economia solidária nesta história? Ela está próxima do novo? Está próxima do “velho”? Essa é uma discussão que eu, por exemplo, nem tenho resposta, mas eu queria trabalhar isso. Eu acho que existem elementos muito preciosos na economia solidária, que se colocam como uma vocação, e ainda não são práticas muito concretas, para aproximar-se de novos movimentos sociais.

## **A singularidade da economia solidária como movimento social: uma nova forma de solidariedade ?**

Primeiro, a gente tem que olhar a natureza das próprias práticas de economia solidária. Isso já é uma forma mais do que evidente de pensar por que essas práticas seriam um movimento social. Bom, a economia solidária se apresenta como uma outra economia (isso aparece, evidentemente, mais na linguagem do intelectual e menos no discurso do ator no campo, e é um problema que a economia solidária tem que resolver); ela se coloca como uma prática produtiva diferente da capitalista. Mas onde é que reside essa diferença, essa outra economia, precisamente? Por que na economia solidária se elabora uma economia diferente da economia capitalista? Existe muita coisa para falar sobre isso e a própria história das sociedades humanas também revela muito, mas não dá para falar muito neste curto espaço...

Eu vou tentar ser extremamente breve, mas eu queria começar recuperando o que considero como uma característica da economia solidária: sua tendência a constituir-se como nova forma de solidariedade. Depois a gente vê em que medida isso se articula com os movimentos sociais. Na minha avaliação, com essas práticas que existem hoje, conhecidas como economia solidária, parece que estão se elaborando novas formas de solidariedade. Por que novas formas de solidariedade? Porque não são essas práticas nem propriamente formas de solidariedade antigas, tradicionais, nem formas de solidariedade completamente modernas (no sentido de serem totalmente abstratas, fruto da ação redistributiva de uma instância superior). Com isso, evidentemente, que estou partindo do pressuposto de que as práticas de economia solidária, o próprio nome já sugere, são também formas de solidariedade. São formas que os grupos excluídos, em grande parte dos casos, encontram para trabalhar, gerar renda e viver coletivamente – são, sobretudo, formas solidárias.

Elas têm uma característica muito particular. Elas se aproximam das formas tradicionais, no sentido em que as práticas de economia solidária, especialmente dos empreendimentos

econômicos solidários, são fortemente baseadas em relações comunitárias. É nesse nível que ela parece uma solidariedade tradicional. O processo produtivo não tem condições de existir independente do próprio tecido da vida social entre as pessoas. Os empreendimentos econômicos solidários, sob certo aspecto, representam um prolongamento, uma extensão, das próprias solidariedades ordinárias que já existem no dia-a-dia. Muitos empreendimentos de economia solidária surgem de grupos informais, que se criam num bairro, ou numa comunidade, e se estendem. E aí as relações costumam ser comunitárias. Essa é a razão, inclusive, pela qual muitas ITCPs têm problemas na constituição de certos grupos, em certos tipos de projeto, quando há necessidade de reunir pessoas oriundas de bases territoriais distintas, sem vínculos pré-existentes.

Então, existe algo importante na economia solidária, que é a sua vinculação com uma base territorial específica. Isso me parece muito fundamental em economia solidária. Existe um território, onde há uma comunidade, e essa comunidade entretém um gênero específico de relação. Ela tem uma vida social e as práticas econômicas surgem dessa vida social, onde ela está imbricada. É o que consideramos na análise teórica como sendo a articulação entre o econômico e o social, em economia solidária. No capitalismo, isso não existe. O capitalismo tem uma característica, independente de ser bom ou ruim, que é a separação entre a esfera do econômico e as demais esferas da vida em sociedade – a esfera social, política, cultural, ambiental etc. Isto é, ele separa a dimensão econômica, autonomizando-a, conforme sublinha K.Polanyi.

A dimensão política, que procuro relacionar mais a noção de espaço público, é o que acrescenta a novidade à forma de solidariedade que faz a economia solidária, via práticas comunitárias. Paradoxalmente, não são apenas práticas comunitárias que se realizam em muitas iniciativas, mas também uma forma de agir no espaço público, já que a atividade econômica proposta é muitas vezes fruto de uma tomada de consciência e discussão sobre problemas comuns vividos pelas pessoas em seus

territórios. A novidade aí é que a noção de espaço público sempre apareceu em antinomia em relação à idéia do comunitário – conforme a tradição da sociologia política. A noção de espaço público remete á uma idéia da concepção moderna de solidariedade, refletida no tipo de solidariedade praticada pela instituição Estado, através de diferentes formas de redistribuição e alocação de recursos - aquela mais conhecida, aliás, é o sistema previdenciário, ilustrado no direito à aposentadoria, que parece um “formidável” mecanismo de solidariedade, em termos de ideário (sua origem remontando ao século XIX na Europa). Embora a discussão atual enfatize a eficiência técnica desse sistema, não se pode deixar de reconhecer a pertinência do seu princípio: um mecanismo de redistribuição de recursos, portanto uma forma de solidariedade, em que gerações financiam a vida de outras gerações. Evidentemente que essa solidariedade tem características muito específicas, não é uma solidariedade espontânea, por exemplo, como no caso dos vínculos comunitários. A aposentadoria é uma solidariedade obrigatória, baseada numa autoridade central, que coordena a distribuição, mas, enfim, não deixa de ser um tipo de solidariedade moderna. Ela dá lugar a uma discussão sobre espaço público.

A economia solidária, portanto, articula uma dimensão comunitária e uma discussão pública nas suas práticas. Essa articulação vai ser mais ou menos exitosa em função dos contextos e realidades dos diferentes grupos implicados. Para ilustrar essa associação do socioeconômico com o sociopolítico, e do comunitário com o público, pode-se recorrer ao caso da associação de moradores do Banco Palmas como um exemplo bastante emblemático. Primeiro, eles são uma organização popular; segundo, eles surgem de uma luta política de uma associação de moradores. São uma organização com finalidades antes de tudo políticas, e não econômicas. Aos poucos, eles estruturam uma base socioeconômica de produção. Então, eles vão fazer esse casamento entre uma dimensão sociopolítica e uma dimensão socioeconômica, isto é, elaborando atividades sócio-econômicas para resolver problemas públicos concretos na esfera do seu

bairro. Isso me parece ser uma das vocações mais preciosas das práticas de economia popular e solidária. Evidentemente que essa articulação deve se dar com base num território muito específico. O território tem uma importância fundamental.

### **Duas características fortes marcando a originalidade da economia solidária**

Assim, gostaríamos de avançar a hipótese de que existem novas formas de solidariedade que se inventam através das práticas de economia solidária. Em seguida, gostaríamos de ressaltar duas características (que iremos mencionar muito rapidamente, mas que levam a uma discussão muito mais aprofundada), definidoras (segundo nosso entendimento) da idéia de economia solidária e que conduz a desconstrução da visão habitual e sentido mesmo que se costuma atribuir a noção de economia. A primeira é a idéia de hibridação de economias, e a segunda diz respeito à noção de construção conjunta da oferta e da demanda. Ambas, em verdade, devem ser compreendidas muito mais como vocações em relação às práticas de economia solidária, portanto, nem sempre realizando-se plenamente na realidade.

A primeira característica indica que as práticas de economia solidária têm vocação de misturar ou combinar lógicas de ação distintas – uma lógica mais social, outra mais política, outra mais econômica... Evidentemente que em certas situações, uma determinada lógica pode prevalecer sobre outra, como no caso de uma cooperativa que começa a se preocupar demais com o mercado, com a necessidade de sobrevivência, e pouco enfatiza suas outras dimensões. Neste tipo de situação, a dinâmica de economia solidária enfrenta sérios riscos de transforma-se em um empreendimento econômico como outro qualquer, perdendo-se essa dimensão de pensar o território, a comunidade – o chamado projeto associativo. De todo modo, em síntese, a hibridação de economias quer dizer que nas práticas de economia solidária, pode ocorrer em alguns casos de haver uma relação ao mesmo tempo com uma economia mercantil, não-mercantil e não-monetária. Eu

vou ter que falar isso de uma maneira muito ligeira, o que vai ser um problema, porque essas categorias remetem à necessidade de um esclarecimento maior. Talvez a gente possa voltar a isso no debate.

Bem, por economia não-mercantil queremos dizer que práticas significativas de economia solidária empreendem processos os mais variados de comercialização de produtos, atuando mesmo em alguns mercados. Existem algumas práticas que tentam construir mercados solidários e outras que vão atuar na própria economia de mercado. Isso, aliás, é um dos nossos grandes desafios da economia solidária, que tem uma série de implicações, mas não vamos discutir isso agora... O fato é que Isso implica uma relação com uma economia mercantil.

Existe também uma relação com uma economia não-mercantil quando empreendimentos de economia solidária se beneficiam, do ponto de vista da sua sustentabilidade, de recursos oriundos de instituições públicas, que podem ser governamentais, mas muitas vezes são também não-governamentais. Esses recursos públicos podem ter importância grande na própria sustentabilidade da iniciativa ou organização. Isso é particularmente o caso das Entidades de Apoio e Fomento (EAF). Em outros países é comum se ter, por exemplo, o poder público reconhecendo a utilidade pública e social da iniciativa, distinguindo essa iniciativa de uma empresa mercantil e concedendo, então, algum tipo de apoio. Evidentemente que isso é uma questão que, no nosso caso, está longe de ser uma realidade freqüente, porque nós ainda não temos um marco regulatório e um quadro institucional que permita distinguir práticas e iniciativas de economia solidária de outras práticas. Isso é um grande drama que vive o campo da economia solidária. Enquanto esse campo não tiver um marco institucional próprio, vai ter que se moldar ao quadro institucional prevalecente, que muitas vezes não serve e não se adapta à sua realidade. Então, os problemas tornam-se imensos.

Por isso que a economia solidária tem um outro flanco de lutas, que é no plano político, a mudança do marco regulatório. Mas para isso, o campo, que ainda está em construção, precisa ter

um nível de legitimidade que ele ainda não tem, para que todos reconheçam. Tem que ter um número expressivo de iniciativas, aí a pesquisa<sup>7</sup> da SENAES já vai dizer um pouco mais sobre isso.

Bom..., é mercantil, não-mercantil e também não-monetário, no sentido de que existem ações voluntárias e existe um gênero específico de relação comunitária que se elabora nas práticas de economia solidária que são fundadas em formas de solidariedade, como é o caso da reciprocidade. Isso é, de certo modo, um ingrediente fundamental para a sustentabilidade dos próprios empreendimentos. É uma dimensão invisível, não-tangível do ponto de vista de uma contabilidade da organização, mas que pesa, e pesa com muita força. A gente está fazendo um esforço muito grande na Universidade Federal da Bahia(UFBA) para desenvolver indicadores de sustentabilidade em organizações de economia solidária, para mostrar como relações de confiança, participação política, fatores como esses, pesam na sustentabilidade da iniciativa.

Agora..., essa categorização de hibridação de economias repousa sobre uma definição, uma visão da economia que eu não tenho tempo de explorar aqui. Mas que é uma visão diferente da chamada definição formalista de economia, própria da tradição de uma certa economia política e, particularmente, dos neoclássicos em economia. É uma visão diferente dessa. É uma visão de economia plural, segundo a idéia de que a economia na realidade, e ao longo da história das sociedades humanas, sempre fora constituída de uma pluralidade de princípios do comportamento econômico, não devendo, seu entendimento, resumir-se ao princípio mercantil.

A segunda característica, também definida mais como uma vocação das práticas de economia solidária, é o que chamamos de construção conjunta da oferta e da demanda, que alguns

---

<sup>7</sup> Refere-se ao mapeamento dos empreendimentos de economia solidária realizado pela SENAES/MTE, em 2005 e que está disponibilizado através de um Atlas da economia solidária na página eletrônica [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br) em 2006 (nota da organização do livro).

empreendimentos já conseguem fazer, enquanto outros não. Isso, inclusive, define aquilo que eu talvez pudesse considerar como a essência mesmo de uma outra economia, ou seja, uma economia diferente da economia capitalista. Numa economia de natureza capitalista, ou seja, numa economia de mercado, como é seu funcionamento? Parte-se do pressuposto de que oferta e demanda são entidades separadas, abstratas..., e de uma maneira muito natural, divina mesmo, elas tendem a se harmonizar, segundo uma certa visão do funcionamento da economia capitalista. O que a gente observa na prática é que nem sempre essa harmonia ocorre por uma das características da economia capitalista, que é sua natureza excludente – fruto de sua racionalidade orientando a inovação tecnológica que dispensa trabalho humano em nome da economia de custos de produção. A harmonia não ocorre porque muitas vezes você tem oferta, mas não tem demanda correspondente, ou seja, você tem oferta, mas não se tem gente para consumir, porque tem gente que não tem dinheiro, não tem renda. Aliás, quando você tem demanda, mas não tem oferta, o capitalismo resolve isso de maneira muito fácil e rápida, através das mais sofisticadas formas de marketing, que identifica e descobre imediatamente o nicho, e imediatamente cria uma iniciativa e responde. Nesse aspecto, o capitalismo é extremamente dinâmico e eficiente. Mas, o suposto jogo natural entre oferta e demanda parece muito mais um mito do que uma realidade, do ponto de vista do funcionamento da economia real.

Em economia solidária, a vocação é diferente dessa, muito embora a economia solidária acabe tendo que entrar nesse jogo em certas circunstâncias, quando cooperativas vão literalmente competir no mercado para vender o seu produto. De todo modo, a vocação das práticas de economia solidária parece outra. Que vocação é essa? É exatamente de construir conjuntamente a oferta e a demanda. De que maneira? Associando produtores e consumidores. Isto porque, em economia solidária, a separação entre quem produz e quem consome, a famosa dicotomia entre produtores e consumidores, não faz sentido do ponto de vista da sua lógica. Mas por que? Porque, na economia solidária, a

economia não é fim, como na capitalista. A economia é um meio para realizar outros objetivos, de natureza ambiental, ecológica, política, social etc. Isso quer dizer o que do ponto de vista prático? Em economia solidária, você só oferta alguma coisa, um bem, se houver necessidade e demanda real e genuína para aquilo. Ou seja, é a demanda genuína, é a necessidade das pessoas num território, seus problemas comuns, que deve orientar a oferta, ou melhor, a constituição de iniciativas solidárias.

Competição é uma outra lógica que não faz sentido em matéria de economia solidária. Afinal de contas..., não é uma economia a serviço do bem-estar humano? Não é uma economia que se elabora para servir ao ser humano? Você vai produzir os produtos econômicos porque você tem necessidade de sobreviver, mas você não quer só sobreviver, você quer fazer outras coisas. Então, é nesse sentido que a vocação de uma economia solidária é a construção conjunta da oferta e da demanda. O pessoal do Banco Palmas usou um conceito que eu acho que reflete bem essa idéia: eles chamam de “prossumidores”, e estão construindo no bairro uma cadeia de “prossumidores” – produtores e consumidores associados. E é nesse sentido também que gosto de afirmar que, em economia solidária, cliente também não faz sentido. Faz sentido se falar em usuário de serviço, por exemplo, mas não faz sentido se falar em cliente.

O que é mais curioso é que em matéria de economia solidária, os papéis dos atores envolvidos, prestadores de serviços, trabalhadores, usuários, tendem a ser difusos. Isso quer dizer que o sujeito pode ser, ao mesmo tempo, trabalhador e usuário do serviço; gestor do empreendimento e usuário. Por que? Ele mora no bairro, trabalha naquela organização e tem uma remuneração para sobreviver, mas ao mesmo tempo, a finalidade da organização é produzir um serviço que sirva à própria comunidade. Pode ser um serviço público, um produto ou um bem... É esse o sentido do caráter difuso dos papéis associados aos atores nos empreendimentos. Aliás, cabe salientar que um campo fértil de desenvolvimento da economia solidária no Brasil, e ainda bastante inexplorado até hoje, é exatamente aquele da constituição de

iniciativas para atuarem no âmbito da gestão de serviços públicos na escala do seu próprio território de pertencimento. Isto supõe, evidentemente, o estabelecimento de graus variados de parcerias com os próprios poderes públicos locais. Esse é um campo fértil, mas ao mesmo tempo minado politicamente, pelo poder e lobby dos grupos de interesse (empreiteiras que subcontratam serviços públicos, especialmente), apontando a urgência de constituição de um marco legal regulando novos tipos de relações entre Estado e sociedade civil.

### **Um novo padrão na relação entre o poder público e o movimento de economia solidária?**

Bom, são algumas características. Isso dá muito pano para manga, uma boa discussão, mas eu queria tentar agora concluir, considerando que se a natureza das práticas da economia solidária aponta alguma coisa, como um novo movimento social, eu acho que existe também um padrão e um gênero de relação com os poderes públicos que começa a se constituir e também já direciona e aponta uma outra característica. A história clássica dos movimentos sociais sempre se definiu como uma questão, como eu disse antes, de contra-ofensiva, de resistência, mas existiu um alvo; o adversário, sob certo aspecto, era o Estado, como encarnação da classe dominante. Os movimentos sociais, portanto, se batiam contra o Estado, porque, afinal de contas, ele definia a institucionalidade e as regras do jogo, social e política, e os movimentos tinham que se bater contra.

Na economia solidária tem um elemento hoje que se distingue um pouco. Parece que o adversário principal, e isso na verdade às vezes nem está bem claro na cabeça de todo mundo na prática, parece ser mais o mercado e menos o Estado, por exemplo. Eu acho que a economia solidária se bate para construir uma outra economia, diferente da chamada economia capitalista. É um movimento da sociedade civil e que parece se bater mais contra o mercado em várias situações, mas sempre existem, evidentemente, as situações que se batem contra o Estado

também, embora isso seja menos incidente. Isso depende do jogo político, do contexto, da institucionalidade local, nacional, regional.

A questão é que houve mudanças significativas no papel do Estado, nos últimos anos. O próprio fato dos setores “oprimidos” da sociedade conseguirem galgar certos espaços que não tinham antes. Por exemplo, o fato de gestores comprometidos com os movimentos de transformação social, hoje, serem governo, só considerando um exemplo. Então..., isso muda o próprio sentido e papel do Estado, que passa a fazer políticas de economia solidária. Ao fazer políticas de economia solidária, o alvo do movimento deixa, sob certo aspecto, de ser o Estado e se transfere para o mercado, naturalmente. A questão é: nós queremos construir uma forma de economia diferente, já que esta economia constituída, sua dinâmica (conforme lembra Paul Singer), guarda correlação direta com os problemas de exclusão social.

Além disso, já existem elementos muito concretos para falarmos em uma nova institucionalidade pública de Estado em construção. Não estou aqui querendo idealizar demais, mas acho que existem elementos concretos. Existe uma SENAES, ainda que com todas as dificuldades que a gente conhece do que significa uma secretaria de economia solidária no contexto de um governo em crise (e em cujo seio não existe uma compreensão totalmente clara do próprio sentido da economia solidária). Mas..., enfim, eu acho que não deixa de ser um avanço. Existiu uma SENAES na França, por exemplo, durante dois anos e acabou em 2002, existe uma experiência importante na Venezuela<sup>8</sup>... Mas, o fato é que geralmente não existe por aí uma secretaria de governo só para a economia solidária.

---

<sup>8</sup> O professor se refere ao Ministerio para la Economía Popular (MINEP) no governo do Presidente Hugo Chávez, criado em 16 de setembro de 2004, órgão encarregado de dirigir o processo de implementação do novo modelo de desenvolvimento endógeno, em articulação com outras instâncias do governo nacional, regional e local. (nota da organização, com base em documento do Governo Bolivariano: Como se constituye um núcleo de desarrollo endógeno, 2005)

Em seguida, existe uma rede brasileira de gestores públicos de economia solidária, e eu acho que isso é algo extremamente interessante... Aí, de novo, com todas as dificuldades, a gente sabe do caminho longo que existe, etc., mas não conheço nada parecido na Europa. Na França, tem uma rede<sup>9</sup>, que, aliás, o pessoal está sofrendo para constituir, que é algo parecido com a rede de gestores públicos. Enfim, existem esboços, desenhos de políticas públicas de economia solidária. São tentativas de construção de políticas públicas de economia solidária. Então, existe, me parece, uma institucionalidade que está longe, evidentemente, de ter a devida legitimidade e reconhecimento, porque não existe um marco institucional constituído. Muito embora a SENAES já tenha iniciado esforços nesta direção. É um dos desafios da economia solidária. Um desafio que, em alguns países, se coloca até com mais contundência, refletidos em uma série de avanços já verificados, como, leis específicas..., a exemplo, entre outras, da famosa lei da cooperativa social e solidária na Itália, que é uma lei para um tipo específico de organização de economia solidária criada em 1991.

Esses elementos sinalizam, de algum modo, algo diferente. Para concluir, eu queria só lembrar um elemento. O que existe de diferente na economia solidária, como um movimento de atores, social ou não (eu acho que é também social e político, em construção) – é esse fato de ter mais do que uma dimensão sociopolítica que sempre caracterizou os movimentos sociais. Ela incorpora ainda uma dimensão socioeconômica à natureza política do movimento. Isso é que é novo e não existe à toa. Eu tenho algumas hipóteses sobre isso, que a gente pode discutir, polemizar, contestar.

---

<sup>9</sup> Refere-se à “Rede dos Eleitos de Apoio a Economia Solidária”, constituída por conselheiros eleitos nas eleições regionais e municipais. O sistema político-institucional da França é diferente do Brasil. Os eleitos são os responsáveis políticos de secretarias específicas. Os eleitos que se responsabilizaram pela economia solidária de várias municipalidades na França constituíram uma Rede, que inclusive iniciou um diálogo com a Rede de Gestores Públicos de Fomento a Economia Solidária no Brasil. (nota da organização)

Existe na tradição dos movimentos sociais, o fato de que a noção de econômico, de economia, sempre causou grande pânico. É como se fosse uma espécie de fantasma, porque se dizia: “economia é coisa de capitalista, não podemos fazer isso. E como vamos, então, mudar a sociedade? Ah, tomando o aparelho do Estado...”. Mas não se muda a economia? “Não, mas a gente pode planificá-la”. Bem, a experiência de planificação no chamado socialismo real não foi muito exitosa, embora possamos considerar uma série de vantagens nesse modelo e reconhecê-lo como uma forma de economia.

Mas, me parece que mais do que uma planificação macro econômica, é preciso operar a economia por dentro. Mostrando, por exemplo, como gerir e se constituir como organização produtiva diferente da organização capitalista. Isso é um imenso desafio, eu diria que é um fosso para as esquerdas no Brasil, na América Latina, que têm uma dificuldade muito grande de lidar com isso, fazer gestão. É um desafio imenso para todos nós, é enorme, de construir isso na prática e operar a economia de maneira diferente. Eu acho que a abordagem de sociologia econômica, antropologia econômica, dá elementos para pensar como operar diferente. Agora, isso é um esforço de construção metodológica. Eu faço parte de uma faculdade de administração, eu lido muito com gestão, e eu vejo isto, o desafio que é pensar uma gestão não-capitalista de organizações do trabalho. Não existe literatura, não existe conhecimento, por exemplo; tudo está para ser construído. E nosso desafio é esse, porque a gente está começando a construir as coisas. Eu acho que a gente tem que continuar.

Mas, enfim, por que historicamente nunca houve articulação entre o socioeconômico e o sociopolítico? É porque os movimentos sempre se limitaram, digamos assim, à dimensão sociopolítica. Isso fazia parte do escopo, da natureza das ações, das atividades. Com a economia solidária, apresenta-se algo novo, pela possibilidade de fundir dimensões na prática, na ação cotidiana, que estiveram historicamente separadas – a socioeconômica e sociopolítica.

No final das contas, tenho uma certa dose de ceticismo e pessimismo, o que é natural em todo aquele que tem formação crítica em ciências humanas. Mas mesmo assim eu sou um otimista, acredito muito que daqui a 50 anos a gente terá mudanças muito significativas. Eu acho, inclusive, que daqui a cinco anos, teremos mudanças importantes. As políticas que já foram empreendidas no Recife, em São Paulo, etc., há muita coisa importante que já foi feita. É porque, às vezes, a gente não valoriza pelo fato de estar dentro e conhecer o tamanho do que falta, então achamos que não fizemos nada. Mas já estamos conseguindo fazer muita coisa, sobretudo se olharmos as experiências de outros países.

#### **Fala dos participantes:**

##### **- Romeu Lemos**

Uma questão que você colocou foi interessante: os empreendimentos e as experiências de economia solidária não têm vocação para uma lógica competitiva de disputa de mercado. A gente está num capitalismo de periferia, que não dá tempo para essa articulação de construção de um novo mercado, que articule consumidores e produtores. É uma construção muito longa. E aí ficam essas experiências sempre no campo da economia popular, da resistência, e não da ampliação da reprodução da vida, mas apenas na reprodução simples da vida, vamos dizer assim... E aí eu queria ver como é que o Estado poderia participar dessa construção, dessa lógica de demanda e de oferta, que não tem uma lógica de competitividade. Então, o Estado teria algum papel nessa articulação entre demandas e ofertas, e a economia solidária, os empreendimentos, estariam se beneficiando disso? Porque essa construção desse novo mercado sem a articulação do Estado, num país em que a gente não tem uma política muito definida de bem-estar social, nunca se construiu isso muito bem... Então como é que fica isso?

**- Luiz Augusto Farofa (Guto)**

Eu queria fazer um questionamento para o Genauto. Este Estado burguês instituído é incompatível com o projeto de sociedade alternativa. Então, a gente tem que pensar uma reordenação, uma reorientação do Estado e, frente a isso, eu acho que os próprios movimentos sociais vivem um momento, pelo menos no Brasil, de profunda crise. Eles não têm o mesmo pique que tinham nos anos 60, 70, e ainda têm o desafio de tentar reconstruir essa relação com o Estado brasileiro. Então, como é que você vê esses dois processos de reconstrução e de construção nesse momento?

**- Alzira Medeiros**

A minha questão é um pouco uma continuidade dessa questão que Romeu coloca, até porque ultimamente tenho estado numa situação de pensar algumas alternativas para os trabalhadores da produção de caju no Ceará, onde existe a possibilidade de compra, pela reforma agrária, do Incra, de uma grande fazenda de 11 mil hectares. A idéia é transformá-la numa empresa autogestionária dos trabalhadores. Aí entra a grande questão de que Genauto coloca que na economia solidária, há uma relação entre consumidores e produtores, ou seja, essa relação de oferta e demanda, vinculada à produção a resposta à necessidade de sobrevivência.

Nessa questão do caju, ninguém vai viver só de caju e também não é, vamos dizer assim, um bem de produção de alimento básico. Hoje, o Estado brasileiro já compra a produção familiar através da Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, eu acho o exemplo de Romeu importante, mas por exemplo, não cabe dentro dessa lógica da discussão para um produto feito o caju, que tem essencialmente o seu mercado na exportação da castanha. Não é nem o pedúnculo lá, que produz doce, suco etc.

Eu estou trazendo isso, do mesmo modo que trago também a questão da Usina Catende, como exemplos de experiências que estão no campo da economia solidária, da

autogestão e aí eu queria colocar, dentro dessa reflexão, uma outra: será que quando nós falamos em economia solidária, nessas questões e categorias todas que Genauto coloca de análise da antropologia econômica, essa análise se adequa à questão das empresas falidas? Não seria um outro corte de análise que a gente deveria fazer, dentro dessa realidade da complexidade da heterogeneidade que a gente vive hoje com a crise do trabalho? Eu queria que você aprofundasse isso.

**- Marcelo da Costa Barros**

Bem, no Amazonas, nós temos um caso específico vital. Eu achei muito interessante a intervenção do Romeu sobre a questão da economia popular, a famosa economia da resistência. No Amazonas, nós temos um caso *sui generis* no País, que é a questão indígena. E hoje nós temos até alguns empreendimentos de economia solidária voltados para as melhorias indígenas.

Nós vivemos, assim, a política do Estado mínimo. Até regionalizando um pouquinho a política pública em relação ao Estado do Amazonas, na cidade de Manaus, nós enfrentamos a política do Estado ausente, o Estado que nunca se comprometeu com o bem-estar realmente social. É mais uma coisa assistencialista. Aí pergunto o seguinte: nesse caso voltado para uma comunidade específica, que são os indígenas, e partindo do princípio de que o Estado é ausente de política pública para bem-estar social, o que fazer?

**- Ângela Schwengber**

Bom, eu queria voltar um pouquinho à discussão de movimento social, e se a economia solidária é ou não é um movimento social. Eu acho que no resgate da conceituação que você faz, Genauto, do que eram os movimentos sociais de tipo tradicional, vinculado ao movimento operário, em relação ao que são os novos movimentos sociais, eu fico me perguntando: será que a gente pode pensar a economia solidária como um movimento de novo tipo que junta essas duas coisas?

Se a gente levar em conta o que várias pessoas falam, que a economia solidária recoloca uma nova centralidade do trabalho e que nós estamos falando de outras formas de trabalho, que não aquelas pautadas na subordinação. Não mais dentro da fábrica, mas entre segmentos econômicos que estão convivendo na mesma realidade. E, por outro lado, ela não abandona as pautas dos novos movimentos sociais. Então, me deu a idéia de a gente pensar um pouco por aí e ver se isso frutifica...

**- Jorge Elias Rodrigues**

Bem, pode ter alguma diferença na minha capacidade interpretativa do que disse o Genauto aqui. Ele falou na possibilidade de construção de empreendimentos com produtores e consumidores, os “prosumidores”, para construir aí essa questão da oferta e da demanda. Bem, se nós desenvolvermos esse tipo de iniciativa, não estaríamos rompendo com as formas de auto-organização política das redes, da própria cadeia produtiva?

Uma outra questão que eu gostaria de colocar é se nós estamos enquadrando a economia solidária agora numa construção de um movimento social, e que falando naqueles 50 anos, sendo otimista, que tu colocou aqui, nós estamos apenas dando um primeiro passo para a construção dessa outra economia, que não vai mais ser um movimento, e, sim, uma contraproposta à economia capitalista, daqui a 50, 100 ou 150 anos...

**Réplica de Genauto Carvalho:**

Eu vou recomençar pela conclusão de Jorge, pela humildade das palavras dele, que disse que não entendeu bem, mas achou as questões interessantes. Eu não sei se vou conseguir responder tudo isso não, hein? Sobretudo depois que Marcelo pediu o que fazer.

Bom, mas vamos lá. Romeu perguntou como o Estado pode participar do estímulo da construção conjunta da oferta e da demanda. Eu acho que vocês próprios (Romeu e Alzira), na prática, nos deixaram uma lição de como fazer isso, no Recife. Algumas ações, em matéria de política pública em economia

solidária, que vocês valorizaram e começaram a tocar, junto com as pessoas, são muito férteis nessa direção. A história das redes de espaço público, de centros públicos, etc.

Eu acho que a construção da oferta e da demanda se inicia pela afirmação, por exemplo, do associativismo local. Ela não começa necessariamente por empreendimentos que você incuba – “olha lá, eles vão vender aquilo”. Você começa organizando a população. Isso em algumas linguagens quer dizer fortalecer o capital social no bairro. Isso não deve ser desprezado não. É isso mesmo, você tem que começar fortalecendo o capital social e a rede de iniciativas que existem num determinado território, para tornar esse território mais sólido e desenvolvido. Porque, aliás, vocês sabem: desenvolvimento não é só um problema de economia de mercado. Sociedades desenvolvidas são sociedades que têm instituições fortalecidas, e que têm muitas iniciativas associativas (para lembrarmos Tocqueville, em geral descartado pelo seu corte liberal).

Então, primeiro é preciso afirmar o associativismo local, organizar as comunidades. Por isso que eu vejo como uma grande iniciativa de economia solidária a que a gente está tentando fazer num bairro periférico lá de Salvador, é um projeto de socioeconomia solidária, com apoio da Petrobrás. A gente já conseguiu, por exemplo, construir uma iniciativa que, aliás, nem estava prevista na primeira etapa. Um grupo de jovens. Iniciativa econômica? Não, a princípio uma iniciativa sociopolítica. Mas é por aí, se começa organizando por aí. Você começa a empreender e a fortalecer as redes de relações e as iniciativas, porque essas iniciativas vão discutir aquele princípio que o Cláudio Nascimento menciona sobre um trabalho de envergadura muito grande dos agentes de desenvolvimento local, tem um pouco esse elemento.

Na prática, a gente vai avaliar as possibilidades maiores ou menores, enfim... Mas é você criar uma consciência crítica no bairro. Com isso, eu não estou sugerindo que a gente retorne lá na pedagogia da consciência, ela é muito importante, aliás, mas não é só isso, evidentemente. A questão é que as pessoas passem a descobrir os problemas comuns e a partir daí, surgem as iniciativas.

Porque o problema quando um bairro, uma comunidade, encontra-se em situação de pobreza, é que a pobreza não é só econômica; é de iniciativa, de atitude, de auto-estima, de tudo. Então, ninguém consegue fazer nada, as pessoas ficam paralisadas. Na pobreza, o que prevalece são os rumores, as fofocas etc. Ninguém consegue se mexer. Se você tem iniciativas que estejam falando, discutindo e tentando resolver problemas, aí você começa a sair da paralisia.

Através do reforço do associativismo, começa a se pensar o próprio território como território de desenvolvimento: “Quais iniciativas eu devo criar aqui, por exemplo, para resolver os meus problemas?”; “quais são os meus problemas?”; “no campo alimentar, o que eu preciso?”; “que iniciativas eu posso construir, do ponto de vista socioeconômico?”. É por aí, por esses questionamentos, para se ficar pensando de maneira mais global. Isso tem a ver, naturalmente, com esse caráter indutivo das políticas públicas de economia solidária, que a gente está discutindo muito nesta formação, com os problemas e acertos que isso implica. Esse caráter indutivo de estar fomentando, forçando.

Agora..., tem um elemento, que aproveito para fazer um comentário nesta questão, quando a gente fala da construção conjunta da oferta e da demanda, alguns entendem como uma economia fechada em si mesma, uma economia de gueto. “Ah, então você vai montar uma espécie de mercado paralelo à economia de mercado. E esse mercado vai conseguir suprir todas as necessidades? Vocês não vão isolar-se?”. Tem um pouquinho disso na questão de Jorge Elias, quando ele pergunta se a construção da demanda e da oferta não estaria indo de encontro às formas de auto-organização política. Daqui a pouco eu vou dizer que não, viu Jorge? Mas faz muito sentido o que você colocou.

Quanto à questão, sobre se com as construções conjuntas da oferta e da demanda não estaríamos retornando às formas antigas de regimes autárquicos... Bem..., só se a construção implicasse em guetos fechados, mas aí estaria negando as formas de auto-organização, porque as formas de auto-organização política são espaços públicos por excelência, mais

institucionalizados, etc. Eu acho, então, que a construção conjunta da oferta e da demanda permite afirmar ainda mais os espaços públicos, porque só é possível construir conjuntamente a oferta e a demanda, fazer essa associação entre produtores e consumidores, se você tiver uma efetiva dinâmica associativista no território e organizações como espaços efetivos para discussão pública dos problemas.

Mas, voltando, ao fato de como o Estado pode estimular, eu acho que é estimulando o associativismo e pensando estratégias de desenvolvimento territorial integrado. O problema em relação a isso é que existem muitos modismos, apesar de que dentro desses modismos tem vários termos da agenda das políticas públicas, de onde se pode extrair algo. Mas o fato é que estimular a construção conjunta da oferta e da demanda é pensar estrategicamente o desenvolvimento no território. O território aí pode ser muito bem um bairro.

Isso é semelhante a um pensamento da primeira metade do século XIX na Europa, de um certo socialismo utópico, que pensava que o capitalismo iria ser transformado, não imediatamente pela tomada do poder institucional, mas pela reprodução de iniciativas aqui e ali... Você vai reproduzindo... Imagine um bairro altamente desenvolvido, na forma de grupos de “prosumidores”, de associações, organizações que produzem, comercializam, enfim... O que é interessante aí é a possibilidade da diversificação também, porque não é preciso se limitar ao bairro. Pode haver um excedente da produção que possa eventualmente se relacionar numa economia de mercado.

Agora, em relação a isso eu queria lembrar um outro elemento, antes de pular para a segunda questão. Isso vai acabar tocando em outras questões... Bem, existe um debate sobre as concepções práticas de economia solidária no Brasil. E esse debate situa pelo menos, duas grandes posições. Existe uma posição que pensa que o papel da economia solidária é de disputar com o capital. Essa posição assume uma visão estratégica que consiste em dizer: “Não, o que a gente precisa para economia solidária é montar empreendimentos sólidos, competitivos, que concorram

com grandes empresas e ganhem”. Estratégias de longo prazo, naturalmente, mas é assim a mentalidade. Quer dizer, vão fortalecer os empreendimentos para eles competirem mesmo. Em vários aspectos obviamente que isso é importante, você tem que montar empreendimentos que tenham uma certa solidez, do ponto de vista produtivo...

Por outro lado aparece uma outra posição, que se bate com essa e que pensa que a estratégia e a concepção prática ideal para a economia solidária não é disputar com o capital, mas construir redes de socioeconomia solidária. E a noção de redes de socioeconomia solidária é muito próxima da idéia de construção conjunta da oferta e da demanda. E aí para os que defendem a posição de que é preciso disputar com o capital, as redes de socioeconomia ficam fadadas ao fracasso, porque vão se constituir em guetos, em sistemas fechados sobre si próprios.

Por outro lado e como contraponto dialético é possível dizer também que pretender disputar com o capital já fez parte das intenções do movimento socialista histórico, cooperativista, em especial, da primeira metade do século XIX, na Europa. Acreditava-se nisso, nessa possibilidade de disputa e de se sair vencedor, naturalmente. O fracasso veio em função do atrito com o *establishment*, que tem a ver com a questão que Guto coloca sobre como é que isso vai sobreviver num contexto adverso, etc. Ou seja, o fracasso neste caso explica-se pelos imperativos e injunções do mercado (sua racionalidade) orientando o modo como os empreendimentos (cooperativas) deviam estruturar-se e funcionar – levando tais iniciativas à incorporação de um tipo de racionalidade que torna esses empreendimentos iguais na prática às formas de organização convencionais ou capitalistas. Então, existem lições dessa história do cooperativismo ao longo do século XIX na Europa que a gente pode tomar hoje como referência para poder avaliar uma concepção e outra.

Penso que devemos buscar uma possibilidade de síntese dos dois tipos, muito embora valorize muito a idéia da construção conjunta da oferta e da demanda, pensando estrategicamente o desenvolvimento no território. Mas, como estimular

empreendendo políticas que pensem o território..., o desenvolvimento no território? Penso que integrando iniciativas socioeconômicas e sociopolíticas, fortalecendo o espaço público, o associativismo, e pensando estrategicamente as várias cadeias produtivas dentro de um bairro e suas múltiplas conexões.

Em seguida, Guto, a questão do Estado incompatível com o projeto de sociedade alternativa. Sem dúvida, é um dos grandes nós, não é? É que isso não tem jeito, é um nó que não tem como desatá-lo, nem existe uma solução mágica. Claro que nem é isso que você pretendeu com a sua pergunta, mas como é que a gente tenta desatar esse nó? Eu acho que é preciso você pensar em termos de novas formas de regulação da sociedade, de outras economias, em espaços de sociedade, criando novos enclaves... (a idéia de distritos de economia solidária, que começa a ser veiculada pelos italianos, parece interessante neste sentido). Para isso, é preciso mudar a institucionalidade. É um caminho meio de tartaruga. Mas é isso mesmo. Essa história do conselho de economia solidária que se quer criar é um passo importantíssimo. Se você, num momento de tanta instabilidade política, em que as sucessões governamentais têm um impacto direto sobre os projeto de economia solidária, é necessário tentar construir (o próprio movimento já sabe) institucionalidades sólidas. Isto é, construir novas leis, um quadro legal.

É lógico que para fazer tudo isso, tem um embate muito complicado. Por exemplo, é formidável que instituições públicas possam comprar de empreendimentos solidários. A gente sabe que existe entrave para isso, num plano jurídico legal. Então, a gente fica pensando o porquê de não introduzir-se uma lei que resolva isso... Ótimo, o problema é que isso vai ser muito difícil de ser posto em prática, porque imagine o lobby das empreiteiras que fornecem serviços, entre outros aspectos, conforme havíamos sublinhado antes. Em algumas regiões, inclusive, esses lobbies são caso de violência... Realmente, é um processo complicado, mas eu acho que é um jogo de formigas mesmo; ou seja, você consegue num Estado um avanço aqui e isso serve de exemplo para outro ali, e vai se montando assim...

Eu vejo a vocação da economia solidária dessa forma. Por enquanto, eu não consigo imaginar a superação do capitalismo da noite para o dia, nem posso trabalhar com esse horizonte de forma tão clara, inclusive por um princípio de respeito à diversidade – que é para mim uma questão ética fundamental. Eu só consigo imaginar formas de regulação não capitalistas, convivendo como seu oposto, dialeticamente, numa sociedade. Isso implica um processo de tensão. Eu tenho já alguns exemplos de casos de situações de conflito em função disso. Na França, eu conheci uma história de um grupo de economia solidária que foi acusado, por uma associação de patronatos, de estar praticando uma concorrência desleal. Isso acontece quando as iniciativas de economia solidária começam a ganhar fôlego e a efetivamente perturbar o grande capital. Em algumas áreas, em alguns setores de atividades, essas situações vão vir com mais ímpeto e mais força. Por isso que estrategicamente é interessante que a economia solidária esteja situada, por enquanto, nessa margem da economia, naqueles setores onde o capital não se interessa em investir, porque por enquanto ainda não causa muito problema.

Você consegue fortalecer isso, criar essas ilhas de regulação? Eu penso um pouco isso. Eu penso a economia solidária como processos de regulação da economia diferenciados, em certos territórios, convivendo numa institucionalidade maior, diferente – um país, etc. Mas também garantindo ganhos nessa institucionalidade maior – algumas leis aqui e ali. É um processo necessariamente tenso. A gente vai ter que aprender a conviver na tensão, porque essa tensão é de diversas ordens, não é só no plano político e jurídico, mas também no nível da psicologia individual de cada um, em função do sistema de valores da sociedade de consumo, dos hábitos. Por isso que o esforço da economia solidária vai muito além de a gente estar nessa luta política de transformação do quadro institucional. Existe uma transformação do indivíduo, que Marcos Arruda tanto chama a atenção, e é importante, que passa por uma mudança de valores. Movimentos em economia solidária, como o comércio justo, me parecem que têm uma importância imensa e às vezes, a gente fica falando só de

cooperativismo popular, só de empresas autogestionárias, esquecendo que se não se mexe no consumo, não se resolve nada no capitalismo. Então, existem mudanças muito amplas nesse sentido.

A vocação de economia solidária é construir formas de auto-regulação, diferentes, em territórios específicos, convivendo nessa tensão. Eu acho que é assim que você pode ir minando o sistema, embora isso leve muito tempo. É ter uma ilusão de construir uma sociedade não capitalista dentro de 50 anos (embora aí deva-se admitir também que uma tal sociedade também permite vez a sua contraparte, afinal de contas isso faz parte do princípio dialético e do imperativo ético de respeito à diversidade – no final das contas, a discussão é sobre espaços de hegemonia, já que pretender aniquilar uma outra parte supõe recair na tentação totalitária, que deve ser banida de um pensamento de esquerda que se pretenda humanista). Agora eu acho que antes disso pode-se ter, sim, territórios com um modo de regulação diferenciado, com oferta e demanda sendo construídas conjuntamente. Eu penso muito nisso, em territórios diferentes. Aliás, a idéia de uma sociedade civil planetária nos ajuda nesse caminho. É uma idéia que tem ganhado força. Aliás, na Europa o movimento de economia solidária apresenta claras vinculações com movimentos *altermundialistas*, muito mais do que *anti-mundialistas*.

Bom, respondendo a pergunta de Alzira, sobre o exemplo do caju. Enquanto você falava, eu só pensava nas propriedades nutricionais do caju, na vitamina C que se pode extrair... Mas, enfim, aí você disse que o problema é a monocultura, do fato de eles terem uma atividade específica, ainda mais uma atividade que, do ponto de vista do mercado, você mesma já sugeriu, as pessoas tornam-se refém de um nicho mercadológico complicado e problemático para se entrar e furar. Mas a sua pergunta foi: será que quando nós falamos em economia solidária, com base em antropologia econômica etc., essa análise se adequa às empresas autogestionárias? Imediatamente eu pensei na história da autogestão, que sempre foi alguma coisa que marcou o campo da esquerda. Muito naturalmente, como a economia solidária é uma

área cujas pessoas que entram, no geral, vêm de uma tradição política de esquerda, a idéia de autogestão sempre, de algum modo, pairou; é um termo que todo mundo adora. Agora, é curioso, porque quando você vai olhar a literatura sobre autogestão, não se diz muita coisa.

Eu sou favorável, evidentemente, à autogestão, sobretudo como princípio de direção. Em matéria de administração, autogestão é muito mais eficiente do que a heterogestão. Eu acredito, sobretudo, naquilo que é a mola, a base mesmo da economia solidária: os processos democráticos. Mas, acho que é pouco se falar em autogestão para resolver o problema da economia solidária, porque não diz muita coisa. Em relação às empresas autogestionárias, existem alguns problemas enfrentados por elas. Primeiro, elas costumam ter de trabalhar com o paradigma, em última instância, que é um paradigma tecnológico industrial defasado, e que acaba se refletindo na gestão, o que é complicado. Aí você recupera a massa falimentar de uma empresa que o patrão deixou ruim, porque a tecnologia estava defasada, recupera tudo o que existe de superado e vai tentar competir no mercado nessas condições. É uma tarefa muito complicada.

Agora, evidentemente que as inovações neste campo tem acontecido e isso é muito importante como renovação de um paradigma produtivista. O que parece interessante também é, a partir daí, se conseguir diversificar a produção, porque o que mais importa é a gestão, a possibilidade de se trabalhar de outra forma, mas existem dificuldades enormes. Além disso, você fica nesse processo muito dependente de um cenário de competição. No geral, nas cooperativas autogestionárias, tem-se uma área em termos de atividade econômica mais intensiva, em termos de valor agregado. Aliás, é um dos poucos campos em que hoje a economia solidária atua de maneira mais diferenciada, porque por enquanto as experiências em economia solidária são, sobretudo, no campo de serviços de baixa intensidade tecnológica. Ou seja, é uma atividade com baixíssimo valor agregado, em que a mão-de-obra não tem necessidade de um alto grau de qualificação. E é importante que a economia solidária avance em setores

econômicos tecnologicamente mais avançados. Eu acho, aliás, que um dos campos extremamente férteis para isso, e já começa a existir trabalho a esse respeito, é exatamente a área do software livre, que é um paradigma, para mim, prático de trabalho em economia solidária. É importante que a partir da autogestão, se consiga diversificar a área de atuação e, sobretudo, articular mais o empreendimento a um território, porque na autogestão, nas empresas recuperadas, prevalece mais no discurso a importância do empreendimento em si, do que a importância do local em geral.

Agora, indo para a questão de Marcelo, no que diz respeito à história do Estado ausente. Isso remonta um pouco à colocação de Guto. Então, eu acho que é preciso ir construindo uma institucionalidade. Naturalmente, Marcelo, que em alguns contextos isso é extremamente problemático; noutros pode existir uma situação um pouco mais favorável, em casos onde existem prefeituras e espaços para se realizarem trabalhos assim. Mas há ainda muitos casos complicados, sobretudo naquelas culturas em que prevalece uma política reacionária, e aí o tempo, o horizonte, é muito grande.

Sobre a questão indígena, eu tenho uma discussão que busca relacionar a visão de economia pensando em outras formas de economia, em outros tipos de sociedade. A sociedade indígena é um emblema, um modelo. Eu fui influenciado pelo paradigma do “bom selvagem”, em antropologia; tenho uma espécie de fascinação pela cultura indígena. Mas, enfim, temos que conhecer os limites da idealização, as dificuldades, e quem trabalha com as populações indígenas sabe bem os problemas enormes que existem. No entanto, também existem, na cultura indígena, ensinamentos muito valiosos sobre um outro modo de se operar a economia, em que não é preciso pegar tudo ao pé-da-letra, mas se pode filtrar elementos importantes. Eu acho que o papel da economia solidária é recuperar um pouco essas tradições, a partir de um outro modo de fazer economia não-capitalista, encontrando as virtudes necessárias para um projeto de economia mais humano. E eu acho que na forma indígena de trabalhar existe muito ensinamento a esse respeito. Pena que a gente explore tão pouco a

região Norte do País, tão fértil na cultura indígena, como o próprio Nordeste.

Agora, respondendo a pergunta de Ângela. Bem, é como se a economia solidária articulasse uma tendência mais de afirmação econômica, própria do movimento cooperativista com uma tendência de afirmação política própria da tradição de movimentos sociais, e dos novos movimentos, em função da dimensão do espaço público, que na economia solidária é muito importante. Então, eu acho que sim, ela tem uma vocação para combinar essas duas coisas. Agora..., isso não se opera com facilidade, naturalmente. Mas você lembrou bem: a pauta da economia solidária é muito próxima dos novos movimentos sociais, porque envolve as questões de hoje. Talvez os movimentos de economia solidária, os fóruns, tenham que afirmar mais esse elemento. Eu acho que ela deveria se articular mais com os próprios movimentos, sejam culturais, de negros etc., porque a economia solidária se articula muito pouco e essa articulação não é só de um lado, porque o movimento de lá não quer se articular. Muitas vezes é porque, aqui, na economia solidária, as pessoas não compreendem um vínculo possível com os novos movimentos sociais. E por que não compreendem? Porque pensam a economia solidária essencialmente como uma atividade produtiva. Não fazem esta articulação entre processo produtivo e a discussão pública de problemas comuns. O processo produtivo e a elaboração da economia servindo para resolver problemas públicos, comuns. Não pensam isso.

Eu acho que tem um campo imenso para ser explorado em matéria de economia solidária, que é na articulação das iniciativas de economia solidária com os movimentos sociais tradicionais e novos, sem dúvida. Claro que isso é mais uma vez uma discussão muito grande. Em relação aos tradicionais, ao movimento sindical, existe uma resistência, de um lado, naturalmente, mas também aberturas importantes, por outro lado, a exemplo da ADS ou do Instituto Integrar, ambos na CUT. A resistência existe em função de uma tradição de imaginar que na economia solidária estaria se precarizando o trabalho. Aliás, essa é uma outra discussão que a

gente nem chegou a entrar muito aqui, que um ou dois de vocês tocaram na questão. Eles costumam questionar: “Então, como é que você vai construir novas formas de relação de trabalho na economia solidária? As práticas ainda são muito informais, muito espontâneas, etc.”. Me parece que é um horizonte que está colocado. O que a economia solidária, de algum modo, aponta é o seguinte: a relação assalariada que historicamente sempre se constituiu como parâmetro fundamental de relação para a classe trabalhadora está condenada, e eu tenho que dizer isso. Estamos muito presos ainda à relação assalariada. Por que? Porque achamos que toda forma de relação não assalariada é necessariamente capitalista. É aquela história de associar ao empreendedorismo privado, etc... A gente tem que pensar melhor, então, o que quer dizer empreendedorismo coletivo, solidário, em matéria de economia solidária, e que novo tipo de institucionalidade, ou novo tipo de legislação do trabalho, é necessário construir, porque a relação assalariada está condenada. Eu tento aqui retomar uma discussão muito fértil do campo da sociologia do trabalho mais recentemente. A discussão sobre o fim do emprego. Há limites cada vez mais evidentes para o crescimento da geração de empregos no mundo atual.

Jeremy Rifkin, sociólogo norte-americano, já dizia isso no início dos anos 90, e outras pessoas recuperaram esse debate de maneira mais interessante também... Existe uma tendência, um caráter excludente, na dinâmica da economia capitalista e isso se reflete na própria diminuição do número de empregos. Há dados muito conhecidos a esse respeito, que todos já devem conhecer: no caso brasileiro, dos dez postos de trabalho criados nos últimos dez anos, apenas três são de carteira assinada. Isso é o exemplo brasileiro. Fora do Brasil, há a mesma situação. O grande drama que a Europa vive de exclusão social diz respeito a isso, ou seja, desemprego no capitalismo hoje é um problema estrutural, não é mais um problema conjuntural. Por mais que os liberais sugiram que é um problema conjuntural, de qualificação. Qual o diagnóstico liberal para o problema do emprego no Brasil? “Ah, é ausência da qualificação da mão-de-obra”. Pronto, vamos

qualificar a mão-de-obra no Brasil a rodo. Resolveremos o problema do emprego? Não vai resolver, porque qualifica-se e o mercado de trabalho não tem condições de absorver todo mundo.

Eu tive a oportunidade de estudar um pouco as experiências de políticas de inserção produtiva na França, no final dos anos 80 e 90. Não deu certo. Tinham boas intenções, eram importantes. Mas qual era o princípio dessa política? Para pessoas com dificuldade de inserção no trabalho – adultos desempregados, com idade avançada, e jovens sem qualificação –, a idéia era criar espaços para essas pessoas trabalharem, associações de inserção, para elas conseguirem aumentar suas condições de empregabilidade, porque aí, na seqüência, conseguiriam arrumar um emprego numa empresa, ou seja, no mercado formal da economia. Esta lógica denominada de *trampolim* não vingou, evidentemente porque não havia empregos disponíveis a todos ao final desta espécie de estágio insercional. Este problema está refletido no fato de que o pêndulo da balança do número de empregos revela uma quantidade muito menor de novos empregos criados (com as novas tecnologias, especialmente no campo da informática) em relação aos empregos que deixam de existir. Então, a relação é deficitária para o emprego, que tem se tornado cada vez mais escasso no capitalismo. Isso é um problema real da dinâmica capitalista. É o famoso crescimento sem emprego. Então, como resolver isso? Temos que construir uma outra forma de relação trabalhista, um outro marco jurídico, eliminando os preconceitos que temos contra. Porque é verdade, a relação assalariada para nossa história é muito importante, era a relação que garantia direitos, tudo isso. A gente tem que ser capaz de pensar uma outra forma de relação não-assalariada, mas ao mesmo tempo não precária, que redefina inclusive o sistema de direitos.

### **Concluindo...**

Vou comentar alguns aspectos, em especial da relação das organizações de economia solidária com o poder público.

Eu prefiro falar em relação de interdependência entre Estado e Sociedade, em matéria de política pública de economia solidária. E é uma interdependência que eu diria que vai dos dois lados. A gente tem o hábito de pensar o Estado como um ente poderoso, e isso é parte da tradição republicana. Eu acho que a França tem um peso nisso, é um dos exemplos de um Estado muito importante, influenciando a sociedade civil, dominando mesmo. Não é à toa que na França, por exemplo, o direito a livre associação levou cem anos interditada, até a aparição da famosa lei 1901. Lá existe uma tradição, uma espécie de controle, de tutela grande do Estado sobre o chamado mundo associativo.

Então, prefiro pensar como uma relação de interdependência. Existem alguns problemas, que já foram mencionados. O problema de você ter novos atores ocupando a cena do Estado, cuja estrutura é antiga. Então, como desenvolver uma nova política, numa velha estrutura? Parece um pouco com o que Marcelo estava preocupado... Bom, porque o Estado necessariamente tende a mudar a sua fisionomia em matéria de política pública de economia solidária. A gente está tentando fazer um levantamento, meio que uma espécie de sociologia dos atores da gestão pública em economia solidária, e eu diria que nada melhor do que fazer isso aqui mesmo nesta roda... Parte significativa deles tem origem nos próprios movimentos sociais. Então, que Estado é esse de que estamos falando? Porque a gente está falando de tutela e fazendo uma referência a um Estado, a uma personagem, que talvez não corresponda ao que está hoje tentando empreender política de economia solidária. Eu acho que isso causa uma mudança significativa no panorama.

Mas, enfim, quero falar de uma relação de interdependência, porque o Estado também depende fundamentalmente da própria sociedade para formular tais políticas. Não é à toa que boa parte das políticas de economia solidária é formulada em função de atores da própria sociedade, que conhecem o problema e passam a agir dentro do próprio Estado. Aqui tem alguns casos que são bem emblemáticos. Ângela e Alzira, que eu conheço mais, por exemplo, são pessoas que saem

da sociedade, do movimento social, e entram dentro do Estado. Eu acho que isso causa uma mudança muito grande. E aí, como falar em tutela, se você tem atores com princípios “antitutelares”, vamos dizer assim? Mas eu acho que acaba havendo uma relação de interdependência, o Estado depende um pouco desses atores, porque desconhece o problema que ele quer enfrentar. Aí eu estou falando da dependência do Estado para com a sociedade, mas evidentemente que a dependência mais conhecida, e vocês já ressaltaram, é da sociedade em relação ao Estado, no sentido do poder que essa instituição chamada Estado tem para promover mudanças significativa, na forma de indução dos próprios processos.

Então, existe uma interdependência, mas uma interdependência que assume características de uma tensão, pois existem conflitos significativos nessa relação, mas existe também aprendizado. Existem ainda sínteses que ocorrem, em algumas experiências foi muito nítido, eu citaria, em especial, o caso de São Paulo, em que houve um processo muito tenso, com conflitos e sínteses valiosas. Eu acho que a gente tem uma dificuldade, no final das contas, de trabalhar a tensão. A gente tem velhos paradigmas nos orientando, o que faz a gente pensar sempre em matéria de Estado ou Sociedade. E acho que a gente também está tendo dificuldade de pensar exatamente a interdependência, a parceria, enfim, a relação, que vai ser necessariamente tensa...

A gente está tendo ainda uma dificuldade de pensar um mecanismo de regulação que leve em consideração os dois entes – Sociedade e Estado, afinal de contas ação pública é um atributo também, e antes de tudo, da própria sociedade. Isso é um grande desafio de uma política pública de economia solidária, é algo que não se define, não se constrói unilateralmente. Constrói-se exatamente numa tensão entre essas duas instituições. Isso é um paradigma a ser formulado, e essa formulação, evidentemente, depende da superação do paradigma anterior.

Por que o movimento de reforma agrária, e outros movimentos, como o de catadores, estão fora de economia solidária? Eu acho que existem também concepções de economia

solidária em diferentes governos, que variam, e isso também impacta evidentemente na relação. Isso de algum modo já ensinou a discussão da manhã. Eu acho que existe uma concepção dominante de economia solidária que é, eu diria, muito produtivista e que elimina a possibilidade de integração com novos movimentos sociais. Eu acho que essa integração passa também sobre a mudança de concepção sobre as práticas de economia solidária. Se você incorpora mais essa dimensão de ação sociopolítica, articulada à ação socioeconômica, na concepção de economia solidária, isso abre mais espaço para você construir essa aliança com os chamados novos movimentos sociais. Isso é uma das possibilidades de conseguir promover esse encontro. Evidentemente que esse encontro tem uma série de idiossincrasias, peculiaridades, que o definem. Às vezes, a própria relação histórica entre atores, tudo isso, aqueles velhos conflitos que povoam o mundo da esquerda, que às vezes são difíceis de serem resolvidos. Mas eu acho que esta concepção, de uma economia solidária mais ampla, pode ajudar na tentativa dessa articulação.

Eu queria voltar rapidamente à questão da indução das políticas públicas. Existe uma tendência à indução nas políticas públicas de economia solidária e isso parece representar um papel estratégico. O que se quer é que essa economia solidária que já existe potencialize-se, do ponto de vista da capacidade de transformar a realidade. E nesse aspecto, de algum modo, os movimentos sociais querem, eu acho isso muito legítimo, se aproveitar um pouco do poder do Estado para promover isso. E a indução tem esse caráter, esse sentido.

Então é verdade que existem novas experiências que têm surgido que não são totalmente espontâneas, evidentemente, já que estão partindo da própria indução do Estado. Mas isso é um processo típico de uma realidade como a brasileira, que tem um nível de desigualdade, de diferença, muito grande entre os grupos sociais. E a gente, às vezes, fica um pouco intimidado, cheio de dedo, em função dos nossos princípios, da nossa formação, em falar em tutela.

Está se tentando fazer um papel indutor, em algumas circunstâncias acaba caindo-se numa postura meio de tutela, ou talvez paternalista, ferindo até os nossos princípios, mas isso é um movimento meio dialético. E volta e meia você se sente um pouco tutelando, mas os seus princípios não querem isso, e outras vezes você sente que consegue construir uma relação de reciprocidade efetiva. Na verdade, é um processo de aprendizado, em que você parte de princípios (como o ideal freiriano de uma pedagogia da autonomia), consubstanciado em metodologias de intervenção, mas a realidade é muito dinâmica. Eu acho que vocês, atores, gestores públicos de economia solidária, buscam relações não tuteladas, buscam relações de reciprocidade, democráticas, agora você tem às vezes demandas... Como a necessidade de potencializar um campo de economia popular, por exemplo, em que você pode encontrar-se tendo que resolver problemas que são elementares, como infra-estrutura, etc., para apenas depois conseguir um salto maior... É aí que reside a indução... Alguma coisa como organizar uma sociedade para que ela consiga, na seqüência, agir na institucionalidade.

A indução tem uma natureza muito estratégica na economia solidária. Mas qual seria então o tempo político dessa emancipação, que tempo é esse do processo de incubação... Eu também acho quatro anos muito razoáveis, agora o problema aí é a metodologia. Aí entra numa dimensão pedagógica, como trabalhar essa relação, que acaba se refletindo nessa discussão sobre tutela. Como fica essa relação entre parceiros diferentes de maneira não tutelar? É um desafio no campo educativo. É preciso construir metodologias a esse respeito... Mas a indução, sem dúvida, tem uma natureza estratégica, porque pensar a economia solidária, e seu poder de transformação da realidade, apenas a partir dos atores que já existam organizadamente ainda é pouco. Primeiro, porque do ponto de vista de quantidade, por exemplo, o movimento tem muito a ganhar se crescer em tamanho. Então, esse papel de indução tem uma importância muito grande, porque ele tem uma capacidade de potencializar o desenvolvimento da economia solidária.

## CAPÍTULO 3

### **O estado da arte das políticas públicas de economia solidária no Brasil – uma análise qualitativa dessa construção**

#### **Introdução**

***Ângela Schwengber* – Secretária Executiva da Rede de Gestores Públicos de Fomento à Economia Solidária**

Em 2002, durante o Fórum Social Mundial, numa troca de experiências entre os gestores que estavam presentes, achamos que seria interessante fazer um levantamento do que existia de experiências de políticas públicas de fomento à economia solidária em municípios e governos estaduais no Brasil, para que pudéssemos tanto referenciar novas iniciativas como, enfim, conhecer melhor o que estava sendo feito. Naquele momento novos governos assumiam a gestão nos municípios e avaliávamos que seria importante que eles pudessem recorrer àquelas experiências, para elaborar seus próprios planos de governo. Também acreditávamos que um estudo sobre as experiências existentes nos ajudaria na reflexão sobre instrumentos, objetivos, concepção, no processo de sistematização que a Rede pretendia fazer a respeito dessas políticas públicas. Sempre na perspectiva de ampliação do espaço da economia solidária no âmbito do Estado pra desenvolver ferramentas de apoio a este segmento.

Então, já em 2002, a gente fez essa demanda inclusive para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – que é uma fundação pública vinculada ao Ministério da Fazenda. No entanto, acabou não tendo recursos e não conseguimos realizá-la naquele momento.

Em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária, que também apontou essa perspectiva de fazer um

mapeamento da economia solidária no Brasil, no âmbito dos empreendimentos existentes e das organizações de fomento<sup>10</sup>. Nós também dialogamos com a SENAES para que fosse incluído um levantamento das políticas públicas em execução. Porque nós tínhamos conversado com a SENAES objetivando integrar as políticas de economia solidária nos âmbitos municipal, estadual e federal, discutindo quais seriam os eixos que iríamos trabalhar para constituir uma política pública nacional de economia solidária.

A pesquisa acabou se desenvolvendo a partir de uma demanda da SENAES ao IPEA, que deu origem a um convênio que reuniu uma equipe de consultores/pesquisadores para realizá-la. Os gestores, presentes nesta oficina, já tiveram oportunidade de ouvir o Genauto e vão ouvi-lo novamente, como também a Christiane Girard e o Francisco Alves - “Chiquinho”<sup>11</sup>, pessoas extremamente comprometidas com essa discussão da economia solidária, que têm produzido conhecimentos muito importantes pra que a gente possa avançar nas nossas reflexões e na construção das nossas práticas de economia solidária em termos de políticas públicas.

Nós tivemos a sorte de estar com essas pessoas nessa pesquisa e elas vão estar hoje trazendo pra gente os resultados, ou pelo menos algumas reflexões, do que viram e refletiram a respeito dessas políticas. Eu não vou entrar no mérito da metodologia, porque eles vão estar falando disso depois.

Mas nem todas as prefeituras e governos estaduais que fazem parte da Rede ou que estão participando desta oficina fizeram parte da pesquisa, por duas razões: A primeira delas é que muitos de vocês representam novas administrações e iniciaram o trabalho agora nessa gestão que teve início em janeiro de 2005, portanto, posterior à realização da pesquisa. E a segunda razão é

---

<sup>10</sup> As entidades de fomento, no âmbito do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, são consideradas as universidades, as organizações não governamentais, associações, fundações e agências de desenvolvimento.

<sup>11</sup> Além dos três consultores mencionados, foi incorporada uma quarta consultora a Tânia Cristina Alves de Siqueira, na época doutoranda de sociologia na UNB.

que, daqueles que já eram gestores, muitos não responderam a primeira etapa da pesquisa. Um questionário foi encaminhado por e-mail pra todos os membros da Rede e tivemos a maior dificuldade de ter a resposta. Apesar de insistência tanto do IPEA quanto da coordenação da rede, a maioria não respondeu. Então, nós ficamos com um universo restrito daqueles que responderam ao questionário.

Nessa pesquisa a gente indicou a Alzira, então membro da Rede de Gestores<sup>12</sup>, como nossa representante na coordenação da mesma. Sustentamos que ela continuasse participando do grupo, independente de não continuar integrando a prefeitura do Recife. Ela representou a Rede no grupo que se constituiu em torno dessa pesquisa que é composto pelos pesquisadores que aqui estão, mais os pesquisadores do IPEA e ainda Valmor Schiochete, Diretor de Divulgação e Estudos da SENAES. Alzira também falará um pouco disso.

Gostaria de agradecer a Christiane, Chiquinho e a Genauto e demais pesquisadores por terem feito esse esforço e se dedicado a essa pesquisa, que com certeza vai dar muitos elementos às nossas reflexões, e também de agradecer a Alzira por ter dedicado seu tempo a nos representar nesse grupo.

***Alzira Medeiros***

Como diz o ditado: quem está na chuva tem que se molhar. Foi um trabalho bastante significativo. Me senti privilegiada por estar numa equipe onde pela primeira vez uma pesquisa se debruçou sobre a experiência das políticas públicas de economia solidária. Não temos conhecimento de nenhum estudo desse tipo em nenhum lugar do mundo. Então é uma pesquisa que eu chamaria de inédita sobre esse tema. Há muita pesquisa sobre

---

<sup>12</sup> No início da pesquisa Alzira Medeiros era Diretora Geral de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária, órgão vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Prefeitura do Recife, permanecendo na Prefeitura até janeiro de 2005.

políticas de geração de trabalho e renda e outros temas relevantes, mas sobre economia solidária há um certo ineditismo. O livro ação pública, que foi lançado na França<sup>13</sup>, trata de uma forma muito geral, sem um nível de detalhamento e aprofundamento que nós realizamos nessa pesquisa, sobre a gestão pública governamental.

A participação da Rede de Gestores, e a minha particularmente nesse grupo, tinham como objetivo contribuir para uma aproximação do objeto da pesquisa, pela experiência concreta da rede enquanto gestores públicos, e também por uma discussão muito significativa que nós tivemos sobre a metodologia da pesquisa, sobre as categorias de análise (já que a gente não tinha referenciais sobre as políticas públicas de economia solidária, então teríamos que construir isso para ter uma certa referencia de análise). Muitas vezes brincamos bastante sobre a participação da Rede nesse grupo de pesquisa como sujeito e objeto de análise da pesquisa.

Quanto aos municípios e estados que participaram da pesquisa, Ângela comentou que foram distribuídos os questionários via e-mail para, na época, 39 membros da Rede, e 18 responderam: São Bernardo do Campo, Caxias do Sul, Niterói, São Carlos, Londrina, Blumenau, Santo André, São Paulo, Imbu, Mauá, Belo Horizonte, Governo da Bahia, Aracaju, Concórdia (SC), Guarulhos, Dourados (MS), Valadares (MG) e Recife. Havia um problema de limite de tempo, de dar um corte no período, já que não se podia ficar esperando indefinidamente para dar início à análise da pesquisa.

A partir desse retorno do questionário a equipe fez uma análise dos dados e percebeu, pelas informações colocadas, que seria importante iniciar uma segunda etapa da pesquisa, de análise qualitativa, e que nela deveria haver um contato mais direto dos pesquisadores com os gestores. Assim, foi-se trabalhar uma

---

<sup>13</sup> Refere-se ao livro *Action publique et économie solidaire – une perspective internationale* – organizado por Jean-louis Laville, Jean-Philippe Magnen, Genauto C. de França Filho e Alzira Medeiros – Paris, Edictons érès, 2005. Edição em português a ser lançada no Brasil em 2006.

amostra qualitativa, em que cada pesquisador ficou responsável por um grupo de gestores. Os estudiosos vão falar dessa amostra qualitativa e desses municípios que foram escolhidos pra serem analisados mais de perto através de uma entrevista dirigida com perguntas semi-estruturadas aos gestores que responderam ao primeiro questionário.

A gente só tem a ganhar com estudos e trabalhos desse tipo. Essa pesquisa, nesse processo de formação dos gestores membros da rede, é muito importante, porque ela vai perpassar o conjunto dessa formação, já que ela traz questões mais organizadas sobre as reflexões que a gente anda fazendo e precisa fazer. Enfim, é um insumo essencial para a discussão e o debate sobre as políticas públicas de economia solidária.

Para participar deste painel foram convidados para apresentar a pesquisa os consultores a quem Ângela citou e o Coordenador da pesquisa Herton Araújo do Departamento de Estudos Sociais do IPEA e a coordenação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, aqui representada por José Francisco de Melo Neto, da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT. Após as exposições, será aberto o debate para os participantes, e em seguida a réplica dos pesquisadores.

### **O estudo qualitativo dos municípios de Santo André, São Bernardo, Mauá e São Carlos (SP)**

***Prof. Francisco José da Costa Alves (“Chiquinho”)***<sup>14</sup>

Essa pesquisa, embora a gente tenha começado em agosto de 2004, não foi terminada. A primeira parte da pesquisa, já realizada, foi pensar os instrumentos de pesquisa, como se ia fazê-la, a metodologia, etc, concluída com aquele primeiro questionário ao qual a Ângela se referiu. Porém, depois, a gente fez a nossa pesquisa de campo. O meu relatório corresponde ao que eu vi,

---

<sup>14</sup> Professor Adjunto do Departamento de Engenharia de Produção da UFSCar, Doutorado: Economia pelo Instituto de Economia, UNICAMP, 1991

mas não retrata, de forma nenhuma, a opinião do grupo de pesquisa, assim como eu acho que os demais. Então, nós não temos, ainda, uma síntese dessa pesquisa.<sup>15</sup>

Aquele questionário chegou para os gestores numa época complicada, entre o final do período eleitoral<sup>16</sup>, fim de mandato, onde algumas prefeituras ou iam mudar ou outras em que não mudaram os prefeitos, mas mudou-se a equipe. Acho que o retorno pequeno que a gente teve dos questionários se deve um pouco à época em que eles foram enviados.

A partir daí a gente resolveu fazer uma análise qualitativa em todos os municípios que tinham respondido ao questionário e me coube analisar os municípios de Santo André, São Bernardo, Mauá e São Carlos, pra ir lá e ver de perto as experiências, sentir o cheiro, conversar com as pessoas. Foi muito interessante, fiquei muito emocionado com vários relatos... E assim, escrevi o relatório.

Dos quatro municípios que eu analisei, três estão situados na grande São Paulo, e um no interior do Estado. Dois dos três metropolitanos iniciaram as suas ações em economia solidária no início da década de 90, apenas São Carlos deu início a partir de 2001, quando a prefeitura é assumida por um prefeito do PT e que, portanto, tem um compromisso desde a sua carta-programa em atuar nessa direção.

A primeira coisa que eu levanto em relação aos três municípios que iniciaram sua atuação no início da década de 90, (numa época em que nem se falava em economia solidária, esse termo de certa forma nem tinha chegado no Brasil), a preocupação fundamental naquele momento era quais as ações das prefeituras no sentido de conter o desemprego. Porque a década de 90, todo mundo sabe, foi um período em que se aprofundou o desemprego, e naquela região da Grande São Paulo, que foi o berço do novo sindicalismo, da indústria automobilística brasileira, da chamada

---

<sup>15</sup> O IPEA entregou o relatório ao MTE disponível na página eletrônica do ministério.

<sup>16</sup> Refere-se às eleições municipais em 2004.

nata do operariado brasileiro, começou a se fragmentar em decorrência da redução dos empregos formais, e nessa década, tanto o desemprego apurado pelo Sistema Estadual de Análise de Dados –SP (SEADE) como apurado pelo IBGE batem lá nos dois dígitos e, portanto, não dava mais pra esconder a questão do desemprego.

Antes o desemprego era mostrado fundamentalmente pela pesquisa do SEADE, junto com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sociais e Econômicos (DIEESE), e era contestada pelo IBGE, e depois, ambas, independente da metodologia utilizada pelas duas, batem nos dois dígitos e aí não se tem mais à discussão se o desemprego é de 20% como dizia o DIEESE ou de 10% como apontado pela Fundação SEADE, o que importa, fundamentalmente, é que o desemprego está claro, está escancarado.

Além do desemprego, um outro aspecto importante, era a ocorrência pela primeira vez de um crescimento bastante grande do trabalho por conta própria, sem carteira assinada. E a terceira característica, um emprego que exigia um nível de escolaridade formal mais elevado. Portanto, é nesse quadro que se iniciam as ações de economia solidária na Grande São Paulo, e isso vai marcar essas ações no que nem se chamava, naquele momento, economia solidária.

Outra coisa que pra nós era importante perceber na pesquisa era se havia nos municípios uma política de apoio à economia solidária mais ou menos dentro daquela compreensão de que a política é que dá a direção, e dentro dessa política que dá a direção se têm diferentes projetos e dentro dos projetos, diferentes ações. Haveria então: políticas, programas, projetos e ações.

A gente percebeu que em nenhum dos municípios pesquisados há uma política pública de economia solidária pronta e acabada. A política de economia solidária está em processo de construção permanente, mas vai se modificando em decorrência da própria experiência e dos próprios avanços que vão ocorrendo nos diferentes lugares.

Também chama atenção à questão de como é que começaram as políticas e ações de economia solidária. Nesses municípios que eu visitei, grande parte deles começa pela iniciativa da prefeitura, através do gestor que naquele momento percebe que essa é uma questão que se tem que dar conta. As prefeituras têm metas a serem cumpridas em determinado prazo e, em geral, os gestores em uma carreira a qual eles se defrontam têm, portanto, que apresentar resultados num prazo razoavelmente curto.

Por isso, a economia solidária entra como uma ação dessas prefeituras dentro de uma análise que se faz do que é possível fazer com os recursos que têm, tanto humanos como financeiros, e que dêem resultados. E é um resultado que é temporalmente dimensionado em quatro anos, período da gestão, pois nesse tempo ele será avaliado.

Eu percebi que em Mauá as ações de economia solidária começaram em 1992. Mauá vivia, no momento em que eu fui fazer a entrevista, uma situação inusitada. Houve um processo eleitoral que não se concluiu, não teve segundo turno e estava sub-júdice. Quem estava respondendo pela prefeitura era o presidente da Câmara Municipal.

Mauá, apesar de ter um conjunto de iniciativas muito interessantes em prol da economia solidária, quando há a sucessão, essas experiências terminam, acabam. O prefeito não dá continuidade ao mesmo tempo em que os atores sociais também não conseguem deslanchar e dar seguimento à política implementada nos últimos dez anos. Políticas de dez anos que são interrompidas por imbróglio eleitoral e depois desse tempo praticamente todos os grupos se dissolvem, pessoas vão embora, e não há continuidade. Isso, de certa forma, reforçava um pouco uma das hipóteses da pesquisa sobre a questão da continuidade das ações em economia solidária depender da direção política do prefeito em exercício.

Algo parecido também acontece em São Paulo (capital), onde houve experiências interessantes nos quatro anos da Marta<sup>17</sup> (Ângela está aqui e não me deixa mentir sozinho, como o Genauto que também esteve lá). Esse traço da política de economia solidária depender da característica do gestor, isso me parece que está prevalecendo.

Vi várias experiências interessantes, que me marcaram muito, como São Bernardo, Santo André e São Carlos e um pouco menos a experiência de Mauá que não tinha muito o que ver, a não ser conversar com as pessoas em relação à memória, ao que havia ocorrido em Mauá. Já nos outros municípios, eu consegui ver as experiências, visitar pessoas e conversar diretamente com os atores sociais, que foi a coisa mais interessante dessa pesquisa: conversar com os responsáveis pela área.

Outra coisa que fica claro é que o papel da economia solidária no organograma das prefeituras vem continuamente se modificando. Em alguns lugares há uma secretaria instituída, própria pra economia solidária, em outros não se verifica nada disso. A economia solidária é uma iniciativa ou um projeto, ou até aglutina um conjunto de projetos, mas que ocorrem subordinados a uma determinada secretaria que está dentro de um outro órgão do governo. O que configura uma outra característica interessante, não se tem uma área específica para a economia solidária. Isso é mais ou menos uma crítica que eu faço ao lugar institucional da SENAES, que é uma secretaria vinculada ao Ministério do Trabalho, ocupando um quarto escalão, não chegando nem ao primeiro posto do órgão.

O que nos faz pensar: será que existe uma política de economia solidária no Governo Federal? Mesmo em um governo do PT (eu sei que o pessoal da SENAES não gosta quando eu digo isso) o organograma revela um pouco das intenções políticas que estão por trás. E a gente percebe que nesse período, principalmente nas prefeituras de Santo André, São Bernardo o

---

<sup>17</sup> Refere a gestão da petista Marta Suplicy na cidade de São Paulo (2001/2004) – nota da organização

papel das secretarias encarregadas das ações políticas de economia solidária vai se modificando e alternando, inclusive na nomenclatura, que eu não vou citar pra não cometer nenhum erro.

Mas, por exemplo, me parece que em Santo André ela passa a ter um status mais elevado que nos demais municípios citados. Em São Carlos ela é parte de uma Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, e, portanto, a sua preocupação fundamental está muito mais ligada à questão do desenvolvimento tecnológico da São Carlos capital da tecnologia, com maior índice de PHDs por metro quadrado, ao mesmo tempo em que há uma parte de São Carlos que retrata muito bem o Brasil inteiro, com uma desigualdade fantástica e com um nível de escolaridade super baixo. Em suma, o órgão do governo encarregado de dar continuidade às ações de economia solidária ocupa um papel de um destaque pouco elevado em relação à cidade de São Carlos, que fala da tecnologia, das universidades, de high-tech, mas não se fala das ações de economia solidária.

Gostaria de chamar atenção para algumas conclusões a se pensar, sobre o conjunto dos municípios que responderam o questionário no Brasil:

#### **a) Quanto à política de apoio à economia solidária**

Vimos que os programas estão vinculados a projetos e cada projeto está atrelado a um conjunto de ações. Esta forma deixa claro que as ações pressupõem a existência de política e esta tem uma determinada concepção da realidade, que em geral se destina a mudar a realidade existente.

Na primeira pergunta do questionário a gente verifica que em 77% dos municípios há ações em economia solidária, porém em apenas 51% existe um plano geral de economia solidária. Porém não há respostas que indiquem a existência de uma política geral, há apenas a indicação que 5% dos municípios estão estruturando essa política e que em 33% não há plano, nem política, há apenas ações.

Com bases nesses dados é possível dizer que na maioria dos municípios componentes da amostra as ações de economia solidária não são apenas resultados de iniciativas pontuais e individuais ou casuísticas, mas são resultados de uma certa elaboração política dos governantes ou dos responsáveis pela área. Porém, essas iniciativas ainda não estão contidas numa política de economia solidária. Acrescente-se a isso que em 11 municípios, 61,1% do total existe mais de um programa e que em 77,8% dos municípios a atuação em economia solidária se dá a partir da articulação institucional de diferentes órgãos municipais.

#### **b) Sobre a motivação de empreender ações em economia solidária**

A maior frequência obtida foi a sensibilidade de agentes sindicais municipais, em segundo lugar foi o diagnóstico da realidade local que apontou a necessidade de implementar a política ou ações.

#### **c) Sobre a demanda da sociedade**

Em terceiro lugar, aparece a demanda de grupos potenciais organizados e a interlocução com ONGs e com a sociedade civil. É interessante observar a baixa frequência do item relativo à interação com outros municípios. Então a maior frequência foi que há participação dos atores sociais na política e a maior forma de participação deles está na implementação e execução, seguido de concepção e formulação, e praticamente empatado com controle social. Esta resposta, articulada com a questão anterior, nos mostra que a política de apoio à economia solidária é motivada pela sensibilidade de dirigentes e demonstra ainda que houve uma pequena atuação dos movimentos sociais para a implementação de tais ações políticas.

#### **d) A institucionalidade e o sujeito político da ação**

A economia solidária enquanto um campo de luta política que visa não apenas o trabalho e a renda, mas a cidadania, a solidariedade e a emancipação cidadã da população, não pode ficar ao sabor das ações dos gestores municipais, porque estes, mais cedo ou mais tarde, serão substituídos, dado o princípio da alternância política própria da democracia. O que tem sido observado é que em vários municípios a alternância política encerrou uma linha de trabalho de vários anos, tendo exemplos de maior paradigma, onde bastou uma administração “protempori” pra que um longo trabalho iniciado no começo da década de 90 fosse paralisado.

Demonstrando que os sujeitos sociais não se põem em movimento enquanto sujeitos. Suas demandas caíram nas valas comuns das inúmeras outras demandas e opções que os dirigentes municipais possuem. Portanto, o que começa a surgir como uma política de economia solidária, deve-se ao fato dessa política contar com uma maior participação dos atores sociais. Que os atores sociais deixem de ser objeto da política para serem o sujeito da política; que deixem de realizar apenas a atividade de execução e controle pra promover a atividade de concepção.

Somente quando se vir atores sociais que desempenhem esse papel na política, ou seja, o papel da formulação das políticas, é que se poderá sair desse problema que vem sendo enfrentado, qual seja: a política e as ações em prol da economia solidária são reféns dos gestores municipais eleitos. Portanto, eu acho que isso coloca uma indicação de como deve ser a política de economia solidária para fortalecimento dos atores sociais e para torná-los sujeitos e não apenas objetos de ação, que acabam produzindo de certa forma uma lógica antiga, do clientelismo, de cima pra baixo.

#### **e) As relações de gênero**

Outra constatação importante (verifico um pouco na experiência de São Carlos) é sobre a questão do gênero. Se a gente

quiser definir qual o gênero da economia solidária, é feminino. São as mulheres que estão na frente do conjunto esmagador de ações. Na região do ABC existe uma cultura operária masculina, em que os homens estão esperando ainda aqueles empregos que eles perderam na década de 80 e aquele status que eles possuíam de ser operário de uma empresa, que lhes dava um status diferenciado socialmente, lhes dava inclusive crédito pessoal no comércio local e outra série de coisas. Mas isso se perdeu e não tem mais possibilidade de ser recuperado. Portanto, são as mulheres que estão assumindo as ações de economia solidária, porque estão vendo que há um espaço próprio pra elas. Os homens ainda vêem as ações de economia solidária como um “bico”, como uma coisa temporal, até que aqueles empregos voltem. E as mulheres não, elas estão assumindo de corpo e alma essas ações, tocando pra frente. Eu colhi relatos emocionantes sobre essa questão.

#### **f) As parcerias e o papel da Universidade**

Gostaria de chamar atenção também para a parceria com entidades de apoio à economia solidária. A gente tem que repensar o papel da universidade em prol da economia solidária que não é o papel de fomentação e criação de grupos. Isso deve ser ocupado por outras entidades que têm uma experiência acumulada, uma continuidade nesse serviço muito maior que as universidades, que engajam alunos que têm uma vinculação temporal com o projeto. Para se conseguir avançar a economia solidária não basta um cursinho de capacitação sobre o que é cooperativa, solidariedade, autogestão. Acho que isso pode ser feito e tem sido bem feito por outras entidades. Em Santo André, o que tem dado mais certo nessa parceria pra fazer incubação é uma ex-cooperativa que nasceu do próprio movimento de cooperativas e que ela está fazendo esse papel muito bem, porque fala a mesma língua, por estar em contato direto com as pessoas, porque não sofre essa descontinuidade.

Pra mim, o papel fundamental da universidade está na transferência de tecnologia, de saberes, e no aprender um novo

saber, que acredito que esteja sendo construído por essa experiência de economia solidária. Há um campo enorme (principalmente para minha área, que atuo em engenharia de produção), “projetação”, ou seja, projetos de empreendimentos solidários que tenham como princípio a solidariedade, a autogestão. Eu vi algumas experiências em que está se reproduzindo uma cultura fabril, lá de trás, dizendo que isso é economia solidária. Uma experiência em que há alguém que manda, outro que obedece, com relógio de ponto controlando as horas trabalhadas, tem um processo de produção que obedece a uma lógica velha, antiga. E eu acho que a gente precisa construir o novo, e pra isso tem que pensar esse novo. Não existe esse novo construído, não há nenhum manual que diga pro engenheiro como é que ele projeta uma fábrica solidária autogestionária. Existem apenas manuais fordistas e tayloristas... O que há a fazer é pensar nesse novo junto com os atores sociais. Eu ouvi falar de casos de trabalhadores que são gestores da empresa e vão contratar, por exemplo, um engenheiro para mandar neles, porque “o trabalho só vai se tiver engenheiro”.

Temos a enorme preocupação de que os empreendimentos sejam auto-sustentáveis. E o que é um empreendimento auto-sustentável? Seria o que dá dinheiro, que dá lucro? Ou seria aquele que em sua concepção e lógica, estão presentes os fundamentos da economia solidária, no que tange a solidariedade, a cidadania e auto-gestão?

## **O estudo sobre a Bahia e os municípios de Recife e Aracaju**

***Christiane Girard***<sup>18</sup>

Sou pesquisadora da economia solidária há muitos anos. Ensino e pesquiso na Universidade de Brasília (UNB) sobre isso.

---

<sup>18</sup>Professora Adjunta da Universidade de Brasília. Doutora em Sociologia, Universidade de Brasília, UNB, Brasil, 1993. Mestrado em Sociologia, Université Paris VIII, UN. Paris, França, 1983.

Essa pesquisa foi uma oportunidade ímpar de ver como as pessoas que têm a mão na massa estão lidando com essa questão tão difícil no momento, como Chiquinho lembrou, do crescimento do desemprego, do setor informal (que cresce numa heterogeneidade grande), numa desregulamentação das leis do trabalho, numa feminilização da pobreza. Não é por acaso que se reatualiza o espaço da economia solidária.

Vou falar de algumas dúvidas que senti, muito mais que de outras que estão no texto do relatório. Tratarei do que o texto nos permitiria refletir. As questões postas pela pesquisa abordavam de que maneira podem estar estruturadas as políticas públicas, como elas são executadas, qual é a natureza das ações que são feitas, se elas são emancipatórias ou compensatórias e qual é a característica, então, do público privilegiado por essas ações.

A maneira de olhar essas questões depende de onde nos situamos, podendo ser até na heterogeneidade das posições das pessoas que participam do campo da economia solidária. Uns acham que a economia solidária talvez seja o primeiro passo pra se chegar a uma transformação da sociedade, e com o tempo é que seria pensada, etc. Outros pensam, e talvez eu me inclua nesse grupo, no sentido da economia plural, que não é só o mercado que deve reger as relações de trabalho. No fundo dessas questões têm a heterogeneidade das pessoas que lêem essa história. Acho que essa pesquisa retrata também, essa heterogeneidade.

Como eu tentei ler essa realidade que eu vi. Eu acompanhei com Genauto os municípios de Aracaju e Recife, e o Governo da Bahia. Nós dois fizemos juntos por que tínhamos interesse por essas realidades.

A questão que eu poderia resumir, que preocupa a todos gestores: o que é o investimento de uma ação de economia solidária? Não se trata de um combate à pobreza, simplesmente, trata-se de política de desenvolvimento. Nesse sentido, isso coloca em questão as políticas de mercado de trabalho. O que tentamos observar foi se as ações que estavam sendo feitas podiam ter uma perspectiva simplesmente combate à pobreza.

Eu diria que vi nesses lugares pessoas que realmente se preocupam com políticas de desenvolvimento. Alguns intervindo de maneira diferente, outros agindo num tecido social que se constitui de uma forma diversa, mas eu senti uma preocupação nas ações que não era só de combate à pobreza. No Governo da Bahia está mais complicado, enquanto no Recife as ações se podem ver.

No Recife, uma situação me parece que é uma singularidade da rede de gestores que é formada por pessoas com uma trajetória de militância nas suas diferentes regiões do país. Então, as secretarias têm a cara da resistência a esse tipo de problema. O que não poupa o gestor da dificuldade de se encontrar na posição de gestor, pra poder agir com a sociedade civil. Mas um ponto positivo é que há uma identificação política, de qualquer forma, sobre essa questão. Há uma identidade que pode ser percebida e reconhecida pela população, por pessoas que trazem a configuração de uma história.

O que me chamou muita atenção no Recife é que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, através da Diretoria de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária, trabalhou com parcerias da sociedade civil por ela ter conhecimento da realidade. Isso é um fator político que eu acho importante, nessa identificação: as pessoas conhecem o tecido social. Então há, como exemplos, o Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro, que é uma fonte de debate; há a Casa da Mulher do Nordeste, outra parceira importante. Tudo é muito significativo, porque ao escolher os parceiros certos é possível colocar também condições de realizar e de mobilizar esses parceiros numa real participação.

Ainda um dos elementos que eu levantei é que há mais participação entre o gestor e os parceiros, em contrapartida a parceiros participando de uma concepção das políticas e das ações. Acho que isso ainda deixa algo a ser feito, a ser pensado. Mesmo quando há todos esses pontos positivos, de ter uma identificação política, de conhecer muito bem o tecido social de resistência, de ser envolvido há muitos anos, ainda, com tudo isso, o gestor ainda tem dificuldade (talvez por questões de tempo, não sei) de chamar os parceiros à concepção dessas políticas.

Outro elemento que eu percebi, inclusive, lendo o relatório de outros e vejo que eles também constatarem, é o fato de que há uma certa dificuldade do gestor se aproximar de alguns parceiros que fazem parte do tecido social da comunidade e da região, embora seja oriundo de movimentos sociais.

Por exemplo, há grande ausência dos parceiros das diferentes igrejas. As igrejas sempre fizeram parte do tecido de resistência. As parcerias significam na economia solidária não apenas interlocutores. Para construir parcerias é preciso que haja negociação, interlocução nas ações e tentar trabalhar juntos. A história social de resistência tem um elo muito forte com as igrejas, elas organizaram muitas vezes ações de combate à pobreza, e não necessariamente em favor do desenvolvimento, mas na perspectiva de economia plural. A necessidade de entrar em negociação com os parceiros que têm uma história social de resistência se faz necessária e significa que às vezes há negociações que são dolorosas. Mas se partirmos da concepção de economia solidária, teremos que lidar com isso, me parece.

Discordo de Chiquinho em relação às universidades. Eu acho que as academias podem ser parceiras e interlocutoras. Eu acharia ótimo, por exemplo, que as cooperativas fizessem entre si um trabalho de passar o saber que possuem uma para as outras, dispensando talvez um saber diferente, construído em outro lugar, que seria a universidade.

Uma das coisas que a gente percebe, em todas as regiões, é uma dificuldade enorme de construir redes. Economia solidária significa rede, sejam comunitárias, locais, nacionais ou internacionais. Não estamos conseguindo realmente construir um tecido de rede para a economia solidária, me parece que há razões evidentes: as cooperativas, no pouco de empreendimento solidário que existe de fato, mostram o quanto é difícil ainda, já que são empreendimentos que vêm do setor informal, com poucos recursos, com uma dificuldade enorme de entrar em comunicação até localmente, imagine-se do ponto de vista inter-regional.

Eu não vejo a universidade como proprietária de um saber que ela pode compartilhar assim. Eu acho que ela pode, talvez,

permitir a construção das redes, provocar discussões, chamar, tentar financiamentos para permitir as discussões. O fato também que os estudantes sejam transitórios, que vão dar uma participação efêmera no mundo social, eu discordo. A idéia da formação universitária em economia solidária (e eu dou aula na graduação, mestrado e doutorado) é assim que a gente ressocializa um pouco o mundo universitário, que em diferentes instâncias, vai poder participar.

Há pessoas da Fundação Banco do Brasil que fazem doutorado, a Tânia vai falar também sobre isso. A gente tem que partir do princípio de realidade, que é a dificuldade de construir rede. Entrar para entender o primeiro ponto que sublinhei: grupos sociais que têm histórias diferentes, mas que, ao mesmo tempo, podem ter um patamar de valores em comum, em relação às questões do desenvolvimento, o que integra mais as pessoas do ponto de vista econômico, social e cultural, etc. Essa dificuldade da rede se nota não só do ponto de vista do mundo que vive do trabalho, da sociedade civil, mas ela se nota também na rede dos gestores, e eu acho que é uma das questões que merecem atenção.

Do ponto de vista interno, eu gostaria de falar do que eu percebi da secretaria. Tudo que se está dizendo é óbvio, eu espero que vocês tenham o mínimo de confiança necessária na economia solidária, e a etimologia da confiança é fiar junto, então a gente está tentando pensar junto, muito mais que afirmar qualquer coisa. Mas uma das coisas que eu levantaria é que muitas vezes podemos perceber que é a questão dos recursos, que aparece com uma coisa muito difícil no setor público. Os recursos chegam tardiamente e têm que ser aplicados rapidamente. Nessa aplicação, muitas vezes, não se tem o tempo necessário. Mas se não se pega o recurso, se perde, ao mesmo tempo se não consegue com isso fazer uma avaliação real! Talvez uma das tarefas essenciais seria justamente o gestor brigar por essa questão da agenda dos recursos, para permitir o acompanhamento das políticas. Quando a gente fala que deve haver parceria na concepção, me parece fundamental..

Não é toda população da economia solidária, mas para uma grande parcela, a questão do marco legal das instituições é

importante pra permitir agilidade no crédito, agilidade tem que estar na ordem do dia; tem que fazer parte de uma agenda e isso está sendo impossibilitado.

Outro aspecto que eu destacaria é não se utilizar a contento, por exemplo, os fóruns. Vejo que temos uma população que se pauta em valores comuns da economia solidária, que faz um esforço enorme pra se organizar, que trabalha em associação ou em cooperativa incipiente ainda, mas na hora de poder trabalhar, às vezes em ações, os fóruns não estão sendo chamados como interlocutores ou parceiros. Salvo em algumas regiões obviamente que estão extremamente valorizados no texto do relatório, como o trabalho de São Paulo, Recife, e às vezes Aracaju.

Há uma necessidade de reflexão. Isso significa que não é porque os gestores não querem, ou porque os outros interlocutores não fazem esforço. Acredito que sejam tensões reais de histórias diferentes, de agendas diversas, de compreensão do momento em que as pessoas estão acuadas, mas a verdade é que instauramos um diálogo. Um diálogo também significa “duas lógicas”, duas verdades possíveis, sendo duas verdades que têm direito a existir, entretanto, temos que negociar e resolver, não pela violência, mas pelo conflito. Precisamos dar conta dos pontos nevrálgicos dessas ações. Esses são os pontos que gostaria de realçar.

O que pude perceber (e gostaria de insistir sobre isso) nas experiências que verifiquei é que existem coisas extremamente inovadoras, com pessoas envolvidas num esforço e isso nos acalenta ao ver que trabalho estão fazendo. Vou citar tanto Aracaju quanto Recife, de formas diferentes. Por exemplo, uma intervenção na qualificação da mão-de-obra como existe em Aracaju. Isso nem em nível federal existe. Participo da avaliação da intermediação de mão-de-obra no nível federal, e vejo que não existe de maneira tão preocupada como existe em Aracaju.

No Recife, outro exemplo é o fato de poder se pensar o trabalho a partir realmente de um laboratório: pesquisa sobre quais são os nichos de mercado, o lugar que pode ser comercializado, etc, e não pensar sempre unicamente na questão da capacitação.

Sabemos que muitas vezes o número de capacitações serve mais para abalizar concepções políticas que uma legítima inserção. Isso foi uma compreensão que pude perceber nas regiões observadas. Muito obrigada.

### **O estudo sobre os municípios de Recife, Aracaju, São Paulo e Governo da Bahia**

*Genauto C. de França Filho*<sup>19</sup>

Vamos começar comentando o “é preciso saber viver”. Estou muito contente nesse momento, acho que vocês estão dando uma lição muito interessante, muito bonita de como trabalhar em economia solidária. Em outro momento, conversamos, entre outras coisas, sobre o conceito de economia solidária, e pensamos que a economia solidária é uma outra forma de operar a economia e uma das diferenças é o fato que nela não se separa as esferas, da vida humana associada: o econômico está vinculado ao social, ao político, ao estético, ao cultural, ao ambiental. Então o que fazemos agora é isso, misturamos o lúdico com o trabalho, uma lição muito interessante e não podemos jamais perdê-la. É uma outra economia, na prática. Portanto, é preciso saber viver.<sup>20</sup>

Vou tentar ser sintético, sobretudo para podermos explorar mais o debate. O que vou falar na minha exposição é essencialmente centrada nos resultados da pesquisa. Evidentemente, segundo a minha investigação, já que houve diferentes investigações nessa pesquisa. Enfim, uma exposição centrada fundamentalmente em quatro pontos, que considero quatro características da política pública de economia solidária. Três dessas características são relacionadas mais a políticas que consideraria um pouco mais “exitosas”, digamos assim.

---

<sup>19</sup> Professor da Universidade Federal da Bahia.

<sup>20</sup> O Professor se refere a apresentação de alguns gestores tocando violão e cantando nos intervalos das atividades formativas. (nota da organização)

A minha avaliação das políticas públicas de economia solidária no Brasil é centrada numa investigação empírica a partir da realidade de quatro casos: Aracaju, Recife, São Paulo (como prefeituras) e Governo do Estado da Bahia. O Governo do Estado da Bahia retirei da investigação por dois motivos: o primeiro mais formalista. Queria alinhar a caracterização a partir de políticas municipais, não envolvendo política estadual. E uma segunda razão mais de conteúdo, por que na Bahia não existe propriamente uma política de economia solidária, nem tampouco uma política em construção. Existem algumas ações, muito isoladas, que têm conteúdos de economia solidária, frutos de uma sensibilidade muito particular de gestores públicos. Na Bahia há o cenário dentro da máquina pública carlista, um cenário político muito interessante, curioso, complexo, onde se têm gestores públicos muito sensibilizados, engajados, como Sidney, Jorge Henrique (que trabalha comigo no mestrado), Tina, Benito, muitas pessoas envolvidas, o que dá complexidade à máquina pública.

### **As características das políticas públicas de economia solidária**

Vou anunciar as quatro características da política pública da economia solidária, numa espécie de primeira apreensão do fenômeno. Considero então: 1- são políticas em construção; 2 – Tratam-se de políticas fundadas em parcerias; 3 – são políticas com forte vocação indutiva; e, 4 – são políticas de organização da sociedade.

A primeira característica me parece refletir o conjunto das políticas públicas da economia solidária. As demais (quero ser muito cauteloso nessa avaliação) são muito mais uma vocação, que se encontram em algumas políticas, não em todas evidentemente, mas naquelas mais “exitosas”.

## **1 - São políticas em construção**

O que quer dizer o fato das políticas estarem em construção? Primeiro, são políticas que possuem uma grande heterogeneidade, fundamentalmente em relação a três pontos: a) O nível de estruturação das políticas (há no Brasil políticas muito diferenciadas, algumas até bem estruturadas, pouco estruturadas, outras, são somente ações isoladas); b) do ponto de vista da concepção da participação social na política; e, c) no modo de execução da política. Então essas diferenças já refletem esse caráter de política pública em construção, é muito processual, e são diferenças marcantes no país.

É uma política em construção, também, pela ausência de unanimidade no país sobre o tema. Creio que existem compreensões distintas sobre o que é economia solidária no Brasil. A esse respeito, o papel da Rede me parece irrelevante pra conseguir chegar a um consenso mínimo, embora isso seja muito difícil por conta da polêmica criada em torno do conceito de economia solidária. Enfim, é importante haver ajuste. Existem aqui gestores com diferentes histórias; alguns mais experientes, outros com menos experiências, então se faz necessária uma tentativa de unanimidade. Percebo que essa unanimidade acaba se refletindo na concepção mesmo de base da política pública de economia solidária.

### **Economia solidária e políticas de geração de trabalho e renda**

As políticas públicas de economia solidária inauguram uma preocupação que já é bastante perceptível no cenário brasileiro, que é a maneira de constituir-se em políticas de geração de trabalho e renda. A minha impressão é que as políticas públicas de economia solidária refletem políticas de geração de trabalho e renda. E a minha segunda avaliação é que as tais políticas de geração de trabalho e renda representam uma fase mais adiantada do ponto de vista de políticas de trabalho no Brasil.

Essas políticas sempre foram caracterizadas por políticas de emprego e as suas características fundamentais baseiam-se numa ação de formação e qualificação massiva na forma, fundamentalmente, de capacitação técnica dos trabalhadores. As capacitações costumavam ser praticadas por instituições patronais (é a história do sistema “S”). O problema do desemprego, para esta concepção, era a ausência de qualificação da mão-de-obra. Surgiam discursos como: “então vamos qualificar a mão-de-obra que estará resolvido o problema do emprego no Brasil”. Resolve? Não. Essa concepção de política de emprego se baseia num paradigma da relação assalariada. E aí, retorno a dados já citados: nos últimos anos no Brasil, a cada 10 postos de trabalho criados, apenas três têm carteira assinada, isto é, o trabalho assalariado é minoria. Se existe uma crise do trabalho assalariado, como é que vai se desenvolver uma política pública de trabalho baseada nesse tipo de trabalho? Isso fez com que gestores de políticas públicas se preocupassem com a geração de trabalho e renda, que leva em consideração outras possibilidades de ocupação. Talvez esse seja o conceito mais conveniente em matéria de economia do mercado de trabalho.

Se houve um salto de políticas de emprego para políticas de geração de trabalho e renda, por outro lado parece que existem fundamentalmente duas concepções de políticas de geração de trabalho e renda que vão influenciar as políticas públicas de economia solidária, caracterizando sua heterogeneidade. Existe uma primeira característica que chamo de concepção “insercional” e uma segunda que eu chamo de concepção ampliada das políticas de geração de trabalho e renda.

Essa última é mais afinada à idéia de uma política de economia solidária.

### **A política de inserção produtiva na geração de trabalho e renda**

A concepção insercional consiste numa qualificação profissional massiva da mão-de-obra, porém com características

um pouco distintas daquela qualificação pensada nas políticas de emprego no passado, pois é uma capacitação que acompanha as tendências de mercado. Outra característica importante dessa concepção é uma preocupação com a organização da economia informal. Hoje a economia informal é vista como um potencial imenso para a geração de trabalho e resolução da crise. Ela saiu da condição de vilã nas análises econômicas e organizá-la é algo importante porque, no geral, ela se encontra dispersa, desorganizada e fragmentada.

A ênfase nessa concepção insercional é uma organização do setor informal para a construção dos empreendimentos, vistos como pequenos ou micronegócios. O empreendimento é pensado numa visão sócio-econômica, nem um pouco sócio-política. Percebe-se aquele discurso de resolver as crises do capitalismo transformando a massa de desempregados em micro empreendedores individuais. Hoje, fala-se muito em empreendedorismo, mas a visão dele é limitada a uma perspectiva meramente capitalista, não é pensado coletivamente. Acho que há um limite nessa concepção, ela não resolve a crise econômica e social que temos atualmente.

O diagnóstico que considera que a crise do emprego hoje é resultado de uma questão de qualificação e atribui o problema social a uma questão individual, é uma concepção liberal. Acho que essa é uma avaliação limitada, mas também é verdadeira. Porém, o problema não é só esse. A questão é a própria dinâmica do capitalismo que é excludente, tendo como problema o emprego tecnológico, etc.

### **Concepção ampliada da geração de trabalho e renda**

Já a concepção ampliada de uma política de geração de trabalho e renda admite a importância da política da qualificação da mão-de-obra. Essa concepção ampliada da política de geração de trabalho e renda se preocupa muito mais com a potencialidade da economia popular que com a da economia informal. A concepção privilegia a possibilidade de construção de

empreendimentos econômicos coletivos, solidários, articulando a dimensão sócio-econômica a sócio-política. Dá muita importância a organizar os grupos no território, com construção de redes comunitárias. E, nesse caso, têm muita importância iniciativas como os centros públicos, espaços para discutir problemas públicos, comuns, e a partir daí construir empreendimentos econômicos ou sócio-econômicos que articulem uma dimensão sócio-econômica a dimensão sócio-política. A concepção ampliada, portanto, amplia a visão de inserção produtiva; ela pensa na geração de trabalho e renda numa perspectiva de desenvolvimento de território. Essa é a diferença.

### **As políticas de economia solidária transitam nestas duas concepções**

Vamos ver nas políticas públicas de economia solidária no Brasil gestores com uma concepção que desliza, segundo a minha leitura, entre os dois arquétipos que acabei de descrever. E o que mais me causa surpresa é o fato de a concepção insercional ter muita importância. Diria que uma das maiores ilustrações dessa concepção insercional são os arranjos produtivos locais.

As políticas públicas de economia solidária têm um caráter de estarem em construção, portanto a concepção dos atores varia. Uma coisa que confirma esse caráter é o fato da economia solidária constituir-se numa espécie de modismo – que tem um problema elementar que é discutir e promover ações sem substância.

## **2 – A política de economia solidária é fundada na cooperação e no conflito**

Isso quer dizer que não é possível efetivar uma política pública de economia solidária sem uma relação estreita com a sociedade civil. As experiências aparentemente mais exitosas radicalizam essa relação com a sociedade civil.

Economia solidária é um fenômeno. Num primeiro

momento, ela brota no seio da sociedade, dos movimentos populares, independente do Estado. Surge também na sociedade civil institucionalizada mais organizada através, por exemplo, das famosas entidades de apoio e fomento (EAFs). Então, a política de economia solidária depende muito, para a sua concepção e implementação, dessa relação fina com os atores da sociedade civil. E constatamos também, que foi comum às pesquisas, o fato de que alguns gestores são oriundos da própria sociedade civil.

Nas políticas de economia solidária, verifica-se uma característica curiosa que é o fato de o Estado cunhar, na própria sociedade civil, pessoas para elaborarem a política. Isso quer dizer que as políticas de economia solidária têm uma vocação para serem políticas mais horizontalizadas e menos verticalizadas. Mas essa parceria envolve muita tensão, muita fricção, e as razões são inúmeras. É uma parceria que se dá numa relação de conflito e cooperação. Porém o saldo, no final das contas, é positivo, havendo muito aprendizado.

O fato curioso é que as parcerias não ocorrem apenas entre o poder público e a sociedade civil, mas entre os atores da sociedade civil. Cria-se uma nova forma de aprendizado com essa política. Essa primeira dimensão é indispensável para a prática efetiva das políticas de economia solidária. Agora, evidentemente, essas parcerias dependem das características do tecido organizativo local.

A outra característica é o que chamo de parcerias inter ou intragovernamentais. Mas isso não é uma condição efetiva para a existência da política de economia solidária, é muito mais uma vocação que as políticas de economia solidária têm para promover, dentro da própria estrutura de governo, parcerias, relações. Seja dentro de um governo (secretarias, autarquias, etc.) ou entre governos. Entretanto é algo raro por causa dos problemas de disputas de projetos ou ausência de diálogo, que são comuns entre secretarias de governo.

De todo modo, digo que existe essa vocação por causa da natureza própria do objeto da economia solidária. É um tipo de iniciativa que envolve diversas ações do poder público; é uma

questão transversal, do ponto de vista de uma política pública. Economia solidária não rima com política setorializada que é a concepção mais tradicional de política pública. É preciso que essa visão de economia solidária como uma economia plural seja mais afirmada.

### **3 - Uma política com forte vocação indutiva**

As políticas de economia solidária não respondem apenas a demandas efetivas da própria sociedade, ou seja, do campo da economia solidária, que tem uma forte vocação de causar um desenvolvimento local, a partir de ações e iniciativas que implicam organização sócio-política. Acho que há um nó que precisa desatar em matéria de economia solidária: na prática, a demanda do campo da economia solidária ainda é pequena.

A economia solidária é um movimento que está se iniciando. Por isso que digo que esse caráter indutivo é uma vocação estratégica para promover desenvolvimento. Não é possível pensar uma política de economia solidária a não ser numa forma de política ao desenvolvimento. O que revela um problema: que legitimidade esse campo tem, se parte das suas políticas são baseadas no método de indução e não respostas a demandas concretas? Acho que isso causa um impacto mesmo na realidade da economia solidária no Brasil. Para resolver é importante que a pesquisa esteja estruturada, que mostremos que há empreendimentos concretos, mas, sobretudo, uma outra possibilidade de desenvolvimento possível, não só econômico, mas social, político, cultural, ambiental, etc. Apenas seria possível superar a crise do desemprego hoje no Brasil organizando a sociedade e pensando a economia como um sistema mais regulado nos territórios, articulando uma ação sócio-econômica com uma ação sócio-política.

#### **4 – A economia solidária como política de organização da sociedade**

A vocação dessas políticas não é de responder à demanda de indivíduos isolados, na condição de assistidos. O resultado e o público das políticas de economia solidária não são indivíduos assistidos, como numa política compensatória, são coletivos concretos, organizados.

Os resultados são muito mais consistentes quando se organiza a sociedade ao invés de responder na forma de alocação individual de recursos. Mas só acontecem em médio e longo prazo. E a política nesse aspecto é muito ingrata porque exige resultados imediatos. E aí, temos um problema que é o desenvolvimento de metodologia de avaliação que dê conta e valorize resultados qualitativos imediatos, que os leia de outra maneira. Essas conquistas são importantes quando têm a ver com a mudança na atitude das pessoas num determinado lugar.

#### **O estudo com enfoque na análise de gênero**

*Tânia Cristina da Silva Cruz*<sup>21</sup>

Eu, particularmente, na pesquisa, tomei um foco no gênero. Grande parte dos empreendimentos e dos agentes que estão na economia solidária é feminina. São mulheres tentando uma inserção ocupacional ou produtiva. Quem é a mulher que hoje está atuando na economia solidária? Há muitas questões aí que interessam, e uma delas que é o resgate da visão positiva sobre o trabalho feminino na sociedade. O lugar dessa mulher entre a casa e a rua está tomando outra dimensão. A partir da economia solidária, ela tem tido a oportunidade de se redesenhar como agente e de mostrar para os outros que ela é uma agente

---

<sup>21</sup>Doutoranda em Sociologia do Trabalho, com ênfase em Economia Solidária (UnB) e Professora de Métodos de Pesquisa e Coordenadora da Unidade de Apoio à monografia e pesquisa da Pós-graduação do UNICEUB.

prepositiva, brigando contra uma série de estigmas sobre o perfil da mulher que trabalha. A eficiência disso é não apenas econômica, mas também social, porque resgata um padrão de cidadania que todo mundo quer ter. E acho que a mulher é um grande agente no papel de redemocratizar a cidadania e as relações sociais.

Eu vou falar sobre o enfoque de gênero para a política pública em economia solidária. Entendo que se a economia solidária é esse movimento que se propõe a ser emancipatório, a democratizar ou redemocratizar relações sociais (de inserção no mercado), ela tem, necessariamente, que se permitir e se instrumentalizar para discutir gênero, etnia e vocação local.

Então, a nossa tarefa é complexa porque, além de estar pensando o que é economia solidária, qual o foco e como ela se estrutura - que é toda a preocupação dessa pesquisa - a gente ainda tem que ter esse olhar da complexidade de quem é a mulher, quem é o homem, quais são os valores morais ou as crenças culturais dessas comunidades. Sem perceber isso, acabaríamos atendendo a uma demanda de mercado e não a uma demanda de realocação da organização social que de fato beire mais a democracia, a igualdade e a cidadania. E, claro, temos de ser objetivos.

Penso muito em metodologias de participação e inserção. Por exemplo, eu tenho que pensar que a política para chegar no município em que mulheres são donas-de-casa e que, na visão delas, estão ali complementando uma renda, tem que ter a seguinte preocupação: para trazê-las para o fórum de debate, quem cuida da criança? Quem cuida da casa? Essa mulher que está aí há 10, 15, 20 anos trabalhando como diarista, não tem carteira assinada, e vai envelhecer. Como essa política vai realocar a força de trabalho dessa mulher? Pra fazer isso, eu tenho que trazê-la para o debate.

Para mim, economia solidária é um fórum privilegiado para se estar recolocando esse olhar que temos sobre o trabalho da mulher, sem purismo, sem essencialismo. Isso faz parte de um trabalho enorme, que não é só definir o que é economia solidária e não só criar um marco legal, mas problematizar com tudo o que a sociedade oferece pra gente.

## A pesquisa frente a contextos diversos

*Herton Araújo*<sup>22</sup>

Em primeiro lugar, sobre a participação dos municípios pequenos na pesquisa. Na segunda fase a gente programou incluir os municípios pequenos, também. Eu fiquei responsável, mas tive um problema de saúde na família... são contingências da vida. Então, falta na parte qualitativa à presença dos municípios menores.

Com relação às informações, passamos todas elas para o Ministério do Trabalho, já deve estar na página eletrônica do Ministério. Lá, todos têm acesso a todas as respostas que foram dadas, do jeito que elas foram preenchidas no questionário. Como o questionário é muito discursivo, é muito complicado colocar as respostas no Excel. Está apenas uma pequena apresentação e sabemos que é muito pouco.

Na nossa sociedade, o mercado é hegemônico (naquele sentido clássico do capital, do trabalho), em várias partes. No caso do Brasil, o mercado foi mais hegemônico em São Paulo. Aquelas economias periféricas de Minas e do Nordeste não conseguiram se dinamizar em termos de mercado, na década de 60, a ponto de absorver as pessoas. O que aconteceu, devido a isso, foi um fluxo migratório muito grande nas décadas de 60, 70 e 80.

Aquelas pessoas do Nordeste que não conseguiam se inserir nessa coisa chamada mercado, não conseguiam ter um emprego, migravam pra São Paulo, que era um grande sorvedor de mão-de-obra nacional e onde o mercado era mais dinâmico. Ou seja, nas décadas de 60, 70 e 80, todos os economistas achavam que o mercado formal iria absorver todo mundo. Sabia-se que existia a informalidade, mas se tinha uma idéia, com aquele crescimento, de que o mercado ia absorver todo mundo, que era só uma questão de tempo como aconteceu na Europa.

---

<sup>22</sup> Economista, coordenador da pesquisa, técnico do IPEA, integra a área de Estudos Sociais.

O que se configura numa economia como essa? Um mercado forte que absorve todo mundo com pleno emprego e um Estado forte regulando esse mercado. Onde o mercado é forte, absorve muita gente, o Estado tende a ser muito forte também. Até porque o Estado recebe os impostos dessa punjança econômica do mercado. Temos o mercado de um lado, o Estado do outro. E como é que o Estado resolve esses problemas que são os mesmos que colocamos aqui: de falta de inserção ou exclusão social. “Vamos incluir as pessoas que estão excluídas no mercado e de outra forma, com o Estado de Bem-Estar Social, com um Estado forte.”

Eu acho que tem uma diferença grande entre o Nordeste e o Sudeste, pelo que vimos nas experiências. Na minha concepção, como o Nordeste nunca teve esse dinamismo do mercado que houve em São Paulo, particularmente... As comunidades do Nordeste têm uma história diferente de inserção no mercado, ou seja, é comum encontrarmos na região famílias em que ninguém tenha um emprego formal, é muito mais comum que em São Paulo. Um mercado é um 'competidor' da economia solidária, quase hegemônico. Claro que teve a crise da década de 80, quando as indústrias paulistas começaram a dar aquele sinal de que não iriam mais absorver todo mundo e aí começa a haver a rejeição, a exclusão.

A economia solidária não é um tipo de economia que olha para o cidadão ou para empreendimentos individuais. Na verdade, as políticas de economia solidária vêm pensando num nível mais elevado de criação de um tecido social. Então imaginem a economia solidária dinamizando associações.

***José Francisco de Melo Neto***  
**Fórum Brasileiro da Economia Solidária**

Toda idéia inovadora sofre influência dos nossos aspectos histórico-culturais. Estamos sempre medindo os passos e olhando pra trás na experiência de vida e de militância. Quem olha pra trás tem sempre um olhar conservador; quem olha pra frente, se sente

mais solto pra pensar o revolucionário. Eu me iniciei no movimento como militante comunitário e não sindical. Entrei no sindical há 23 anos e na economia solidária no final dos anos 80, num processo de discussão das iniciativas, militando no Ceará. Até hoje, sempre penso como vamos nos libertar de certos preconceitos, do ponto de vista organizativo-sindical pra aceitar de forma mais ampla a idéia da economia solidária.

A pesquisa me apresentou muita coisa importante, como quando se falou na concepção operária lá do ABC - que é muito forte e, realmente, um empecilho quando você pensa em adentrar numa nova concepção de desenvolvimento. Eu tenho ouvido relatos a respeito das empresas falidas, que estão num caráter mais solidário e participativo, e imagino que existem dificuldades em se imaginar uma economia solidária aproveitando essa cultura operária. Determinados aspectos da relação econômica naquele espaço de trabalho ainda estão amarrados na concepção operária, na relação de subordinação, mesmo hoje eles sendo os donos do negócio.

No meu caso, que sou agricultor familiar, eu sinto essa dificuldade. Como é que se pode pensar na desapropriação de uma grande fazenda e conduzir a gestão dessa empresa rural nos moldes da empresa que tem uma visão econômica de desenvolver o processo de produção, de alcançar lucro e uma qualidade de vida melhor para aqueles antigos assalariados, se a relação de produção, inclusive, entre os cooperados naquela organização guarda determinados traços da nossa história?

A questão de gênero é outra coisa importante. Quando a gente olha pra um empreendimento, seja ele rural ou urbano, que conserva determinados traços da nossa história cultural de produção, de convivência e relações, sente-se que o domínio do sexo masculino é mais forte. E quando se avaliam experiências que se organizam, se articulam e que não têm esses antecedentes, a realidade é completamente diferente. A economia solidária, me parece, marcha nesse caminho de fazer com que as pessoas possam se transformar individualmente, se despojar desses conceitos e pré-conceitos construídos na nossa história, até porque

no Brasil temos grande diversidade cultural, o que faz com que a gente abra a cabeça pra pensar o novo.

A cada dia me sinto mais fascinado pela economia solidária e me distancio cada vez mais das idéias que construí durante tantos anos na estrutura e organização sindical, porque acho que ela não foi capaz de pensar o novo. Não quero dizer aqui que tudo foi perdido, porque eu sou “CUTista” de coração, mas acho que não conseguimos construir o novo do ponto de vista da organização do trabalhador e da trabalhadora.

## **A fala dos participantes**

### **- Maria Lúcia da Silva**

O Chiquinho não vê a interlocução de várias áreas numa prefeitura não representar uma política, sendo que em vários momentos vimos a dimensão da economia solidária em vários campos: político, social, cultural, ambiental. Assim essas diversas dimensões se refletem na nossa estrutura administrativa. Por exemplo, vê-se na Secretaria do Ambiente, na Assistência Social, na Cultura, gente pensando a economia solidária como uma política de desenvolvimento. Se é uma política de desenvolvimento que tem várias dimensões, como não ter uma articulação de várias áreas na prefeitura?

E, remetendo para o Genauto, se esse trânsito, essa mobilidade de tipos de política de geração de renda, são compatíveis em conjunto ou isso demonstra que ainda se tem uma crença específica na possibilidade da economia solidária ser uma política de desenvolvimento. Se o município ou o governo de Estado ainda conduz outros tipos de política de geração de trabalho e renda, espera-se que a economia solidária demonstre mais resultados concretos pra depois haver uma outra opção.

### **- Antonio Marcos Arcanjo da Silva**

As ONGs e associações são executoras dos programas de qualificação no sistema público de empregos. As ONGs assumem

o debate da economia solidária e nós encontramos dificuldades em firmar essas parcerias por conta disso. As incubadoras, com um papel de pensar a economia e a pesquisa têm sido ausentes nas ações mais estratégicas. Pelo menos no Ceará, elas têm sido muito mais executoras que elaboradoras de projetos.

Uma outra discussão existente é sobre as incubadoras municipais no âmbito do governo. Isso me leva a pensar se os governos tutelam ou não os empreendimentos. Tenho muitas dúvidas em relação a essas incubadoras municipais e universitárias, sobre como podemos firmar parcerias com elas. Na minha avaliação, há sérios problemas na concepção dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) porque eles são apresentados, muitas vezes, por entidades como o SEBRAE, como atividades “exitosas”, mas podemos observar que esse êxito ocorre de forma ‘ilhada’, sem articulação dos demais atores e de uma inserção política e social dos atores que estão ali envolvidos.

#### **- Ângela Schwengber**

As economias solidárias são campos em construção. Há uma coincidência histórica dessas economias comporem um segmento social que se organiza e, ao mesmo tempo, já existem políticas públicas pensando nele. Isso é quase uma novidade histórica no Brasil e seria interessante que fique em evidência na pesquisa de vocês. Outra coisa importante é observar essas políticas públicas de economia solidária como lugares de muita tensão e conflito. Para mim, isso é o motor da história.

Na experiência de São Paulo, a que vivi intensamente, isso esteve muito demarcado. Tínhamos um grande número de instituições parceiras com as quais constituímos vários espaços de gestão compartilhada da política e que, de fato, afloraram inúmeras tensões e conflitos e que fizeram realmente o programa avançar, atingindo patamares mais adequados de estruturação. Isso ajudou muito não só o governo a se repensar, como também as instituições parceiras a repensarem as suas próprias práticas e terem uma maior solidariedade entre elas, inclusive, na reformulação metodológica de atuação com esse segmento.

Outro ponto bastante relevante é a questão do papel indutivo que o Estado vem obtendo que, para mim, está relacionado com essa novidade histórica das políticas surgirem praticamente juntas com a organização da sociedade. Em muitos casos é o Governo o principal fomentador da organização social em torno da economia solidária. Em São Paulo, não houve uma demanda social organizada para que houvesse uma política de economia solidária. Lá, o que houve foi uma decisão de governo de realizar políticas nessa direção. Praticamente, todo o processo foi criando mecanismos, ferramentas, instrumentos que possibilitassem um determinado grupo de pessoas a se organizarem dessa forma - que o Genauto chama de 'tomar conhecimento de que há outras formas de organização do trabalho', que não só as que eles estavam referenciados - como é o caso do ABC na relação salarial.

Acho que desempenhamos esse papel de tornar acessível um conhecimento produzido pela própria sociedade e que, muitas vezes, ainda está restrito a alguns nichos. Então, essa ação pública indutiva, de certa forma, tem permitido que pessoas que estão num determinado grau de exclusão ou de pobreza tenham acesso a essas informações, entrem em contato com a existência de movimentos da sociedade em outros lugares que caminham para outra direção e elas também, se quiserem, podem se envolver com isso.

Outra questão que vocês levantam e que considero extremamente importante é da continuidade/descontinuidade das políticas públicas em virtude das mudanças temporais dos governos. Acho que isso é o nosso grande desafio. É sobre isso que estamos debatendo também na rede e com os movimentos da sociedade: de que maneira nós conseguiremos uma maior estabilidade e continuidade dessas ações.

Nós tínhamos feito aposta em São Paulo e vamos ter que esperar um pouco pra ver se ela funcionou. Mas a nossa aposta era de que fazendo a vinculação da política pública com as entidades da sociedade civil que vinham, de alguma forma, realizando esse trabalho, poderia se criar um processo continuado. Mesmo que o

governo não estivesse ali, teria sido criado o laço das comunidades com essas organizações e esse trabalho poderia ter um pouco mais de continuidade, independente de haver um governo apostando nisso ou não.

Mais um ponto importante é o papel das universidades. Para mim isso ainda é uma questão aberta, não consegui fechar minha opinião sobre o assunto. Acho que, no mínimo, as universidades têm que assumir a responsabilidade de formar pessoas que se voltem para esse segmento da sociedade. Se isso vai surgir via práticas de extensão, pesquisa ou ensino, eu não sei. Mas o fato é que as universidades precisam se voltar para esse setor, em termos de pesquisa, produção de conhecimentos, formação de pessoas. Isso deve estar presente em vários segmentos da universidade, não só na área de humanidades, onde percebemos uma presença maior da economia solidária, mas também nas áreas técnicas ou tecnológicas.

Só vai ser possível consolidarmos esse segmento à medida que conseguirmos, também, fazer um desenvolvimento tecnológico, agregarmos valor, no sentido de melhores condições de trabalho, das relações humanas e sociais. Isso a tecnologia tem muito a dizer. A agenda dos recursos do governo em termos sociais é outra questão muito importante. Dado ao fato de termos uma demanda social ainda pouco 'visibilizada', digamos assim, ocupando o cenário político, muitas vezes nadamos contra a corrente dentro dos governos para afirmarmos a importância de haver políticas para esse setor. Somos militantes da economia solidária atuando dentro do Estado porque ajudamos que ela seja enxergada e receba políticas adequadas exatamente porque não temos ainda em muitos locais, especialmente municípios, onde atuamos, diferentemente de outras áreas, uma pressão social que legitime a necessidade de ações para esse segmento.

Chamo isso de construção do espaço público ou social, onde os atores estão participando, discutindo, construindo as suas políticas. Tudo isso tem a ver com a expressão política muito pequena que esse setor tem. Há muitos lugares onde não existem fóruns de economia solidária, você tem que dialogar com os atores

isoladamente. Em outros, nos tornamos fomentadores da existência do fórum e temos que fazer isso mesmo. Essa questão da legitimidade vinculada à construção de um espaço público, e também à discussão de envolver cada vez mais a sociedade na concepção e gestão das políticas públicas, é um desafio que está colocado para vermos como nós avançamos.

Entretanto, não é um desafio apenas para o poder público. Depende muito de uma conquista dos atores sociais em ocupar esse espaço. É um desafio também trazermos cada vez mais o trabalhador da economia solidária para esses fóruns, porque por enquanto a maior mobilização é das entidades de apoio e fomento, devido principalmente à incipiente organização política que esse setor tem. Nós temos mediadores entre nós e esse sujeito trabalhador, que são as ONGs e as universidades, o que não é ruim, mas não é suficiente.

**- Sandra Nishimura**

No município de Londrina também é uma realidade que a grande maioria dos participantes dos empreendimentos solidários é composta por mulheres. Enquanto o Genauto colocava que temos o desafio de desenvolver uma metodologia de analisar o resultado das ações sob outras bases, vejo a questão do gênero feminino outro desafio que temos de enfrentar. Porque nós do Núcleo Intersetorial do Programa de Economia Solidária de Londrina, que tem médico, veterinário, agrônomo, contador, administrador, sociólogo, assistente social, muitas vezes não temos esse olhar da questão do gênero. E sentimos uma necessidade de nos capacitarmos para que possamos ter um conhecimento a utilizar na prática, que contemple esse aspecto.

Então, entendo que é um desafio da política pública de economia solidária ter instrumentos de monitoramento e avaliação, dentro de sua metodologia, que contemplem a questão do gênero feminino. Quando o Genauto coloca a questão da política da economia solidária fundada em parcerias e ele diz que não dá pra acontecer a política de economia solidária se não tivermos esse olhar, eu concordo com ele. Porém, quando ele dispõe a questão

da relação entre esferas de governo e dentro do próprio governo, entendo que não deu o mesmo grau de importância a essas parcerias intragovernamentais e entre governos. No meu entendimento, quando ele diz que é mais uma vocação, para mim é uma questão de obrigatoriedade. Sem isso não dá para acontecer uma política pública de economia solidária, quando entendemos nessa perspectiva do desenvolvimento. Eu gostaria que ele falasse um pouco mais sobre isso.

E quando colocarmos a questão do tempo de uma administração municipal, estadual ou federal e o tempo do empreendimento, também acho cabe aí a questão do tempo das próprias universidades. É um desafio conciliar esses tempos.

#### **- Alzira Medeiros**

Eu queria fazer umas considerações sobre questões que essa pesquisa suscita, sobre a própria realidade e construção da economia solidária enquanto um campo que vem sendo desenvolvido, enquanto um movimento de busca por uma nova economia, de novas relações sociais, como é que ela tem se colocado e a relação disso na construção das políticas públicas. Então, me parece, não sei se podemos chamar assim, uma fragilidade da pesquisa, que nós temos que levar em consideração, a existência de uma formação sócio-econômica diferente nas regiões e territórios brasileiros e que isso tem uma relação extremamente importante do ponto de vista da organização da sociedade, das relações sociais, como isso vai se expressar dentro do contexto da construção da economia solidária e, portanto das políticas públicas.

Um exemplo claro, sobre o que significa essa relação sócio-econômica no Nordeste brasileiro, de onde olho e me sinto inserida, é que nessa região há uma formação sócio-econômica histórica diferente de outras regiões do Brasil. Portanto, uma característica muito própria do Sul e do Sudeste brasileiro, o cooperativismo, não é a forma de organização social do Nordeste. Aqui vigora o associativismo. As relações de proximidade - no caso, por exemplo, dos trabalhadores do sindicalismo rural ou

mesmo experiências de ligas camponesas - que deram surgimento a todos os movimentos de pequenos trabalhadores e produtores rurais que se contrapunham à questão do latifúndio e à monocultura da cana.

A experiência de cooperativismo no Nordeste é reconhecida pelos trabalhadores como uma experiência do patronato usineiro, e quando esses trabalhadores migram para as grandes cidades do Nordeste, carregam consigo essa experiência do cooperativismo visto como uma experiência dos grandes proprietários.

A busca dessa relação de construção de nova sociabilidade em todo o Nordeste é com base no associativismo que começa a engendrar novas formas de busca de solução dos problemas que se dá, inclusive, pelos laços de solidariedade territorial, sendo então uma relação muito grande do ponto de vista de serviços de proximidade e menos produtivista que a experiência do Sul e do Sudeste.

Nessa experiência do Sul e do Sudeste, com relação à produção cooperativa, entra uma outra característica importante sobre a qual temos que refletir do ponto de vista das políticas públicas. Enquanto a economia solidária busca essa construção de relação de proximidade territorial, nós temos a experiência do Sudeste com relação à crise do setor industrial e que leva à construção das empresas autogestionárias. Os trabalhadores desconstruíram uma relação de trabalho baseada na exploração e procuraram construir novas alternativas de relações sociais dentro do piso da fábrica. O território, nesse caso, tem pouca importância para uma empresa autogestionária.

É uma questão importantíssima para tratarmos, inclusive quando falamos na construção de políticas públicas municipais, em que a capacidade do município de responder as questões que envolvem as empresas em falência é supera a capacidade institucional do poder local. Não é sobre o município que a pressão está colocada, mas sim sobre uma legislação nacional. Diferentemente do que se coloca, do ponto de vista da construção de novas relações no território porque aí está colocado o território

do ponto de vista institucional que é o município.

Para mim, essas são questões essenciais quando a gente trabalha o tema da política pública, inclusive pra definir e delimitar os campos das institucionalidades diferentes que existem e das contradições que vão ser geradas dentro desse processo.

Eu, inclusive, conclamo todos nós para repensarmos essas questões das políticas públicas dentro de um contexto sócio-econômico e de formação histórica diferente, para que não queiramos estabelecer modelos e padrões que são importantes pro Nordeste ou pro Norte, mas não se adaptam nem ao Sul nem ao Sudeste, e vice-versa. Essa capacidade de descobrir quais as alternativas que se colocam em respeito a essa determina formação e a essas relações sociais só vai ser atingida se mergulharmos em cada território e em cada situação concreta.

## **Réplica dos pesquisadores**

### **- Francisco Alves “Chiquinho”**

Eu não tenho capacidade de responder a todas as perguntas que foram colocadas aqui. Vou fazer algumas considerações. Uma das perguntas que fizeram foi sobre o papel das universidades. Eu como fundador de uma ITPS (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares) em São Carlos, fiquei pensando que incubação não é o problema, o problema é 'desincubar', o que é uma necessidade concreta para nós.

Quando aquele empreendimento chegou num grau de maturidade, de auto-sustentabilidade, será necessário 'desincubá-lo'? E aí refleti sobre a avaliação que Santo André fez sobre esse tipo de trabalho, se isso está sendo efetivo. Será que esse é realmente o nosso papel? Há a necessidade de nós, enquanto educadores, criarmos nos nossos alunos a visão de que existe um outro mundo aí fora, cheio de problemas, e que eu não estou formando engenheiros de produção apenas para trabalhar para o negócio capitalista estabelecido.

Permaneço com esse pensamento, mas acho também que

existe todo um outro campo pra universidade explorar que não é propriamente esse de fomentar o empreendimento solidário e incubar cooperativas na forma de associações e tal. Acho que a universidade tem o papel de pensar e responder questões que estão colocadas nos empreendimentos solidários.

Na minha universidade há uma longa tradição de chegar demandas tecnológicas de determinadas empresas e aí senta alguns especialistas para resolverem aquele problema, visitam a empresa, apresentam a solução para os empresários e fazem o maior sucesso. Será que não temos capacidade de fazer isso também nas universidades? Ou seja, transformar as incubadoras de cooperativas para muito mais tecnológicas, no sentido de pegar as demandas colocadas pelos movimentos, pelos empreendimentos, levar para as universidades e tentar, nas universidades, responder a essas questões.

Como é que se projeta um processo de trabalho que seja de fato autogestionário e não reproduza aquela velha herança do fordismo/taylorismo, da divisão do trabalho, da concepção e execução, que é nefasta, do meu ponto de vista, se estamos pensando em empreendimentos autogestionários? Porque inibe a capacidade do trabalhador em pensar como sujeito; ele continua se reproduzindo como objeto, embora seja o dono da fábrica. O processo de produção, de trabalho ainda é velho. Acho que esse é um desafio para se pensar. Para pensar numa proposta dessas, temos que imergir na própria experiência das pessoas que estão fazendo (no saber operário), discutir com quem está lá pra pensar numa nova forma de organizar um processo de produção que seja, de fato, autogestionário.

Por exemplo, numas cooperativas de catadores que eu andei visitando, eles dividem os lucros de acordo com as horas trabalhadas. Será que o banco de horas é a melhor forma de medir a participação de cada um naquele produto produzido? O banco de horas foi produzido ‘capitalisticamente’ com um outro objetivo, o objetivo da subordinação dos trabalhadores. Podemos pensar que não há saída para essa divisão se não for o banco de horas. Isso daí não é um objeto pra ser pensado, para ser pesquisado? Eu

acho que há inúmeras questões dessa ordem, que são propriamente tecnológicas e de pesquisa, que a universidade pode contribuir para a solução, mas não está fazendo nada. O que ela está fazendo?

Em grande parte, o trabalho de fomentar, de criar e de aglutinar pessoas, de mostrar que é possível uma outra forma de desempenhar as atividades que eles já vinham desempenhando, através de cooperativas, etc. E daí? Em geral esse trabalho de formiguinha é feito pelos alunos; mas eles terminam o curso e vão embora, aquele laço de confiança que se estabeleceu se perde.

Existem entidades da sociedade civil que fazem isso muito melhor do que nós da universidade, como a Igreja, que deveria continuar fazendo esse papel enquanto a universidade faria um outro papel, um que ninguém faz, mas que é absolutamente necessário. Agora a resposta efetiva de como se fazem as coisas eu não sei, tem que pesquisar.

Sobre a história da parceria, de que a política pública para a economia solidária seja muito mais num sentido condutor, eu vou discordar do Genauto porque ele chama tudo de parceria. Para mim esse nome está tão batido, tão carregado de incompreensão. O campo da economia solidária é um campo de conflito, um campo de disputa permanente. Entra o Estado, a sociedade civil e até os empresários pra disputar esse campo. Em campos de conflito, então, se estabelecem parcerias, que seriam a solução dos conflitos ? Parcerias são acordos e acordos passam por cima de conflitos.

Eu acho que Genauto fala bem quando cita as parcerias intragovernamentais, porque ali são parcerias mesmo, tudo vai ser resolvido no final da história por acordos, contratos, convênios, etc. Agora, com a sociedade civil é conflito, e conflito se resolve na interação social e na disputa mesmo, na discussão, e, portanto, não vai se estabelecer, como resultado disso, parceria. Vai-se estabelecer no máximo uma negociação e acordos pontuais, que não vão eliminar o conflito, peça essencial desse processo. O papel fundamental dessas políticas públicas é induzir o movimento social organizado, a organização social, e não propriamente a solução do

problema, porque essa resolução passa pela questão do conflito que eu falei.

Aí vou bater de novo num modismo local que está sendo colocado que é essa história dos arranjos produtivos locais que estão virando uma moda como foram os distritos industriais da década de 70. Isso esconde especificidades, relações que estão sendo colocadas ali, muito mais antigas do que esse modismo de arranjos produtivos locais. Para mim, temos que pensar na perspectiva de cadeias produtivas, e na identificação dessas cadeias. A universidade tem um papel fundamental porque são as cadeias produtivas que vão apontar na direção da constituição de redes locais, nacionais e internacionais. A questão da constituição dessas redes vai no caminho da indução do movimento social. Desse movimento social, se começar a participar no formato dessa rede, nos nós dessa rede e estabelecer essas novas relações que não se estabelecem no que se chama hoje de parceria.

Acho que, ao pensar dessa forma e nessa forma, de interações sociais que estabelecem conflitos que delineiam possibilidades de soluções pensadas pelos próprios sujeitos da política, que são os movimentos sociais, vai-se colocar as questões das especificidades locais, etc. E aí, portanto, o formato não pode ser de cooperativa, porque se falar em cooperativa já ganha porrada de cara em alguns lugares. Portanto, há que se pensar em outras formas de associações. E por que a gente está repetindo cooperativa? Muito mais porque, de certa forma, cooperativa está prevista no aparato legal e associação não. Isso coloca pra gente a necessidade concreta de mudar o aparato legal. Esse é o papel do governo social.

Estava com muitas expectativas em relação ao governo Lula e uma delas era pensar na chamada 8666<sup>23</sup>. Como é que induzimos os empreendimentos solidários a partir da própria demanda institucional? Nós temos uma demanda institucional das

---

<sup>23</sup> O professor se refere à Lei 8666 de 21 de junho de 1993 que determina as regras e procedimentos nas licitações para compra de bens e serviços do Estado nas três esferas. (nota da organização)

prefeituras dos municípios por uniforme escolar, merenda, etc., que só pode ser satisfeita por grandes empresas por conta das limitações colocadas na 8666.

Sobre a questão das mulheres e a temática do gênero deve se contemplar no conjunto de empreendimentos autogestionários. Como? Não sei. Esse espaço do empreendimento solidário também é disputado pelos homens.

### **Christiane Girard**

Alzira, quando você falou sobre a fragilidade da pesquisa, eu discordo. Primeiro porque chamamos um pouco a atenção para o imaginário das pessoas que estão vivendo naquela região. Quando se fala, por exemplo, das ligas camponesas, do Miguel Arraes, do Julião, eu acho que esses personagens estão habitando o imaginário dos trabalhadores e a gente vai ter que trabalhar sobre isso. Agora como trabalhamos em regiões distintas, temos que fazer uma análise para observar realmente as diferenças locais. Não fizemos esse trabalho, ainda.

Em relação à incubação/desincubação, talvez devêssemos ficar prudentes quanto a essa vontade de que os empreendimentos fiquem independentes rapidamente. Autonomia e independência não são a mesma coisa. Todos os grandes empresários são vinculados ao Estado. E por que os pequenos deveriam ser totalmente independentes? Eu acho que os conceitos são mal utilizados.

Sobre as políticas de integração que podem existir nas diferentes secretarias, eu acho que existem as experiências as mais diversas. Como também existe o que nós observamos. Às vezes cada secretaria trabalha para si, para mostrar os seus resultados, porque ela está presa a uma racionalidade política que é imposta. Não é porque é menos competente, menos dedicada e menos consciente. Às vezes, está justamente presa a uma dificuldade de diálogo com os outros. É assim não só para as gestões públicas, como no campo acadêmico ou dos empreendimentos.

Com isso gostaria de voltar à idéia da legitimidade social da qual falava Ângela. Acho que precisamos enxergar a diferença

entre violência e conflito. Violência é quando o outro não existe e conflito é quando o outro existe, ele é o sujeito. Se pegar o exemplo do senhor e do escravo, o escravo não existe, ele não é um conflito. O senhor resolve qualquer problema que o escravo possa vir a causar com a violência. No conflito não. Conflito significa que apareceu um sujeito de razão. Economia solidária é um campo em construção de conflito. Como eu falei no texto do relatório, há a dificuldade de criar elos horizontais na política, exatamente porque há horizontes diferentes.

### **Genauto Carvalho**

O problema é o horizonte paradigmático, parte significativa da economia informal, pensa e raciocina como parte de uma economia capitalista, só que não legalizada. E o horizonte é exatamente aquele de superação de uma economia de mercado. É pensar o desenvolvimento com base em um outro tipo de economia. Então acho que existe compatibilidade sim, mas é importante que o gestor tenha clareza dessas diferenças, senão ele vai fazer uma política chamada de economia solidária, que é uma política que acredita ainda muito na capacidade do mercado de trabalho e da economia de mercado tudo absorver. Acho que aí tem um limite.

Chiquinho, você pensou que havia conflito, mas acho que não. Há uma imensa concordância entre nós a esse respeito. Acho que o limite dos APLs são precisamente o fato de não pensarem, como você muito bem sublinhou, as cadeias produtivas dentro de um território. Ao contrário, o APL aposta em um potencial produtivo específico: “se existem ali muitas costureiras, vamos explorar o ramo das confecções”. É uma lógica essencialmente voltada para a capacidade que esses grupos terão de serem mais competitivos no mercado. Portanto, os APLs continuam dentro de um horizonte de economia de mercado, acreditando na capacidade da economia de mercado em resolver os problemas do desemprego. Para mim é muito evidente que a economia de mercado tem um caráter excludente. A economia de mercado não pode absorver tudo e, no limite, vai levar a possibilidade de alguns

obterem êxito e outros irem à derrocada.

Acho que as alternativas aos APLs são as redes de socioeconomia solidária. As redes de socioeconomia solidária são constituídas fundamentalmente a partir de uma avaliação ou de uma reavaliação das cadeias sócio-produtivas locais. Portanto, trabalha-se com uma lógica de construção conjunta da oferta e da demanda em oposição a uma lógica de competitividade que os APLs, de certo modo, se baseiam. Os APLs são talvez a forma mais estruturada e mais desenvolvida dessa concepção insercional que trabalha essencialmente com uma idéia de que é importante, antes de tudo, aumentar as condições de empregabilidade dos sujeitos sociais, seja qualificando a mão-de-obra, seja organizando aquelas pessoas para terem um negócio e assim conseguirem emprego. Então, ela aposta, de novo, no horizonte da economia de mercado pra poder resolver os problemas. Por cima, a política insercional é muito simples, mas na economia de mercado não tem espaço pra todo mundo. Enfim, tem que pensar outra economia.

O Marcos ainda comenta a questão do SEBRAE, acho que é verdade que instituições do sistema “S” têm uma tradição de visão fundamentalmente insercional, nos termos que eu estou aqui considerando e o SEBRAE não é diferente nesse aspecto, mas ele apresenta uma certa particularidade. Em algumas regiões existe uma certa complexidade dentro do SEBRAE porque existem pessoas com um pouco de sensibilidade, tentando pensar de uma outra maneira. Mas isso varia muito e acho que, na média, o SEBRAE continua a ser uma instituição que pensa fundamentalmente a economia em termos de negócios, empreendimento privado, etc.

Muito interessante o que Ângela lembrava sobre o fato de que se essas políticas de economia solidária são recentes, como o próprio movimento, o fenômeno em si, também é recente. Então, causa perplexidade observar como num processo tão recente já se constroem políticas. É como se a economia solidária tivesse uma ânsia muito grande de se institucionalizar. O caminho natural seria, depois de um certo tempo, aparecerem políticas de economia solidária.

Em relação àquela discussão sobre o papel das universidades, eu concordo com o que Ângela dizia sobre a importância das universidades formarem pessoas voltadas para esse setor. Existe uma carência muito grande de formação nesse sentido. Todo mundo sabe que as universidades formam, em geral, gestores privados para atuarem no mercado capitalista. E nós temos um imenso desafio de formar esses gestores, já que não existe conhecimento ainda à altura disso. A literatura sobre a administração é, por exemplo, absolutamente dependente, primeiro de uma visão fundamentalmente da gestão norte-americana, e em seguida de uma visão sobre a gestão de empresas. Todo o conhecimento desenvolvido é fundamentalmente voltado para a empresa capitalista.

Então, temos um esforço grande de produzir conhecimento a esse respeito. Produzir conhecimento significa, de um lado, elaborar teorias, e do outro, construir técnicas, ou seja, metodologias: de gestão, de empreendimentos de economia solidária, etc. Como gerir essas organizações no final das contas? Que metodologia usar? Então existe o esforço sendo feito atualmente através de muitas iniciativas.

Eu acho que o exemplo de um grupo que, através de uma política indutiva, se organizou, se constituiu e aí depois formulou uma demanda para o próprio poder público se encaixa perfeitamente naquele comentário que Chiquinho fez sobre a idéia de indução da política pública na economia solidária, quando ele diz que o papel da política pública é induzir à organização do movimento social para resolver seus problemas, e não o poder público. É por isso que eu digo que as políticas de economia solidária são políticas de organização da sociedade. E é aí que reside o caráter não-assistencialista dessa política. Acho que a meta das políticas da economia solidária é conseguir, exatamente, do processo indutivo, alcançar uma dinâmica dedutiva dos grupos puderem trazer demandas para o próprio poder público.

Sobre os resultados quantitativos da pesquisa nessa apresentação é um limite, temos que correr atrás disso. É verdade que a nossa preocupação nessa segunda etapa da pesquisa foi,

sobretudo, de natureza qualitativa. Mas a gente tem esses dados, que o questionário da primeira etapa trouxe. É uma simples questão de sistematização. É essencial fazermos análises qualitativas muito conseqüentes, como tentamos fazer aqui, e incorporar esses indicadores quantitativos de resultado.

Em seguida, os municípios pequenos têm diferença? Sem dúvida. Só que o critério fundamental da diferença talvez não seja o tamanho do município, mas o contexto e a característica do tecido sócio-organizacional local, que remete ao que Alzira falou sobre as características sócio-econômicas e sócio-históricas de formação de cada região. Então é isso que pesa na definição, na influência, na determinação do tipo de política pública de economia solidária que vai ser construída. Evidentemente, se há um tecido social mais organizado e fortalecido, a política deverá ser mais consistente.

A dificuldade da economia solidária sobreviver num governo que não a compreende. Isso tem a ver com questões que já foram colocadas anteriormente, sobre se nós incluímos entrevistas com prefeitos na pesquisa, e se percebemos o que eles entendem por economia solidária. Não entrevistamos prefeitos, mas temos uma hipótese forte a esse respeito: os prefeitos não entendem, em geral, de economia solidária. Eles têm uma concepção insercional, é raro você ver um homem público de maior expressão, em termos de visibilidade e poder com uma concepção fina a respeito do que é economia solidária.

A economia solidária depende, então, muito da sensibilidade de vocês, gestores públicos, atuando e influenciando, eventualmente, o próprio prefeito. Como podemos fortalecer isso no município? É efetivamente um problema de falta de sensibilidade, de visão da questão. As pessoas não têm a idéia do alcance, em termos de resultado e da capacidade de transformação da realidade, não existe essa visão. Uma sugestão de como resolver esse problema é fazer com que essa prefeitura conheça um pouco mais o próprio trabalho da rede, tenha mais contato com esse tipo de programa de formação, descobrindo outras experiências, trazendo mais elementos e dados para eles perceberem, primeiro, a

natureza desse tipo de política - porque ela é diferente de outras e porque essas diferenças fazem sentido, ou seja, porque trazem resultados mais significativos.

Achei muito interessante o que se falou sobre o tempo dos empreendimentos não serem o tempo da gestão pública. Eu acrescentaria: o tempo da comunidade também não é o tempo do estudante. É muito difícil compatibilizarmos essas temporalidades. Acho que temos que criar outros mecanismos de avaliação das políticas públicas para superar esse problema da temporalidade.

Concordo com Sandra Nishimura a respeito da relação intragovernamental não ser uma vocação, mas sim uma obrigação. O que eu quis dizer com vocação é que essas relações intragovernamentais ou intergovernamentais, na maioria dos casos, não se realizam. É por isso que eu não posso teorizar em cima do ideal. Eu acho que essas políticas têm uma vocação pra irem nessa direção. A gente tem poucos exemplos de políticas que conseguem fazer essa transversalidade na prática. A política pública ideal é aquela em que se tem articulação e não parceria, ou seja, articulação forte no nível da sociedade civil e no nível da relação das secretarias e dentro da própria secretaria. É muito interessante o que você fala sobre o tempo das universidades, o tempo dos empreendimentos e o tempo dos governos.

Eu concordo com Chiquinho que parceria não é o termo mais justo, acho que o seu argumento é muito legítimo. Então acho que a palavra melhor é articulação ou interação, e não parceria. Mas quando eu usei o termo parceria, a intenção que eu tive foi a de dizer que a característica dessa política não é vertical.

Eu queria fazer um comentário sobre o que Alzira disse. A opinião de Alzira é, de certo modo, uma posição entre uma visão muito produtivista da economia solidária e outra menos produtivista, mais anti-utilitarista, que de certo modo se define nos termos, cooperativismo versus associativismo. Nós pensamos a economia solidária no Brasil fundamentalmente a partir do paradigma cooperativista. Esse paradigma é oriundo de uma tradição não brasileira, é européia, que chega ao Brasil via imigração e que se dissemina, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste

do país e, como o tema da economia solidária surge num primeiro momento a partir dessas regiões e com esse paradigma cooperativista, isso imediatamente é exportado para os demais cantos do Brasil.

Eu não sou contra o cooperativismo. Temos que compreender o que é a essência do cooperativismo em relação, por exemplo, à natureza do associativismo. O cooperativismo é uma dinâmica socioeconômica auto-referenciada, ou seja, ele deve, por princípio, esgotar-se nele mesmo. O princípio e a finalidade do cooperativismo é o interesse coletivo, não é a propriedade privada. É diferente, portanto, da propriedade privada dos meios de produção. Porém, ele se esgota em si mesmo, porque não tem uma pretensão de se voltar para fora do próprio sistema, por exemplo, seu território de inserção, uma comunidade, etc. Essa sim é a característica inerente às práticas associativistas. As práticas associativistas se definem, primeiramente, em uma relação de dentro pra fora, do grupo para com a comunidade, têm essa natureza pública mais afirmada. O cooperativismo tem uma dimensão pública menos afirmada. E além disso, o cooperativismo, no caso brasileiro, é, sobretudo, assentado numa tradição de produção, de atividade produtiva.

Acho que uma vocação muito forte da economia solidária são precisamente as atividades que, do ponto de vista econômico, têm mais a ver com serviço. E não é à toa que, no conserto da economia atual, quem gera mais emprego é o setor de serviços. Mas não é só gestão de serviços. A vocação da economia solidária é de também atuar naqueles serviços que, por natureza, implicam fortemente uma relação entre bens relacionais. Eu diria, por exemplo, que existem setores da atividade econômica que são intensivos do emprego de mão-de-obra, onde dificilmente se substitui o trabalho humano por máquina, por exemplo: educação, assistência social, saúde... Então acho que há um potencial enorme da economia solidária desenvolver-se em atividades como, por exemplo, cuidar de idosos, cuidar de crianças e outros serviços a exemplo de gestão pública de serviços urbanos, de lixo, água, transporte urbano em certas comunidades, etc.

Nesse quesito, a economia solidária tem uma vocação importante a desenvolver articulações com poderes públicos, na gestão de serviços, conforme algumas experiências que já existem, inclusive. Agora, um grande problema nesse caso, na sua efetividade, é exatamente o fato de que a legislação é um grande empecilho. A gente tem que avançar na construção de um marco jurídico, de um quadro institucional que permita isto: o Estado poder contratualizar com instituições de economia solidária para a gestão de serviços públicos. A vocação da economia solidária é trabalhar nesse nível da socialização; as experiências de economia solidária podem ser pensadas como uma nova forma de socialização das relações, onde o econômico está integrado a outras dimensões da prática.

Por fim, eu acho importante o que Christiane diz; há uma sutil crítica em relação às considerações que eu fiz sobre economia informal. Eu acho que, no final das contas, há uma imensa economia dos setores populares que é fundamentalmente em base informal. Nem sempre ela é solidária. Ela pode ser, inclusive, muito individualista, como é o caso dos ambulantes, por exemplo, no que a gente costuma chamar de economia informal. O grande potencial que existe para o desenvolvimento dessa economia dos setores informais encontra-se, precisamente, no segmento de economia popular que existe dentro dessa imensa economia dos setores populares.

## **A palavra volta aos participantes**

### **- Ângela Shwengber**

O programa de economia solidária em São Paulo fazia parte de uma estratégia maior de inclusão social, só que a idéia era exatamente a vertente dessa estratégia de inclusão que trabalhava fortemente a questão do trabalho, e não do emprego. Nós nunca trabalhamos com o conceito de emprego, embora nós tivéssemos nos deparado com essa cultura que Chiquinho levanta.

Em São Paulo, a experiência foi fortemente indutiva. Nós trabalhamos com o foco nas pessoas que eram beneficiadas com os programas de transferência de renda. A nossa ação era levar para essas pessoas a informação de que existem outros modos de geração de trabalho e renda e de produção e reprodução da vida que não é a forma possibilitada pelo emprego. É por isso que nós sensibilizamos milhares de pessoas. Mas a sensibilização tinha o caráter exatamente de não condicionar a pessoa. Quem está no programa não é obrigado a organizar o empreendimento. Eles podem fazer essa opção. Também numa dinâmica territorial porque todos os programas foram implantados com base na unidade administrativa menor da cidade de São Paulo, que são os distritos administrativos. Toda a nossa ação era territorializada nesse local, inclusive não tínhamos a incubadora *stritu sensu* local, onde as pessoas vêm para o centro. Nós íamos aos distritos atuar localmente, articulando.

Estou longe de querer dizer que a experiência foi perfeita, inclusive identificamos várias limitações no relatório de Genauto, ou pelo menos na entrevista que eu dei a ele, em que enumerei uma série de dificuldades que nós tivemos. Acho que a experiência de São Paulo é um exemplo do que o Genauto falou, da política indutiva da organização social que, por sua vez, possibilita que essa organização seja demandante. Eu acho que o programa, dentro dos seus limites, foi exatamente isso.

Se vocês analisarem qual a progressão da organização do programa, é exatamente isso que ele expressa. Porque ele começa como um processo de ir às comunidades mobilizar, sensibilizar, promover uma formação cidadã, encontros, e chega ao final tendo que responder a demandas de crédito, de elaboração dos produtos que aquelas pessoas estavam produzindo, de melhor qualificação profissional para que as pessoas se organizassem naqueles empreendimentos. Enfim, o programa teve que diversificar todos os seus instrumentos exatamente porque essa demanda veio desses grupos que a gente sensibilizou, articulou, capacitou, tentou trazer pra esse processo.

O programa Oportunidade Solidária adquiriu uma lógica

própria em relação ao conjunto da estratégia da Secretaria<sup>24</sup>. Ele foi ganhando tanto fôlego, força e abrangência que, num determinado momento, estava maior que outras ações.

#### **- Sandra Praxedes**

Eu não vou ficar me restringindo tanto à questão de São Paulo, embora tenha participado da experiência junto com Ângela também, e nós vivenciamos muitas coisas, na prática mesmo. Estou muito contente de ver esse espaço aqui hoje. Acho que a grande contribuição das universidades e das pesquisas é realmente se poder estar debatendo as políticas e trazer instrumentos novos para nossas futuras ações.

Eu queria tocar de novo no assunto da demanda social, que, na minha concepção, existe. Pode não estar organizada, mas existe. Há uma demanda social latente para esse tipo de alternativa, e a isso chamamos política indutiva ou não, é a forma como a qual estamos lidando. Mas a verdade é que estamos lá todo dia e tem uma demanda na nossa porta, e o que fazemos com ela? Essa questão de atender a essa população é nova.

Seria muito mais cômodo pra nós, gestores públicos, ir lá, identificar grupos mais organizados e fomentar esse tipo de grupo. É um grande desafio perceber uma enorme quantidade de pessoas no local e propor a essas pessoas que elas se organizem, criar instrumentos, apoio... Eu acho que o problema é o tipo de relação que o Estado, o poder público, a gestão estabelecem com esse tipo de política e organização.

Outra questão que eu queria trazer em relação ao público-alvo é que, no caso das organizações, a própria universidade tem condição de focar o grupo que vai atender, trabalhar ou estimular. No nosso caso não; a gente tem que atender à população em geral. Quando a gente fala de uma política pública em São Paulo, eu falo da minha experiência: ter trezentas turmas sendo sensibilizadas

---

<sup>24</sup> Ângela se refere à Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo(SP), cujo Programa Oportunidade Solidária esteve sob sua coordenação no período de 2001 a 2004.(nota da organização)

num determinado distrito que tem quase três milhões de habitantes, organizar essa logística, operacionalizar e saber que esse número é 'uma formiguinha', não é algo simples. Então essa questão da escala também faz diferença na nossa ação pública, tanto na questão do território, como o que se vai desenvolver para qualificar melhor ou não. Há limitantes em função disso também.

A questão das parcerias. Agentes e atores são importantes também para se refletir. Temos uma demanda na economia solidária que exige uma dimensão muito grande que é da dimensão humana, social ou econômica, que passa por resgatar desde a cidadania a questões humanas e que, às vezes, com quem se conta e com os recursos... Sejam entidades de fomentos, universidades, ou o próprio poder público, não dão conta desse conjunto. Ao se estabelecer um convênio às vezes a entidade dá conta otimamente de uma parte, mas não dá conta da outra. Lidar com isso da forma como são geridos os recursos públicos também não é simples.

Mas acho também que as iniciativas em economia solidária têm contribuído muito e tem sido um grande articulador e sensibilizador para construir essa transversalidade das ações do poder público. É muito incipiente, é novo, mas é estimulante.

E a última coisa é o papel dos atores. Existe ainda (a gente vivencia isso no Fórum e no cotidiano) falta de clareza no papel de cada um. Quando se fala em construir a organização, na emancipação, como é se relacionar com o movimento? Muita gente não distingue movimento ou entidade de apoio. Estou colocando para todos nós: não temos nem clareza dos papéis dos atores. Acho que para se chegar ao desenho de uma política pública, como é que vamos nos relacionar? Como vamos construir isso juntos? Isso é fundamental e é um desafio para todos nós. Parabéns pelo esforço de estarem aqui e parabéns aos pesquisadores.

#### **- Marcos Aracanjó**

Quero recorrer, talvez seja repetitivo, mas ao que a Sandra Praxedes coloca sobre a questão da demanda. Não sei se é uma questão minha, mas de vez em quando nós estamos falando que a

economia solidária finda não tendo a legitimidade junto às políticas públicas, ou não incorporando ou não tendo mais orçamento, e etc., porque não tem uma demanda organizada ou porque a demanda não bate na porta do município - e aí se tem que induzir, como se o papel do Estado não fosse democratizar os seus recursos, políticas, informações, equipamentos, etc.

Eu me lembro da posição clara do Estado, ou dos governos, de fazer opção de investimento em determinado modelo de desenvolvimento. A serviço desse modelo de desenvolvimento se põem os fundos públicos, toda estrutura bancária, todos os equipamentos, etc. E nós estamos dizendo que a economia solidária não tem isso porque não tem demanda, ou porque a demanda não está organizada, portanto, não pressiona. Há alguma verdade aí também, mas não são em todos os casos, e nós estamos afirmando isso.

Não sei se nossa fala termina legitimando o “ah, tudo bem, nós somos pequenos, vamos manter nossa relação assim, por que a demanda não está organizada, por que não aparece”, um pouco que justificando a falta de opção, ou a falta de reestruturação do mercado em função de um outro modelo de desenvolvimento econômico, e de todas as dimensões do desenvolvimento.

#### **- Everton Augusto Ventura Franco**

Como é que nós vamos nos preparar, buscar subsídios, por que é claro e evidente que nós temos que ter comprometimento com a política pública, compreensão e objetivação em função do compromisso. E como educadores (sou professor), não somos nós que vamos chegar e colocar que “isso” é o melhor modelo para o desenvolvimento. Temos que instigar a consciência de dentro pra fora, não dizendo para as pessoas o que deve ser. E como construir essa consciência se nós gestores muitas vezes estamos imbricados com uma série de questões públicas que são imediatas, e aplicando um programa diferenciado que é economia solidária, que é complexo por si só?

Discutimos muito lá em Cachoeirinha(RS) com os empreendedores, no sentido de refletirem se realmente a área de

produção onde eles estão se inserindo é justamente o que mexe com íntimo deles - por que a pessoa não se compromete com aquilo que não gosta de trabalhar, e muitos entram numa cooperativa por que vêem ali uma forma alternativa de geração de renda, mas não se identificam com aquilo, então certamente não vão ter comprometimento, ou vão apenas até um certo momento.

Inclusive até para nós, como gestores, há que se fazer essa reflexão: até onde nos identificamos com essa área? Será que não estamos ali por uma questão de cargo, simplesmente por uma indicação política? Será que nos identificamos e teremos esse comprometimento a mais? Porque vivemos uma crise profissional, de que eu não consigo ver nenhuma área hoje, de produção, de serviço humano, em que se possa dizer são profissionais excelentes. Talvez a economia solidária seja uma resposta para isso. Amanhã, quando a questão ética estiver muito forte dentro dos fóruns.

E só vai se ter isso forte se os profissionais e empreendedores que se envolverem tiverem nisso a sua vontade interior de desenvolver um trabalho com que eles se identifiquem realmente. O que eu estou trazendo é um pouquinho mais profundo que o que nós estamos discutindo aqui.

Se não mexer com os gestores, como fazer com que eles sejam multiplicadores reais? Nós estamos nesse processo de aprendizado e vamos ter que apreender o que nem sempre está tão claro pra nós. Gostaria que alguém da mesa pudesse falar a respeito disso.

#### **- Romeu Lemos**

As iniciativas de economia solidária que a gente vem construindo - seja no âmbito dos gestores públicos, da sociedade civil organizada, das organizações não governamentais, dos empreendimentos - se alinham dentro de um desenvolvimento de um projeto alternativo, que fundamentalmente parte do pressuposto que existe uma crise do capitalismo e essa crise no âmbito da modernidade não tem predicados de resolução fácil.

Alguns postulados sobre isso de autonomia local, de autogestão local, de auto-sustentabilidade, protagonismo local dos empreendimentos, novos padrões de relação com o Estado, controle social, a não separação entre o econômico e as demandas sociais, fazem parte do postulado desse desenvolvimento de projeto alternativo, e que a economia solidária se encontra nele. Genauto, eu não acho que seja um problema a indução, ou o gestor público fazer uma indução. Alzira colocou que cada realidade local é uma realidade distinta. Nós, na prefeitura do Recife, não estávamos blindados para não fazer indução, havia ações em que íamos fazer indução, em que já estava se iniciando a indução. Agora, existiam demandas muito objetivas e concretas que já vinham de dentro do movimento social.

**- Vanderléa Lima S. Pereira**

Eu acho super legal quando o Chiquinho coloca essa questão da cadeia produtiva, por que acredito que nós, como gestores públicos, temos que estar despertando isso, nos nossos municípios e estados, para melhorar e agregar valores, em cima dos produtos dos empreendimentos, para que isso possa se fortalecer cada vez mais.

**- Sidney Silva**

Para professora Christiane, especialmente, e Genauto: poderiam traçar alguma coisa sobre a questão da parceria na construção da estratégia da economia solidária, sobre interação e articulação? Falando sobre a trajetória no Recife, a professora se coloca quanto à importância de se escolher os parceiros, aliados, pra construção dessas estratégias, e claramente ela afirma que a escolha dos parceiros para articulação é estratégica e fundamental, aí eu tento extrapolar isso, para o caso da articulação no setor público, que a gente sabe que o Estado não é uno, nunca foi, nem será.

Às vezes, os conflitos dentro do setor público podem ser até mais afiados que em outras instâncias, partindo desse princípio que temos de escolher muito bem nossos parceiros (“diga-me com

quem tu andas, que te direi quem és e o que farás”). Mas dentro do Estado, há uma coisa chamada institucionalidade, então, muitas vezes não se tem nem condições de escolher, há que se trabalhar com aquele parceiro porque ele tem uma missão institucional que atende e, de repente, se ele não compreender o que seja economia solidária, ou mesmo que compreenda, se a estratégia dele, a lógica de ação, não é adequada, como é que podemos trabalhar essa questão? Não é o caso específico da Bahia, qualquer semelhança é mera coincidência, só que isso pode acontecer em todos os locais, e geralmente acontece.

E a conclusão, é uma pequena consideração sobre história do pensamento econômico contemporâneo de teoria econômica, na discussão dos conceitos de cluster e de arranjos produtivos locais.

Eu trabalhei entre 1996 e 1999 na Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia da Bahia, e lá eu me inseri com Wladson Menezes, Simone Uderman, uma galera muito boa, num projeto chamado Iniciativa pelo Nordeste, que era uma estratégia de desenvolvimento baseada no famoso conceito de Michael Porter<sup>25</sup> de cluster. Pela leitura e pela experiência, com o tempo, percebemos que houve muito modismo com o termo cluster, muita gente (inclusive muita gente boa) estava lá divulgando políticas de clusterização.

Não existe política de clusterização, o próprio Porter fala que os clusters são organizações, a interação de produtores num determinado espaço, baseada em relações de proximidade, tradição e confiança. Então, percebe-se aí um misto de coisas que permeiam a economia solidária, elementos subjetivos, culturais e relacionais, com coisas de economia, tanto que, durante muito tempo, e até hoje, relativamente tem sido uma espécie de paradigma, uma tentativa da superação da crise do emprego e do trabalho.

---

<sup>25</sup> Michael E. Porter, professor da Harvard Business School, autor de *Estratégia Competitiva* e *A Vantagem Competitiva das Nações* (ed. Campus). (nota da organização)

Então, professor, com todo respeito e consideração que você sabe que eu tenho pelo senhor, eu tenho muito cuidado de diferenciar o uso do termo cluster de arranjo produtivo local. Por que quando o pessoal se tocou que cluster não podia ser construído pelo estado, aí vieram com a história do APL, em 96, 99, não existia a história do APL. O Alexandre Hands<sup>26</sup> foi o primeiro que escreveu sobre a política de clusterização, uma tremenda besteira. Depois eles se tocaram e passaram a usar política de APL, então qual a diferença de cluster e APL? O APL é um pseudocluster em que as relações são muito fracas. Aí, acho que poderíamos não jogar fora esse conceito de cluster, e a tentar trabalhar com isso, por que isso tem alguma coisa de economia solidária.

**- Ângela Schwengber**

Tem um aspecto que foi levantado sobre demanda. Se as políticas devem ser indutivas ou não. Acho que a questão importante pra nós aqui, como a Sandra Praxedes dizia, é se a demanda está ou não está organizada, mas que está latente... Concorro plenamente (e o Marcos também trabalhava um pouquinho esse assunto). O que me incomoda nessa questão da demanda organizada é que em algum momento ela tem que estar organizada pra dar legitimidade à existência dessas políticas, porque senão essas políticas perdem o sentido. Se elas não ampliam a organização social, que constroem uma legitimidade social, elas vão perder o sentido e vão perder a força, vão perder o espaço. Nosso papel é induzir a organização social, no sentido de criar um ambiente favorável a isso. Que essas pessoas realmente se tornem demandatárias de políticas públicas, e pressionem o Estado. Que elas próprias tomem as iniciativas, enfim, que se construa cada vez mais a autogestão das suas comunidades.

**Conclusão: O tempo condiciona a suspensão deste debate**

---

<sup>26</sup> Alexandre Barros Hands. A Política de *Clustering* e a Economia do Nordeste. Universidade Federal de Pernambuco. 1999 (nota da organização)

### **Alzira Medeiros**

Essa pesquisa perpassa o conjunto da formação dos gestores. Nós não vamos conseguir exaurir o conjunto das questões que a pesquisa coloca em um único debate. É impossível. Depois, nós devemos voltar a esses conceitos e essas concepções. Eu sinto muito, mais é um limite, infelizmente<sup>27</sup>. Agradeço a todos os pesquisadores. Foi extremamente importante o debate e vai continuar.

### **Christiane Girard**

Eu espero que a gente consiga manter uma discussão que me parece correta, no sentido de cada um poder expressar o que pensa. A gente não faz teoria em três minutos.

Mas eu queria dizer que na questão da linguagem eu não acredito que a gente pode também simplificar tanto. O conceito é feito pra enxergar a realidade, se a gente não tivesse o conceito de trabalho, a gente poderia só imaginar ‘trabalho de parto’, mas há trabalho de mil e uma formas. É importante pensar conceitualmente por mais difícil que seja. Obrigada a todo mundo.

### **Francisco Alves “Chiquinho”**

Eu gostaria de agradecer a paciência de vocês, que aturaram as coisas que eu tava pensando aqui. E agradecer que foi muito legal esse debate. Queria ver se a gente continuava. Essa discussão que pra mim é super interessante participar. Obrigado.

### **Herton Araújo**

Eu só queria agradecer.

---

<sup>27</sup> Refere-se ao término do tempo para este debate durante a oficina de formação dos gestores, a qual já situamos o leitor na introdução deste livro.(nota da organização)

## Capítulo 4

### **Diretrizes e estratégias para a construção e desenvolvimento das políticas públicas de economia solidária**

Produção coletiva da Rede de Gestores Públicos incorporada pelos participantes da formação com acréscimos pelos organizadores

Este capítulo reúne as formulações da Rede desde 2004, a construção pelos subgrupos e agregadas pelas proposições da plenária do coletivo de participantes da oficina e acréscimos propostos pelos organizadores deste livro, identificadas ao longo do texto. Assim, este capítulo não faz distinção entre a produção anterior e a dessa oficina e apenas reestrutura a atualização feita pelos gestores, naquele momento.

A elaboração reúne a construção de diretrizes e estratégias a partir de trabalho de subgrupos que produziram painéis para o debate posterior na plenária, onde foi consolidada, pelos participantes, uma síntese das estratégias prioritárias.<sup>28</sup>

A equipe técnica pedagógica elaborou quatro questões que nortearam os debates dos subgrupos na oficina de formação, quais sejam: 1) Quais as estratégias prioritárias para a construção da política pública de economia solidária nos Municípios, Estados e sua relação com o Governo Federal? 02) Como garantir a sustentabilidade das políticas de Economia Solidária para além dos mandatos de Governo? 3) Qual o papel institucional dos órgãos da política de economia solidária nos Governos? 4) Como deve ser a relação dos Entes da Federação na construção da política pública

---

<sup>28</sup> Fontes de leitura antecipada: os relatórios destas atividades disponibilizados com antecedência para leitura; A Carta de Princípios da Rede de Gestores e a Plataforma do FBES. O cap “Diretrizes para Políticas Públicas de Economia Solidária: a contribuição dos gestores públicos”,pág 83.– Rede de Gestores e ITCP –COPPE –UFRJ: São Paulo, 2005.

de Economia Solidária? Todos os subgrupos trabalharam tendo estas perguntas para a base de reflexão inicial.

A metodologia do trabalho de subgrupos teve dois momentos: o primeiro, divisão dos gestores por macrorregiões para produzir a primeira construção e levar a plenária; o segundo, consolidar coletivamente a primeira produção e retorna para novos subgrupos de acordo com os temas centrais. A separação de subgrupos por regiões visava identificar estratégias específicas a cada uma delas devido à diversidade territorial e ambiental. O que não foi identificado naquele momento.

### **Concepção da Política Pública**

A economia popular solidária no Brasil é uma estratégia surgida no âmago de resistências e lutas sociais contra o desemprego e a pobreza, composta por atividades socioeconômicas cujo primado é o do trabalho sobre o capital, de caráter cooperativo/associativo e autogestionário, que produzem trabalho e riqueza e que têm potencial para promover a inclusão cidadã e o desenvolvimento econômico, social e cultural com maior sustentabilidade, equidade e democratização.

O Estado brasileiro foi arquitetado para promover o desenvolvimento capitalista e seus principais instrumentos e mecanismos – para diagnosticar, planejar, executar e avaliar políticas – não contemplam adequadamente outras estratégias econômicas que não funcionem nesta mesma lógica. A economia dos setores populares, em particular a economia solidária, na maioria das vezes acaba não sendo reconhecida ou sendo tratada como residual, subordinada ou, quando muito, com méritos compensatórios aos impactos das crises do capitalismo. Desta forma, é ainda uma economia que tem se difundido basicamente com estratégias próprias ou com apoio de políticas públicas transitórias (dado à transitoriedade dos governos que as assumem), ou residuais ou inadequadas, o que lhes dá poucas oportunidades

de romper os círculos de reprodução da pobreza ou de precária sobrevivência.

O estabelecimento de políticas públicas de fomento à economia solidária, instituídas como direitos perenes, torna-se parte da construção de um Estado Republicano e Democrático, pois precisa reconhecer a existência destes novos sujeitos sociais, novos direitos de cidadania e de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, além de propiciar o acesso aos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento, tal qual permite a outros segmentos sociais. O papel do Estado frente à economia solidária é o de dar-lhe propulsão e suporte por meio de políticas públicas que disponham de instrumentos e mecanismos adequados para o reconhecimento e o fomento deste segmento.

A Rede de Gestores entende que o fomento à economia popular solidária é uma política de desenvolvimento, portanto, não deve ser relegada às políticas de corte assistencial ou compensatório, antes tem potencial também para ser uma estratégia emancipatória para beneficiários destas. Por ser política de desenvolvimento e por voltar-se para um público que historicamente tem ficado excluído ou que vem progressivamente ampliando os graus de pobreza e exclusão social, esta política demanda não só ações setoriais específicas, mas também ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas de governo e de Estado (educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde e tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e da sustentabilidade.

É também fundamental, que as políticas de fomento à economia popular solidária percebam a diversidade dos sujeitos desta economia e a diversidade de suas demandas. Desta forma, é necessário estruturar políticas que permita um acesso múltiplo e escalonado aos seus instrumentos e mecanismos, atingindo patamares cada vez mais sustentáveis de desenvolvimento e pertencimento social. São necessárias políticas que promovam a

redistribuição de renda, bens e recursos, que permitam acesso aos direitos sociais e que promovam o desenvolvimento socioeconômico deste segmento.

A Rede de Gestores entende também como essencial que as políticas de fomento à economia popular solidária devem reconhecer e fortalecer a organização social dos trabalhadores e a constituição do sujeito político deste segmento, elementos fundamentais para a institucionalização dos direitos e para o fortalecimento das esferas públicas democráticas no país. Nessa direção, o controle social das políticas públicas é questão de princípio e deve ser processual e permanente.

### **Objetivos da Política Pública**

Uma política pública de fomento à economia popular solidária, na perspectiva da Rede de Gestores, deve perseguir pelo menos os seguintes objetivos:

- Contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais que garantem aos cidadãos e cidadãs o direito a uma vida digna;
- Contribuir para a erradicação da pobreza, para a inclusão social e para a equidade de gênero e etnia;
- Contribuir para a promoção e ampliação das oportunidades e a melhoria das condições de trabalho e renda;
- Reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas da economia popular solidária;
- Contribuir para a promoção do desenvolvimento e da sustentabilidade socioeconômica e ambiental;
- Contribuir para dar visibilidade e ampliar a legitimidade da economia popular solidária;

- Criar mecanismos legais que viabilizem o acesso dos sujeitos da economia popular solidária aos instrumentos de fomento;
- Promover a integração e a intersetorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia popular solidária nos e entre os entes federados do Estado;
- Fortalecer e estimular a organização e participação social e política dos trabalhadores da economia popular solidária.

### **Instrumentos da Política Pública**

A economia popular solidária demanda instrumentos apropriados nos seguintes eixos:

- Formação social e política, educação básica e capacitação ocupacional/profissional;
- Assessoria e assistência técnica para a constituição, incubação e consolidação de empreendimentos populares solidários, bem como para a articulação de cadeias produtivas solidárias e para estratégias de desenvolvimento local e territorial;
- Desenvolvimento de tecnologias aplicadas e democratização do acesso;
- Fundos públicos destinados ao financiamento da política;
- Linhas de crédito e financiamento adequadas;
- Investimento social no fortalecimento e articulação do tecido social e dos territórios, inclusive infra-estrutura e logística;
- Constituição e organização da demanda (compras públicas, comércio justo e solidário e mercado) e da oferta (logística e infra-estrutura) dos bens, produtos e serviços do setor;
- Marco legal e regulatório adequado ao setor;

- Estratégia de comunicação e cultura que estimulem os princípios da economia solidária.

Todos estes eixos já têm propostas elaboradas no âmbito do Fórum Brasileiro de Economia Popular Solidária e da própria Rede de Gestores, sistematizados em publicações variadas. Há também uma infinidade de instrumentos já criados por várias administrações públicas que servem de referência. Por esta razão, aqui apenas mencionamos os eixos e afirmamos a necessidade de que eles estejam articulados sempre às estratégias de desenvolvimento e que sejam adequados às demandas e contribuam para a construção do Estado Republicano e Democrático.

### **Sujeitos da Política Pública**

São aqueles cidadãos e cidadãs que estejam organizados ou queiram se organizar nas formas da economia popular solidária, possuindo as seguintes características<sup>29</sup>:

- a) São organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), supra-familiares, cujos sócios (as) são trabalhadores (as) urbanos (as) e rurais. Os que trabalham no empreendimento são, na sua quase totalidade, proprietários(as) ou co-proprietários(as), exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados;
- b) São organizações permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir empreendimentos em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica;

---

<sup>29</sup> Estas são as características utilizadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil para realizar o mapeamento dos empreendimentos de economia solidária.

c) São organizações que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo à existência real ou a vida regular da organização;

d) São organizações que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (incluindo as cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares administrados pelos próprios sócios (as) trabalhadores (as) ), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a “razão de ser” da organização.

e) São organizações econômicas singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.

Terão prioridade os que vivem em situação de maior vulnerabilidade social, particularmente aqueles beneficiados por programas de transferência de renda e de geração de trabalho e renda.

É fundamental reconhecer a diversidade de sujeitos deste setor e adequar a cada um as formas de acesso e itinerário dentro da política.

### **Lugar institucional da Política Pública**

Criar novas políticas públicas no âmbito do Estado coloca de imediato a questão de onde ela deve estar alocada. Dado o caráter e aos objetivos postos para uma política de fomento à economia popular solidária, o lugar ideal e estratégico é aquele responsável por promover e fomentar as políticas de desenvolvimento e que tem capacidade de articular ações integradas e intersetoriais.

No entanto, o Estado é um espaço social em disputa e a economia popular solidária é um novo elemento que entra nesta disputa. Sendo assim, o espaço institucional da política de fomento à economia solidária é uma construção e devem-se levar em conta as realidades distintas de cada Município, Estado e União. Nesta construção, é importante que se busque sempre o lugar que melhor permite avançar na concretização dos objetivos da política e na criação de uma identidade e da visibilidade deste setor.

### **Relacionamento e Papéis dos Entes Federados**

Os entes federados, por meio dos seus órgãos competentes, têm o papel de identificar, elaborar e fomentar políticas públicas de desenvolvimento de Economia Solidária, considerando a inter-setorialidade e articulação das instâncias de governo e primando pela participação e controle social.

Na construção e implementação de uma política pública de qualquer natureza, e em particular de economia solidária, deve-se buscar uma ação integrada, complementar e descentralizada (de recursos e ações) entre os Entes da Federação, evitando sobreposição de iniciativas e fragmentação de recursos.

Integrar e complementar as ações a partir da visão de que os recursos públicos provêm de uma única fonte – os cidadãos e cidadãs – permite potencializar o uso e os impactos; aglutinar as forças sociais em torno de políticas públicas abrangentes e que se fixam cada vez mais como políticas de Estado, como direitos; romper com políticas de balcão e podem ser fatores de estímulo à criação de esferas públicas onde se discute de forma transparente a destinação dos recursos entre todos os sujeitos políticos que representam os diferentes interesses coletivos presentes na sociedade.

Da mesma forma e pelas mesmas razões, é necessário buscar a integração e complementaridade das ações de cada Ente da Federação no seu próprio âmbito.

## **Participação e Controle Social**

Tendo por princípio a construção do Estado Republicano e Democrático, a participação e o controle social são elementos constitutivos fundamentais das políticas públicas.

A participação e o controle social dos sujeitos sociais e políticos devem ser na formulação, desenvolvimento e avaliação das políticas, visando o aperfeiçoamento constante e a legitimação social das políticas.

O objetivo da participação e do controle social é a construção de esferas públicas de poder, onde os diferentes atores sociais possam negociar de forma transparente e em igualdade de condições os seus interesses pensados na relação com a coletividade.

Esta esfera pública pode adquirir diferentes formas: conselhos, fóruns, orçamento participativo, comissões, etc. O principal desafio é não reduzi-las a “clubes fechados” que advogam em causa própria e privatizam o “público” como muitas vezes temos assistido na história recente do país. A esfera pública é o lugar de negociar os conflitos e os interesses diversos e de construir compromissos públicos comuns.

No âmbito das políticas públicas de economia solidária, há um processo intenso e tenso em curso na perspectiva da construção desta esfera pública. Dado ao surgimento recente da economia popular solidária na agenda pública do país, embora sejam muitos os atores sociais empenhados na sua construção, os sujeitos políticos deste setor ainda estão emergindo, identificando-se, criando alteridades políticas, formando-se, ocupando seu lugar no cenário político. Ainda estão em discussão os papéis dos diferentes atores (empreendimentos e organizações representativas destes, entidades de apoio e de fomento, governos, etc).

O debate da Rede de Gestores até aqui acumulado entende que há uma importante complementaridade de papéis entre estes diferentes atores, embora estas alteridades ainda estejam em

negociação. O sujeito político que tem potencial de representação, formulação e legitimação social das demandas da economia solidária é uma ação e/ou organização coletiva dos empreendimentos populares solidários em constante presença pública. As entidades de apoio e de fomento têm um papel crucial no fortalecimento e na propulsão da entrada em cena deste sujeito político, bem como para contribuir na formulação das políticas públicas adequadas ao setor. Os governos democráticos têm a capacidade de abreviar o processo reconhecendo o sujeito político, criando espaços de participação e construindo programas de governo que atendam às demandas do setor e que abram caminho para institucionalizar as políticas públicas. O desafio está na agregação destes diferentes atores e papéis e na sua interlocução com outros atores e sujeitos políticos que componham as esferas públicas que discutam políticas para este segmento.

Consideramos que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária é um espaço adequado para aprofundar estes debates, bem como o Conselho Nacional de Economia Solidária poderá ser.

### **Estratégias Prioritárias para a construção, consolidação e sustentabilidade da política pública de economia solidária nos Municípios e Estados na relação com o Governo Federal:**

Nos últimos três anos foram impulsionadas muitas iniciativas de fomento à economia solidária nas três esferas da federação. Ainda há muito que avançar e a Rede de Gestores percebe algumas oportunidades que podem ajudar. Certamente não são todas as estratégias necessárias, mas são ações consideradas importantes para avançar no próximo período:

- Fortalecimento do território como referência para implantação de Políticas Públicas de Economia Solidária;
- Apoiar a implantação de sistemas públicos integrados entre os entes da federação de gestão das políticas, em especial à

de trabalho, emprego e renda e desenvolvimento social, fortalecendo e integrando a economia solidária;

- Participação dos atores da Economia Solidária na gestão e no exercício das Políticas de Assistência Social;
- Manutenção do Sistema de Informação sobre a ECOSOL;
- Avançar na criação de Marcos Legal (Municípios, Estados e Governo Federal), com vistas à institucionalização da Política Pública de Economia Solidária;
- Avançar no aperfeiçoamento e/ou criação de linhas de crédito e investimento adequadas às demandas da economia solidária;
- Avançar na democratização do acesso dos trabalhadores em Economia Solidária às compras públicas;
- Formação de servidores, gestores e organizações sociais em Economia Solidária;
- Criação e/ou fortalecimento de órgãos de fomento à de economia solidária na estrutura administrativa governamental;
- Fortalecer e/ou criar espaços públicos democráticos de participação e controle social da Política Pública da Economia Solidária (Fóruns, conferências e conselhos), sensibilizando os atores quanto à importância da manutenção dessas políticas para a consolidação da Economia Solidária e fortalecendo a concepção desta política como direitos do cidadão;

- Ampliar a articulação com os movimentos sociais.

Estas são as diretrizes e estratégias já sistematizadas pela Rede de Gestores e que constituem as bases do trabalho que é feito para sensibilizar, capacitar, aprofundar, aperfeiçoar, ampliar e consolidar o trabalho que já vem sendo feito pelos gestores públicos ou que pode vir a ser feito por outras administrações públicas que ainda não atuam neste segmento. Naturalmente são sínteses que podem ser aperfeiçoadas constantemente na interação dos atores na construção da economia solidária no Brasil.

### Referências

**ALVES**, Francisco José da Costa – Transcrição e edição da palestra proferida na Oficina 1 – Formação dos Gestores Públicos em economia solidária. Centro Josué de Castro, setembro de 2005.

**BOCAYUVA**, Cláudio Cunha – Transcrição e edição da palestra proferida na Oficina 1 - Formação dos Gestores Públicos em economia solidária. Centro Josué de Castro, setembro de 2005.

**CRUZ**, Tânia Cristina da Silva - Transcrição e edição da palestra proferida na Oficina 1 – Formação dos Gestores Públicos em economia solidária. Centro Josué de Castro, setembro de 2005.

**CORAGGIO**, José Luis – La Gente o el Capital: Desarrollo local y economía del trabajo. – 1ª Ed. Buenos Aires: Espacio, 2004.

**FRANÇA FILHO e LAVILLE**, Genauto Carvalho de, e Jean Louis – A Economia Solidária: uma Abordagem Internacional, Porto Alegre: Ed. UFRS e Ed. UFBA, 2004.

**FURTADO**, Celso – O capitalismo global. São Paulo: Paz e Terra, 3ª edição, 1998.

**KRAYCHETE**, Gabriel – A economia dos setores populares, São Paulo: Vozes, 1999.

**MARTINEZ**, Francisco García – Seminário Internacional sobre Observatórios de Trabalho, Porto Alegre, julho de 2001.

**MTE** – SENAES - Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília, MTE, 2006.

**POCHMANN**, M. (Org.); **BARBOSA**, A. (Org.); **SILVA**, R. (Org.) ; **PEREIRA**, M. A. (Org.) ; **PONTE**, V. (Org.) . Atlas de Exclusão Social - Agenda não Liberal da Inclusão Social. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

**SANTOS**, Boaventura de Souza (org.) – Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

**SANTOS**, Milton – Economia Espacial: Críticas e Alternativas – 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

**SENNET**, Richard -Corrosão do Caráter - 1ª Edição em português – São Paulo: Ed. Record, 2001.

**SINGER**, Paul – Globalização e Desemprego, São Paulo: Ed. Contexto, 1999.

- Termo de Referência para o mapeamento de empreendimentos da economia solidária. Ministério do Trabalho, Secretaria Nacional de Economia Solidária – Brasília: M TE /2005.

- Relatório de Avaliação das Políticas Públicas de Economia Solidária. Ministério do Trabalho, Secretaria Nacional de Economia Solidária – ANPEC, 2003.

- Registro das atividades de formação dos gestores públicos de economia solidária. Centro Josué de Castro, 2005.

## ANEXOS:

### Gestores Participantes das Oficinas

|                                           |                                                                               |
|-------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|
| 01 - Evandro Luzia Teixeira               | Prefeitura Municipal de Rio Branco/AC                                         |
| 02 - José Celso Carbonar                  | Prefeitura de Palmas / TO                                                     |
| 03 - Adaildo dos Santos Oliveira          | Prefeitura Municipal do Bujari/AC                                             |
| 04 - Marcelo da Costa Barros              | Prefeitura Municipal de Manaus / AM                                           |
| 05 - Paulo César da Silva                 | Prefeitura de Plácido de Castro/AC                                            |
| 06 - José Carlos Monteiro Gadelha         | Prefeitura Municipal de Porto Velho/RO                                        |
| 07 - Antônio Marcos Arcanjo da Silva      | Prefeitura Municipal de Fortaleza /CE                                         |
| 08 - Eliane Cabral Lima                   | Prefeitura do Recife / PE                                                     |
| 09 - Ronildo Monteiro Ferreira            | Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB                                        |
| 10 - Elizabeth Garcia de Mattos           | Fundação Municipal do Trabalho - Aracaju/ SE                                  |
| 11- Sidnei Silva                          | Governo da Bahia - Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais |
| 12 - Larissa Orro                         | Governo do Mato Grosso do Sul - Fundação do Trabalho e Economia Solidária     |
| 13 - Maria da Conceição Celestino Barbosa | Prefeitura Municipal de Dourados/MS                                           |
| 14 - Everton Augusto Ventura Franco       | Prefeitura Municipal de Cachoeirinha/RS                                       |
| 15 - Ivânio Dickmann                      | Prefeitura Municipal de Veranópolis / RS                                      |
| 16 - Jorge Luiz Elias Rodrigues           | Prefeitura Municipal São Leopoldo/RS                                          |
| 17 - Luciana Nóbrega Vieira               | Prefeitura Municipal de Barra do Ribeiro/RS                                   |

|                                                                  |                                           |
|------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| 18 - Márcia Regina Moraes Kaufman                                | Prefeitura Municipal de Sarandi/PR        |
| 19 - Rosangela Darugna (substituta de Eliane Nascimento Siemann) | Prefeitura Municipal de Itajaí /SC        |
| 20 - Sandro Lunard                                               | Governo do Estado do Paraná               |
| 21 - Sandra Nishimura                                            | Prefeitura Londrina/PR                    |
| 22 - Ângela Maria Schwengber                                     | Prefeitura Municipal de Santo André /SP   |
| 23 - Reynaldo Norton Sorbilli                                    | Prefeitura Municipal de São Carlos /SP    |
| 24 - Robson Grizilli                                             | Prefeitura de Guarulhos/SP                |
| 25 - Sandra Fae Praxedes Silva                                   | Prefeitura Municipal de Osasco/SP         |
| 26 - Israel Antunes de Almeida                                   | Prefeitura de Itapeva/SP                  |
| 27 - Adauto Marconsin                                            | Prefeitura de Campinas/SP                 |
| 28 - Vanderléa Lima Sena Pereira                                 | Prefeitura de Diadema / SP                |
| 29 - Maria Lúcia da Silva                                        | Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/MG |
| 30 - Gicele Brittes                                              | Prefeitura de Santos Dumont /MG           |
| 31 - Orlando Milan                                               | Prefeitura Municipal de Vitória / ES      |
| 32 - Geraldo Amarante da Costa                                   | Prefeitura Municipal de Hortolândia /SP   |

**Equipe Técnica Pedagógica:**

Alzira Medeiros – Coordenadora Pedagógica Nacional  
Cláudio Nascimento – Secretaria Nacional de Economia Solidária /MTE  
Cléber da Silva Gonçalves - Coordenador Técnico Pedagógico - NT  
Manuel Dimas Tavares- Coordenador Técnico Pedagógico - SE  
Luis Augusto Farofa - Coordenador Técnico Pedagógico - S  
Romeu Lemos – Coordenador Técnico Pedagógico - NE

Rosineide Gonçalves – Assessora de Apoio a Sistematização

**Com o apoio na sistematização de:**

Cláudio Nascimento – Secretaria Nacional de Economia Solidária/MTE

**Equipe de Apoio Técnico Administrativo:**

Luciana Rodrigues de Souza- estagiária

Juliana Borges Vieira dos Santos - secretária

Josevaldo Cupertino de Almeida - Aux. Administrativo Financeiro

Joana Maciel dos Santos - serviços gerais

Enide Pinheiro de Carvalho- recepcionista

Ivânio da Rocha Oliveira – apoio administrativo

**Capa:** Jorge Verdi – Studiодоis Comunicação

Diagramação: Vanessa Macedo

Revisão: Olívia Mindêlo e Marcos Toledo